

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GESTÃO DO TERRITÓRIO

DIMAS DIEGO GONTAREK

HONRA, PAIXÃO E SANGUE: A CONSTITUIÇÃO RELACIONAL DO ESPAÇO
DOMÉSTICO E MASCULINIDADES VIOLENTAS ENVOLVIDAS EM VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA NA CIDADE DE PONTA GROSSA, PARANÁ

PONTA GROSSA
2020

DIMAS DIEGO GONTAREK

HONRA, PAIXÃO E SANGUE: A CONSTITUIÇÃO RELACIONAL DO ESPAÇO
DOMÉSTICO E MASCULINIDADES VIOLENTAS ENVOLVIDAS EM VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA NA CIDADE DE PONTA GROSSA, PARANÁ

Dissertação de Mestrado apresentada para
obtenção do título de Mestre, no Programa de Pós-
Graduação em Geografia, Mestrado em Gestão do
território, no Setor de Ciências Exatas e Naturais da
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Orientadora: Profa. Dra. Joseli Maria Silva

PONTA GROSSA
2020

G641 Gontarek, Dimas Diego
Honra, Paixão e Sangue: a constituição relacional do espaço doméstico e masculinidades violentas envolvidas em violência doméstica na cidade de Ponta Grossa, Paraná / Dimas Diego Gontarek. Ponta Grossa, 2020.
146 f.

Dissertação (Mestrado em Gestão do Território - Área de Concentração: Gestão do Território: Sociedade e Natureza), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Joseli Maria Silva.

1. Lei Maria da Penha. 2. Femicídio. 3. Gênero. 4. Agressão. 5. Geografia feminista. I. Silva, Joseli Maria. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Gestão do Território: Sociedade e Natureza. III.T.

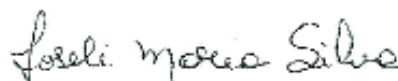
CDD: 305.48

TERMO DE APROVAÇÃO

DIMAS DIEGO GONTAREK

**"HONRA, PAIXÃO E SANGUE: A CONSTITUIÇÃO RELACIONAL DO ESPAÇO
DOMÉSTICO E MASCULINIDADES VIOLENTAS ENVOLVIDAS EM VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA NA CIDADE DE PONTA GROSSA, PARANÁ"**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado em Gestão do Território, Setor de Ciências Exatas e Naturais da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:



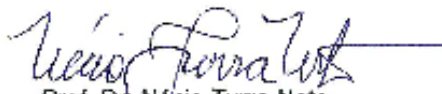
Prof.ª. Dr.ª. Joseli Maria Silva

UEPG



Prof. Dr. Marcio Jose Ornat

UEPG



Prof. Dr. Nécio Turra Neto

UNESP

Ponta Grossa, 10 de março de 2020.

AGRADECIMENTOS

Início agradecendo a minha orientadora, professora Joseli Maria Silva, por ter construído uma ciência que possibilitasse uma subversão dos paradigmas impostos, me acolhido e sempre ter me apoiado em elaborar pesquisas que condissessem com meus anseios enquanto homem e pesquisador, fico lisonjeado em ter sido seu aluno.

Agradeço a todos os amigos e amigas que compõem o Grupo de Estudo Territoriais, juntos tivemos momentos de reflexões geográficas que me permitiram ir muito mais além do que um dia imaginei chegar. Além de me ajudar com os estudos, vocês colaboraram com a forma que hoje eu enxergo o mundo. Em especial agradeço ao professor Marcio José Ornat, pelo apoio e carisma e a Mayã Polo de Campos que contribuiu de forma essencial na realização do trabalho de campo.

Agradeço a toda equipe que compõe a Vara de Violência Doméstica e Familiar de Ponta Grossa, Delegacia da Mulher, ONG Melhor Viver e da Penitenciária Estadual de Ponta Grossa. A ajuda de todos vocês foi muito importante para dar prosseguimento a está pesquisa, o que ocorreu de forma acolhedora e sempre muito interessada em ajudar.

A minha companheira Lislaine Maria Klider pelo apoio incondicional e parceria em todas as etapas desta pesquisa, me encorajando nos momentos que eu acharia que não iriam dar certo, me estimulado a sempre a fazer o meu melhor e ter interpretado as minhas conquistas com uma proporção sempre maior do que eu acreditava ser, essa pesquisa também é fruto do seu amor, amo você.

Agradeço a toda minha família por ter me incentivado a seguir em frente e proporcionado um ambiente de conforto e amor durante toda a minha vida, com certeza nada disso existiria sem o apoio de vocês. Aos meus amigos, agradeço pelos momentos de descontração e variados tipos de ajuda que recebi nos momentos que precisei, obrigado.

Singularmente eu dedico essa pesquisa a todas as mulheres vítimas de violência doméstica ou feminicídio, meu coração se sentiu muito apertado em muitos momentos desse caminhar e coloquei toda minha força nesta pesquisa para que casos como esses deixem de acontecer.

RESUMO

Este trabalho tem como fio condutor a seguinte questão central: como as agressões contra mulheres se instituem na interação entre masculinidades violentas e o espaço doméstico em Ponta Grossa? Como subquestões o trabalho se preocupa responder: como se dão as práticas de violência de homens contra as mulheres em Ponta Grossa? Como se constituem as masculinidades violentas nos casos de agressão contra a mulher? De que forma a casa se constitui como elemento que potencializa a violência contra as mulheres? Para responder tal questionamento foi realizada uma contextualização utilizando 256 inquéritos policiais de violência doméstica entre os anos de 2014 e 2018; uma dinâmica de avaliação indireta, proposta por Selltiz et al. (1987) com dezenove homens condenados por violência doméstica e participantes de um curso reflexivo sobre suas ações; bem como a realização de quatro entrevistas com homens condenados por feminicídio ou tentativa de feminicídio na cidade de Ponta Grossa, em que eles relatavam suas história de amor até o momento do assassinato da vítima. A pesquisa evidenciou que o espaço doméstico é composto de elementos de outras escalas espaciais, pois as masculinidades performadas na violência doméstica, são experienciadas na cidade como um todo. Contudo, é na casa que trajetórias de homens e mulheres se encontram e deflagram conflitos, cuja base é as expectativas de masculinidades e feminilidades idealizadas pela sociedade patriarcal. As narrativas evidenciam que a autopercepção dos homens condenados é de sua honra, princípio que molda seu ideal de masculinidade foi ferido pelo domínio de uma feminilidade fora do padrão social desejado.

Palavras-chave: Lei Maria da Penha; Feminicídio; Gênero; Agressão; Geografia Feminista

ABSTRACT

This work has as guiding thread the following central question: how are established the aggressions against women in the interaction between violent masculinities and the domestic space in Ponta Grossa? As sub-questions, the work is concerned with answering: how do men practice violence against women in Ponta Grossa? How are violent masculinities constituted in cases of aggression against women? How does the home constitute itself as an element that enhances violence against women? To answer this question, contextualization was performed through 256 police inquiries of domestic violence between the years 2014 and 2018; a dynamic of indirect evaluation, proposed by Sellitz et al. (1987) with nineteen convicted men of domestic violence and participating of a reflective course over their actions; as well as the realization of four interviews with convicted men by femicide or attempted femicide in the city of Ponta Grossa where they reported their story love until the moment of the victim's murder. The research showed that the domestic space is composed by elements of others spatial scales, because the masculinities performed in domestic violence are experienced in the city as a whole. However, it's at home that the trajectories of men and women meet and lead to conflicts, based on the expectations of masculinities and femininities idealized by patriarchal society. The narratives shows that the self-perception of condemned men is their honor, a principle that molds their ideal of masculinity was hurt by the dominance of femininity outside of social standard desired.

Keywords: Law Maria da Penha; Femicide; Gender; Aggression; Feminist Geography

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	-	Casos de Lesão Corporal Dolosa – Violência Doméstica	66
Gráfico 2	-	Vitimização de Mulheres por Assédio	67
Gráfico 3	-	Taxa de Homicídio de Mulheres e Femicídio	68
Gráfico 4	-	Inquéritos Policiais e Medidas Protetivas	72
Gráfico 5	-	Idade dos Acusados	80
Gráfico 6	-	Escolaridade dos Acusados	80
Gráfico 7	-	Classificação Profissional dos Acusados	81
Gráfico 8	-	Renda dos Acusados	82
Gráfico 9	-	Histórico Criminal dos Acusados	82
Gráfico 10	-	Vícios Informados pelos Acusados	84
Gráfico 11	-	Local da Agressão	86
Gráfico 12	-	Relação entre o Agressor e a Vítima	86
Gráfico 13	-	Tipos de Violência Física	93
Gráfico 14	-	Utilização de Objetos na Violência Física	95
Gráfico 15	-	Representação da Figura do Homem Ideal	104
Gráfico 16	-	Representação da Figura Reprovável do Homem	105
Gráfico 17	-	Representação da Figura da Mulher Ideal	107
Gráfico 18	-	Representação da Figura Reprovável da Mulher	109
Gráfico 19	-	Comparativo das Representações Aceitáveis do Homem e Mulher	110
Gráfico 20	-	Comparativo das Representações Reprováveis do Homem e Mulher	110
Gráfico 21	-	Representação Construída em Torno da Vítima	114
Gráfico 22	-	Auto Representação	116
Gráfico 23	-	Representação da Relação Conjugal	117
Gráfico 24	-	Emoções Relacionadas ao Momento da Violência	119
Gráfico 25	-	Representação do Espaço Doméstico	121

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	-	Mapa de Distribuição da Violência Doméstica em Ponta Grossa	77
Figura 2	-	Exemplos dos Produtos Obtidos com a Dinâmica Realizada	103

SUMÁRIO

	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	10
CAPÍTULO 1	A CONSTITUIÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA E A TRAJETÓRIA DE INVESTIGAÇÃO	14
1.1	OS QUESTIONAMENTOS INICIAIS E A EXPLORAÇÃO PESSOAL E POLÍTICO-CIENTÍFICA DA ELABORAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA.....	15
1.2	OS CAMINHOS METODOLÓGICOS CONSTRUÍDOS AO CAMINHAR	27
CAPÍTULO 2	MASCULINIDADES, ESPAÇO DOMÉSTICO E AGRESSÃO CONTRA MULHERES	38
2.1	ESPAÇO E GÊNERO: MASCULINIDADES EM TRANSFORMAÇÕES	39
2.2	ESPAÇO DOMÉSTICO E VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	51
2.3	O ESPAÇO ENQUANTO ELEMENTO DE COMPREENSÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NO BRASIL	63
CAPÍTULO 3	A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM PONTA GROSSA: SUJEITOS E PRÁTICAS	75
3.1	OS HOMENS ACUSADOS NOS PROCESSOS DE AGRESSÃO E FEMINICÍDIO NA CIDADE DE PONTA GROSSA, PARANÁ	75
3.2	AS PRÁTICAS DE AGRESSÃO FÍSICA CONTRA MULHERES..	89
CAPÍTULO 4	MASCULINIDADES VIOLENTAS E ELEMENTOS POTENCIALIZADORES	96
4.1	AS CONCEPÇÕES DE GÊNERO NO DISCURSO DOS HOMENS AGRESSORES	97
4.2	FEMINICIDAS E OS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO CRIME	113
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
	REFERÊNCIAS	128

ANEXOS 139

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esta pesquisa tem como fio condutor compreender como as agressões contra mulheres se instituem na interação entre masculinidades violentas e o espaço doméstico em Ponta Grossa, Paraná. A fim de facilitar a resolução deste objetivo, o trabalho está organizado em três subquestões. A primeira busca compreender como se dão as práticas de violência de homens contra as mulheres em Ponta Grossa. A segunda está situada em descobrir como se constituem as masculinidades violentas nos casos de agressão contra a mulher; e a última subquestão analisa de que forma a casa se constitui como elemento que potencializa a violência contra mulheres. Este trabalho, assim como toda pesquisa científica não surgiu de um vazio conceitual ou imaginário, pelo contrário, nasce de uma trajetória pessoal articulada com um campo científico específico, que no meu caso, está localizado nas Geografias Feministas e Decoloniais, fruto das reflexões produzidas pelo Grupo de Estudos Territoriais (GETE) o qual passei a fazer parte no ano de 2014.

A partir disso, iniciei a minha trajetória enquanto pesquisador produzindo estudos que visavam fomentar com reflexões acerca de grupos marginalizados que não eram levados em consideração pela Geografia hegemônica, fruto de um direcionamento exclusivista daquilo que era ou não certificado enquanto ciência (SILVA, 2009a).

No início, buscando compreender a construção de masculinidades de homens ex-detentos e a influência disso em sua reinserção social (GONTAREK, 2017), compreendi que toda masculinidade é produzida a partir de papéis de gênero instituídos socialmente e que variam conforme o tempo e o espaço que este indivíduo está inserido (MCDOWELL, 2001). Ou seja, ser homem não é um fato apenas biológico vai além disso. Constitui-se a partir de um exercício do poder normativo que elabora diferentes singularidades de masculinidades através do encontro de fatores econômicos, culturais e espaciais, conforme Butler (2003).

Enquanto geógrafo, a compreensão de como o espaço em específico interferia na elaboração do sujeito e a forma com que ele interpreta e vive os diferentes contextos da vida era algo que continuava me instigando na medida em que eu avançava no campo de pesquisa.

O espaço neste sentido é compreendido através das proposições de Doreen Massey que o interpreta enquanto sendo elaborado através do encontro de trajetórias de vida específicas, construído através da reprodução contínua do encontro desses atos, que em constante transformação, é alterado pelos diferentes contextos que esses encontros proporcionam (MASSEY, 1994, 1999, 2008, 2014).

Concomitante a época que eu projetava produzir uma pesquisa de mestrado, eu, meu círculo de amigos e toda comunidade acadêmica passávamos por um momento de luto vinculado ao assassinato de uma colega acadêmica, vítima de seu ex-namorado. Uma dinâmica que nos parecia aumentar nos últimos anos e favorecia na construção de uma sensação de insegurança para as mulheres e falta de controle emocional generalizada entre os homens.

Esse fato, relacionado com a minha intenção em dar sequência a uma pesquisa que vinculasse às questões de espaço e masculinidade, me incentivaram a debruçar sobre como esses dois elementos contribuíam com a estruturação da violência doméstica contra as mulheres, dinâmica que ocorria de forma repetida e cada vez mais constante ou talvez mais divulgada.

Na busca de dados exploratórios, indicativos demonstraram que 27,4% das mulheres brasileiras sofreram algum tipo de violência nos últimos doze meses e que, além disso, entre os casos de violência declarados, 76,4% dos agressores se tratavam de alguém conhecido, na maioria das vezes (39%) sendo companheiro ou ex-companheiro recente dessas vítimas (FBSP, 2019).

Além do fato de que em 52% dos casos de violência a mulher não procura ajuda e nem denuncia esse fato, o local de ocorrência da violência sofrida pela mulher se constitui de maneira diferenciada do que aqueles em que os homens estão inseridos. Segundo o Mapa da Violência, 10,1 % dos casos de homicídio masculino ocorre em espaço domiciliar, entretanto nos casos femininos esse número ultrapassa o dobro, chegando em 27,1% (WAISELFISZ, 2015).

Ou seja, o contexto de violência sofrido por mulheres têm uma organização sistematizada e diferente daquela que os homens estão inseridos. Elas sofrem mais violência praticada por parceiros íntimos no interior de suas residências com muito mais frequência que os homens nas mesmas condições.

No Brasil, a violência contra a mulher, em específico a violência doméstica não é um fenômeno novo e tampouco recente. Legislativamente passou a ser discutida a partir da criação da Lei 11.340 – Lei Maria da Penha, no ano de 2006 (BRASIL, 2006a). Além das definições e diretrizes de combate e punição desse tipo de crime, essa Lei marca a necessidade em conceber o espaço doméstico para além de uma esfera privada e subordinada ao confidencial.

Entre as diferentes formas de violência tratadas no Capítulo II, este trabalho se ocupará em específico dos casos que tiveram a presença da violência física, sendo esse o segundo tipo de violência mais recorrente entre os casos brasileiros (FBSP, 2019) e o principal fator que leva as vítimas a denunciarem o ciclo de violência em que estão inseridas (MIRANDA, 2016).

Em Ponta Grossa, utilizando as informações disponibilizadas pelo Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (um dos produtos da Lei 11.340), os dados informam que entre os anos de 2014 e agosto de 2018, ocorreu a abertura de 3.835 inquéritos policiais, entre eles 547 casos em flagrante e 2.826 solicitações de medidas protetivas. Ou seja, esta cidade não está isenta desse fenômeno nem mesmo se constituindo de maneira isolada em relação ao restante do país.

A estratégia elaborada para responder as questões acerca desse fenômeno ocorreu da seguinte forma. O primeiro foi a utilização das informações contidas em 256 inquéritos distribuídos entre os anos de 2014 e 2018 presentes na Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, que dispõe de informações referentes a todo o contexto que o crime foi cometido. A segunda estratégia foi a aplicação de uma dinâmica embasada no método de avaliação indireta (SELLTIZ et al., 1987) realizada com dezenove homens sentenciados por violência doméstica e obrigados a participarem de um curso reflexivo na Organização Não Governamental Melhor Viver enquanto parte de suas penas, objetivando contextualizar como esses indivíduos interpretam o ideal de masculinidade e feminilidade. A terceira e última estratégia traçada foi a realização de quatro entrevistas semiestruturadas com homens sentenciados por feminicídio ou tentativa de feminicídio da cidade de Ponta Grossa, buscando compreender os elementos constitutivos do crime para esses sujeitos.

A fim de expor o resultado desse caminho trilhado, bem como as reflexões teóricas construídas em relação ao tema e a resolução das questões elencadas, o presente trabalho está estruturado em quatro momentos específicos:

O primeiro capítulo expõe a trajetória investigativa vinculada aos questionamentos iniciais e a exploração de um campo político-científico no qual eu me vi inserido. Também neste capítulo são mostrados os caminhos metodológicos realizados para cumprir os objetivos que estruturam esta pesquisa.

O segundo capítulo discutirá os referenciais teórico-conceituais que foram utilizados nesse trabalho, expondo de maneira central os conceitos de espaço doméstico, masculinidades e violência, bem como, contextualizando o fenômeno de violência que a mulher está inserida através de dados nacionais e também da cidade de Ponta Grossa.

O terceiro capítulo está direcionado em expor o perfil dos homens e mulheres envolvidas em violência doméstica, as práticas mais utilizadas, bem como as espacialidades que compõe esse fenômeno, utilizando para isso o material obtido através do acesso aos inquéritos na primeira fase de campo.

O quarto e último capítulo estrutura-se em expor as representações de masculinidades e feminilidades constituídas nos discursos dos homens que praticam agressões contra mulheres em processo terapêutico e também os elementos constitutivos do crime através das entrevistas realizadas com os autores de feminicídio ou tentativa de feminicídio.

Dessa forma, espera-se que esse trabalho contribua com as produções reflexivas referentes a este tema tão importante e por outro lado pouco investigado pela Geografia, bem como, construir ferramentas que colaborem com a diminuição deste fenômeno e fomenta a construção de estratégias de combate e prevenção.

CAPÍTULO 1

A CONSTITUIÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA E A TRAJETÓRIA DE INVESTIGAÇÃO

Este capítulo tem por objetivo analisar o processo de constituição do objeto de pesquisa e as escolhas metodológicas realizadas ao longo da trajetória investigativa deste trabalho de dissertação. Os percursos foram realizados por mediações entre o sujeito investigador, o fenômeno investigado e as escolhas políticas e metodológicas. Esta postura científica está alinhada às epistemologias feministas e refletem também minha formação como geógrafo e pesquisador.

A impossibilidade do sujeito pesquisador se ausentar da esfera dos acontecimentos por ele investigado, fazem de todo trabalho científico também uma atividade política. Rossi (2017) neste sentido afirma que nenhum objeto de pesquisa é isento de interferência em sua construção, pois ele resulta de um trabalho intelectual do pesquisador e escolhas de um aporte teórico-conceitual que melhor se enquadra na explicação dos fenômenos em questão, sendo assim também escolhas políticas em sua relação com o grupo investigado. Neste sentido, cabe explicitar ao leitor os caminhos que foram percorridos na busca de responder a questão central deste trabalho e as dificuldades e anseios encontrados por mim que influenciaram e permitiram construir os conhecimentos aqui expostos.

Desta forma, esse capítulo está dividido em duas seções. A primeira seção busca expor as reflexões pessoais que embasaram escolhas conceituais na construção do objeto de pesquisa dentro de um campo epistemológico e político específico. Em seguida, na segunda seção buscarei mostrar os caminhos metodológicos que permitiram acessar o campo, construir e analisar os dados conseguidos para a resolução da problemática aqui trabalhada.

1.1 OS QUESTIONAMENTOS INICIAIS E A EXPLORAÇÃO PESSOAL E POLÍTICO-CIENTÍFICA DA ELABORAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

Eu cresci em um ambiente majoritariamente de mulheres. Viviam em torno de mim mãe, tias, avós, com figura masculina relativamente ausente. Me recordo das vezes em que presenciei nas rodas de conversa entre minhas tias e avós relatos sorridentes dos dias em que a opressão que as mulheres sofriam eram tão constantes quanto as estratégias que elas buscavam para amenizar o sofrimento que isso lhes trazia.

Entretanto esse sofrimento era de alguma forma amenizado em suas narrativas, tratado enquanto uma provação que todas as mulheres invariavelmente passavam de forma rotineira. Uma das características marcantes das conversas era a naturalização das diferentes formas de violência, vistas como intrínsecas a todo casamento, ou própria das distintas características essencializadas dos sexos. As explicações das diferenças de comportamento entre homens e mulheres simplesmente eram vistas como dadas e não questionadas, pois a vida era aceita daquela forma.

Nos diálogos das mulheres de minha família em rodas descontraídas de chimarrão, a ideia construída em torno da figura do homem envolvia tons sutis de selvageria, irracionalidade e falta de profundidade emocional. Além disso, havia a aceitação de que essas características eram elaboradas desde o momento em que esse sujeito, macho, encontrava-se no ventre de sua mãe.

Elas, na medida em que falavam sobre suas experiências ligadas a vida na lavoura, lembravam de como era difícil a 'vida de mulher' no meio rural. As dificuldades, eu recordo, estavam muito ligadas ao controle sistematizado de seus corpos por parte de seus pais, irmãos e maridos e a forma como os seus corpos eram simbolicamente representados socialmente.

Entretanto, algo que me chamava atenção era a forma com que tudo isso era narrado por elas, sem que demonstrassem algum tipo de fraqueza ou sinal de batalha perdida, pois afinal todas haviam chegado até ali para contar sobre suas histórias de vida. Mas, além disso algumas optavam por utilizar um tom heroico de sobrevivência, alegando que as novas gerações de mulheres reclamam demais, sem motivo, pois nem

de longe sofrem como no passado, uma afirmação que nem sempre era aceita por todas no grupo.

Isso desde sempre ficou presente em minha vida, pois por mais que a atmosfera daquelas conversas fosse de uma memória de luta, força e capacidade que a mulher tem de resistir a muitas coisas, eu me recusava acreditar que todas fossem obrigadas a passar por diferentes graus de violência de forma naturalizada no decorrer de suas vidas por conta de um inimigo comum, o homem, o qual eu me tornaria ao crescer.

Ao longo dos anos, percebi que nenhum determinismo é válido para responder qualquer questão de cunho social, pois esse caminho exclui a possibilidade de perceber uma série de outras relações que contribuem para ocorrência dos fenômenos. Neste caso, nem todos os homens necessariamente teriam uma conduta violenta pelo simples fato de serem assim, nem toda mulher deveria sofrer com esses tipos de práticas pelo simples fato de carregar o fardo de ser mulher.

Entretanto, também me questionava a razão de muitos homens corresponderem às descrições feitas naquelas rodas de conversa. Afinal, não era raro presenciar situações de violência promovida por homens ou ouvir conversas no bairro sobre alguma mulher vítima de agressões verbais e físicas ocorridas pelo descontrole emocional masculino.

Refletir sobre minha própria trajetória de vida e de como certos questionamentos sobre gênero e violência se constituíram na minha existência é fundamental, na medida em que acredito como Haraway (1988), que todo conhecimento é situado, implicado politicamente e também emocionalmente. Assim, iniciar com este relato também é uma escolha que faz parte de uma estratégia de descolonização da mente e do conhecimento científico, como argumenta Quijano (2000). Somos fruto da colonialidade e o exercício constante de desconstruir aquilo que foi poderosamente tomando conta de nossas formas de ver o mundo é tarefa de vigilância constante, como argumenta Kulpa e Silva (2016).

Esta trajetória foi um dos motivos que me fez constituir uma identificação com o Grupo de Estudos Territoriais (GETE) que produzia uma Geografia capaz de dar vazão aos meus questionamentos e possibilitar meu desenvolvimento intelectual. Passei a fazer parte do grupo desde a iniciação científica e posteriormente realizei a monografia

de conclusão de curso questionando a essencialização da masculinidade. Explorei a construção das masculinidades de homens que passaram pela experiência carcerária e como isso influenciava na sua reinserção social ao longo de suas vidas (GONTAREK, 2017, 2018).

Esta primeira experiência científica junto aos demais pesquisadores do GETE me inspirou em continuar a trajetória de compreender e produzir uma Geografia pelo viés feminista. Rose (1997) é uma importante geógrafa que insiste no fato de que não existem fatos nus lançados na natureza esperando serem encontrados por um ser isento de interferência pronto para descrever sua totalidade. Diferente disso, todo conhecimento produzido parte da interpretação do recorte de um fenômeno por sujeitos pesquisadores tangenciado por ideias, posicionamentos, histórias de vida e erros que o compõe.

As relações interpessoais do GETE me instigavam ao questionamento constante da realidade concebida por uma Geografia branca, masculina, heterossexual e cristã que invisibilizou a realidade espacial de diversos outros grupos sociais historicamente excluídos e silenciados pelo discurso científico hegemônico (SILVA, 2009a).

Essa hegemonia científica contra a qual o GETE lutava me permitiu pensar em determinadas masculinidades não hegemônicas como as experiências espaciais de ex-detentos. Mas também me provocava compreender questões sobre os perfis hegemônicos de masculinidades que ligavam a violência ao poder dos homens e meus questionamentos do passado, criados por um menino num universo de mulheres que reclamavam as consequências dessa estrutura social.

Essa experiência de pesquisa no GETE me possibilitou questionar a forma de produção do conhecimento geográfico e a assumir minha própria trajetória como parte da produção científica. Fui capaz de assumir uma maneira singular de produzir pesquisa que levasse em consideração os problemas presentes no cotidiano da minha esfera social, aproximando a ciência com os problemas de minha realidade.

Pesquisando a relação entre masculinidade e violência, algo que estava presente no decorrer da minha vida, percebi com a vivência junto ao grupo de ex-detentos pesquisados na época que o desenvolvimento de um perfil de masculinidade se faz através da repetição cotidiana de atos desenvolvidos através do corpo com relação ao

espaço que o sujeito ou grupo está inserido, carregando consigo aspectos socialmente aceitos nesses recortes e influenciando em sua maneira de viver e se posicionar no mundo.

Retornando aos questionamentos que me fazia ao lembrar das rodas de chimarrão das mulheres de minha família, já podia perceber que aqueles aspectos que eram homogeneizados do 'ser homem' pelas minhas avós faziam parte de uma complexidade maior do que apenas questões determinadas biologicamente, mas sim de cunho cultural, histórico e também espacial.

Mais especificamente, as análises realizadas por mim e também aquelas produzidas pelos outros integrantes do GETE que trabalhavam com questões referentes ao conceito de masculinidade, me induziram a refletir sobre questões de violência masculina a partir da consideração de que a constituição desses sujeitos se dá a partir de suas vivências com diferentes espacialidades transversalmente composta por marcadores sociais como idade, gênero, religião, raça, etc. (CHIMIN JUNIOR, 2011; GOMES, 2013; ROSSI, 2011, 2017).

Passada a fase da graduação e iniciando a minha trajetória no mestrado, ocorreu em minha cidade um caso de feminicídio de uma colega da universidade cometido pelo seu ex-namorado, o qual mexeu muito com toda a comunidade acadêmica e exterior a ela pelo fato de que esses casos pareciam ser cada vez mais cruéis e rotineiros em nosso cotidiano.

Neste momento, enquanto cientista homem eu sentia que não poderia me manter neutro frente ao crescimento deste tipo de situação e resolvi junto a minha orientadora, mudar o fenômeno de análise sem deixar de lado as questões de masculinidade e violência, pois fomos sensibilizados de que deveríamos produzir algo que de alguma maneira contribuísse com o combate deste tipo de acontecimento que se tornava cada vez mais constante.

A realização desta produção combativa ocorreu a partir da ideia em realizar uma pesquisa triangulada com a pesquisadora de doutorado Mayã Polo de Campos, a qual fiz parceria durante o trabalho de campo exploratório e levantamento de dados junto ao Fórum da cidade de Ponta Grossa.

Enquanto a Mayã pretendia compreender de que forma o corpo feminino se constitui enquanto uma espacialidade passível de ser alvo de violência na cidade de Ponta Grossa, o meu objetivo inicial era compreender como as diferentes espacialidades constituem as masculinidades de homens agressores de mulheres em Ponta Grossa.

Intrínseco a isso, gostaríamos de compreender de forma específica como se davam as práticas de violência de homens contra as mulheres, como se constituíam as masculinidades violentas nos casos de agressão contra as mulheres e de que forma o espaço público e privado se apresentam como elemento de violência contra a mulher, enquanto locais com dinâmicas diferenciadas para ocorrer esse tipo de situação.

No entanto, à medida que íamos levantando informações nos inquéritos junto ao Fórum (o que será aprofundado na próxima seção) e na bibliografia produzida, percebíamos que a violência realizada contra as mulheres ocorria majoritariamente no espaço doméstico e com menor intensidade em outros, diferente do que havíamos cogitado inicialmente. Para ser mais exato, dos 256 inquéritos considerados para esta pesquisa entre os anos 2014 a 2018, nos quais havia violência física e que o agressor fosse homem, 83,6% ocorreram em casa.

Este contundente resultado estatístico nos¹ levou a repensar a proposta da questão central deste trabalho. Se anteriormente minha questão girava em torno da compreensão das diferentes espacialidades constituidoras de masculinidades de homens agressores de mulheres em Ponta Grossa, resolvemos privilegiar o espaço doméstico como recorte espacial do fenômeno.

Esta opção foi muito difícil de ser mantida, na medida em que foi um dos pontos-chave de críticas dos membros de banca de qualificação. O argumento crítico era de que o privilégio do espaço doméstico consistia em reduzir e simplificar as construções de masculinidades, já que elas estão pautadas em toda experiência espacial da humanidade.

Concordamos com a crítica da banca no sentido de que toda experiência de exercício de masculinidades é espacial e não se restringe ao espaço doméstico, mas à

¹ A linguagem transita entre primeira pessoa do singular e a do plural. Isso porque alguns momentos são particulares do autor e outros são construções relacionais que expressam as discussões com outros(as) pesquisadores(as) do GETE.

escola, ruas, bares, igrejas e assim por diante. Mas a masculinidade violenta figurada nos inquéritos analisados é um dado muito importante a ser considerado, pois trata-se de mais de oitenta por cento dos casos em que é a casa o espaço que constitui a violência contra a mulher.

Assim, mantivemos a ideia de centralidade do espaço doméstico na relação de violência e parte constituidora dessas masculinidades envolvidas nos atos violentos. Contudo, o espaço doméstico não é um recorte isolado de outros espaços. Mas a casa carrega o aprendizado de outras escalas, tratando-se assim de um espaço doméstico que é relacional, no sentido proposto por Doreen Massey (1994). A casa está relacionalmente constituída de outras escalas espaciais, mas as forças que ali se encontram durante uma situação conflitiva constitui uma especificidade a ser investigada. Massey (1999) afirma que o local deve ser compreendido pelas geometrias de poder que evidenciam diferentes formas de relações de fluxos e interconexões entre diferentes indivíduos. O espaço doméstico foi considerado aqui como relacional e co-constituente da realidade espacial brasileira, entretanto, é a conexão de vínculos com diferentes relações de poder entre indivíduos que produz a imprevisível configuração espacial da violência doméstica.

Dessa maneira, a questão central foi reelaborada da seguinte forma: “como as agressões contra mulheres se instituem na interação entre masculinidades violentas e o espaço doméstico em Ponta Grossa? As subquestões se mantiveram pautadas em descobrir como se davam as práticas de violência de homens contra as mulheres, como se constituem as masculinidades violentas nos casos de agressão contra as mulheres e de que forma a casa se constitui como elemento que potencializa a violência contra a mulher, nesse último caso, focando o espaço doméstico enquanto central nessa dinâmica.

Silva (2009b) alerta para o fato de que as emoções afloram no processo de pesquisa e que enquanto pesquisadores(as) fazemos parte do campo de pesquisa que investigamos. Então, como homem, pesquisar masculinidades no fenômeno da violência doméstica foi algo delicado, na medida em que também questionava minha própria masculinidade e história de vida das mulheres e homens que fizeram parte desta caminhada.

Outro ponto difícil a ser considerado é que estudos sobre violência doméstica pouco exploram os homens e contribuir com o feminismo estudando homens é uma posição política que em algumas situações são vistas como fora do padrão. Apresentar pesquisas sobre violência doméstica sendo homem e estudando os homens nos meios feministas, muitas vezes é visto como 'o lado do opressor'. Entretanto, Haraway (1988) me inunda de coragem quando ela advoga a necessidade de produzir conhecimentos do fenômeno a partir de múltiplas posicionalidades.

Ackerly e True (2010) ao discutir os princípios das metodologias feministas alertam para as diferentes posicionalidades do(a) pesquisador(a) e as relações de poder. Quando pesquisamos, também nos transformamos como seres humanos, pois o fenômeno e o processo de pesquisa inunda nossas emoções e visão de mundo. Trabalhar com temas que envolvem a violência sempre é delicado, pois por mais que um pesquisador(a) não tenha experienciado diretamente a violência, dificilmente não será afetado por ela e conseguirá se abster completamente das influências do conteúdo que sua pesquisa produzirá sobre ele.

A violência doméstica enquanto tema de pesquisa foi um desafio constante para mim. Por mais que as rodas de conversa das mulheres de minha família expostas no início dessa seção, as leituras sobre o tema, filmes e documentários me preparassem de alguma forma para aquilo que eu viria encontrar, estar inserido no campo de forma direta me colocou muitas vezes em posição de desconforto, sofrimento, tristeza, raiva, compadecimento e luto.

O contato com as vítimas através de seus depoimentos registrados nos inquéritos, a visualização das diferentes proporções da violência, a morte, as justificativas dos agressores, suas histórias de vida e amor, estatísticas, a tentativa de me afastar de um julgamento de culpa, as visitas à penitenciária, tudo isso contribuiu com mudanças naquilo que eu vim a me tornar enquanto sujeito social e pesquisador.

Negligenciar essas questões acaba induzindo a construção de uma ciência a partir da neutralidade e universalidade, como se isso não interferisse em nenhum momento na elaboração do trabalho. Geógrafas feministas questionam essa estrutura na medida em que apontam que todas essas questões estão ligadas ao processo de investigação que não é neutro na medida em que demanda escolhas e posicionamento

políticos do(a) pesquisador(a) influenciando no seu campo de trabalho (ROSE, 1997; SILVA, 2009; MONK, 2003; HOOKS, 2013).

Rose (1997) nos chama para a responsabilidade dos resultados de pesquisa que produzimos como cientistas. Desta forma, a demarcação científica da pesquisa feminista vai além da importância da sustentação metodológica, mas adquire outras formas, pois apesar de continuar respeitando aspectos formais, leva em consideração a importância e a dimensão do cientista enquanto um ator político ao lado do pesquisador disciplinado (PRZYBYSZ, 2017).

Ou seja, a pesquisa que produzo em minha dissertação é realizada de maneira crítica, levando em consideração que estou produzindo um conhecimento que pode e deve ser levado a testes e refutações, pois não é perfeito assim como também não sou. É priorizado em sua elaboração a utilização de métodos a fim de assegurar a menor interferência exterior possível, mas sabendo que essa interferência sempre existirá. Também é realizado tendo a consciência de que é impossível a compreensão total da realidade assim como ela é, pois utilizo apenas do recorte dentro de um todo de possibilidades.

A reflexibilidade sobre os resultados de pesquisa que alerta Rose (1997) também deve ser realizada sobre a contribuição da investigação no campo social, mas também científico. A Geografia brasileira tem avançado muito no campo das Geografias feministas na última década, como argumentam Silva, César e Pinto (2015). Entretanto o espaço doméstico, a violência e as masculinidades, ainda permanecem como uma lacuna que esta dissertação vem contribuir.

Com o cuidado em contextualizar de que maneira a Geografia brasileira vem tratando a violência contra a mulher, ocorreu a preocupação em pesquisar no Catálogo de Dissertações e Teses da CAPES (CAPES, 2019) os trabalhos de mestrado e doutorado com a temática 'violência doméstica', 'violência de gênero' e 'feminicídio'. Dentro da área de conhecimento intitulado 'Geografia' e 'Geografia Humana', encontrou-se aproximadamente quinze trabalhos relacionados com as palavras citadas².

² Com o termo 'violência doméstica' foram localizados 215 dissertações e 82 teses, com 'violência de gênero' 402 dissertações e 122 teses e 'feminicídio' apenas uma dissertação.

Acessando os trabalhos disponibilizados após a implementação da Plataforma Sucupira, percebeu-se que grande parte deles não tinha ligação com o assunto tratado nesta dissertação, pois se tratavam de estudos sobre violência urbana, conflitos agrários, percepção em relação ao espaço carcerário, tráfico de drogas, fragmentação socioespacial, entre outros. Em geral, a partir da verificação dos trabalhos disponibilizados o produto foi de apenas uma dissertação relacionada com 'feminicídio' e seis dissertações relacionadas com 'violência doméstica'.

Isso pode ter relação com a maneira que os trabalhos estão organizados no banco de teses e dissertações, sendo que as ferramentas de busca e refinamento do que se deseja encontrar não permite uma varredura coesa e eficiente daquilo registrado dentro do *site*.

Entre os trabalhos encontrados, Ribeiro (2014) analisa a violência doméstica realizado contra a mulher no município de Porto Velho (RO), espacializando os pontos de ocorrência dos crimes a partir da utilização de ferramentas de Sistemas de Informações Geográficas. Além de identificar os espaços com maior ocorrência deste fenômeno a autora discute as características do crime e o perfil majoritário das vítimas.

A dissertação de Lyra (2015) problematiza a violência sexual intrafamiliar também na região urbana de Porto Velho (RO). Utilizando como cerne da pesquisa as relações incestuosas que vitimiza o corpo infanto-juvenil, a autora se apropria da produção teórica das Geografias das sexualidades e de gênero para discutir as interações entre os elementos de poder, relações de gênero e as constituições dos lugares e espaços que ocorrem esse tipo de violência.

Por sua vez Campos (2016), ao analisar os casos de violência sexual ocorridos entre mulheres de 18 a 29 anos de idade, constrói um interessante debate em relação a significação entre corpo e espaço elaborado pelas vítimas entrevistadas. Para a autora, existe uma tríade entre violência sexual, gênero e poder, que sustenta a repetição deste fenômeno que vitimiza majoritariamente as mulheres, potencializando a posição dos homens nessa estrutura desigual de poder.

Peixoto (2018) partindo do ponto de que a violência contra a mulher é apenas uma interface das várias desigualdades de gênero, por isso passível de transformação, se propõe a compreender o processo de generificação dos espaços (MASSEY, 1994) a

partir da violência de gênero, utilizando como recorte a escala da casa e da rua na cidade do Rio de Janeiro. Constatou-se neste trabalho que a falta de aparato de segurança oferecido pelo Estado nos espaços privados favorece a ocorrência de violência nesses locais tidos como particulares e que, além disso a violência privada estava muito atrelada com o cuidado pela preservação da família, observado pelas falas das vítimas.

Na tentativa de complementar a contextualização das produções científicas que envolvem esse tema dentro da ciência geográfica, optou-se também em utilizar os dados sistematizados pelo Observatório de Produção Científica Geográfica Brasileiro, elaborado pelo GETE, que contempla mais de 23 mil artigos publicados em revistas e periódicos científicos entre os anos de 1974 e 2019.

Pesquisando as palavras ‘feminicídio’, ‘agressão’ e ‘violência’ na busca por títulos e palavras-chaves que contivessem algum desses termos, foram encontrados no total 214 artigos, entretanto, eram somente quinze os trabalhos que debatiam especificamente o tema de violência doméstica dentro da ciência geográfica.³

Os artigos encontrados variam entre os seus objetivos, recortes e ferramentas capazes de tratar a temática em questão. Suas especificidades nos permitem observar a grande variedade de possibilidades e diferentes olhares possíveis em se tratar o tema, cada qual contemplando um objetivo singular na tentativa de conseguir avançar na produção do conhecimento sobre esse assunto.

Artigos preocupados em analisar a distribuição espacial dos casos de violência contra a mulher nos diferentes estados brasileiros abordam as diferentes percepções sociais referentes a essa temática (SILVA FILHO; SILVA, 2015). Outros pontuam a distribuição de instituições de apoio especializada em relação a localização da vítima (MONTEIRO; AMARAL, 2016; RIBEIRO; SILVA, 2015) e propõem técnicas diferenciadas de Sistemas de Informações Geográficas (SIG) afim de colaborar com uma análise mais rebuscada e detalhada que facilite estratégias de reconhecimento e combate desta violência (SILVA, 2016). Em geral, os trabalhos afirmam que a baixa denúncia está relacionada com falta de informação em relação as aplicações da Lei

³ Na busca pelo termo ‘agressão’ o banco apresentou 17 artigos, ‘feminicídio’ apenas 2 artigos e ‘violência’ um total de 195 artigos.

Maria da Penha; que é intrínseca a relação entre dependência econômica, proteção dos filhos e violência; e que o pequeno número de instituições de segurança especializadas não dão conta de abarcar os casos de violência contra a mulher no Brasil.

Diana Lan (2011), trabalhando a relação entre os conceitos de violência e gênero, constrói um artigo analisando os circuitos espaciais elaborados por mulheres vítimas de violência doméstica que é diferenciado pela classe social que ela está inserida, utilizando a cidade de Tandil, na Argentina, enquanto recorte espacial. A autora afirma que gênero e violência são conceitos que se interagem, pois são vivenciados de forma diferenciada entre homens e mulheres, aprofundando as diferenças entre o gênero masculino e feminino.

A autora também afirma que as condições sociais que a vítima está inserida, determinará o circuito de ajuda que ela utilizará, um deles enquadrado enquanto circuito oculto, sendo aquele que expõe menos a vítima em relação a sociedade, mas que depende de redes de sociabilidade mais favorecidas, e outro visível, aquele que a maior parte das vítimas são obrigadas a utilizar, dependendo de delegacias, hospitais públicos, entre outros (LAN, 2011). Essas distintas redes de apoio, cada qual com um grau de exposição da vítima diferente, é o que caracteriza a baixa denúncia e procura das vítimas a instituições oficiais.

Outros artigos debatem a história referente a construção do conceito de feminicídio até a sua constitucionalidade atual (ROMIO, 2011); as diferentes percepções de grupos sociais em relação a violência contra a mulher e as possíveis causas de sua ocorrência (RIBEIRO; SILVA; SILVA, 2015; LOW; MELO 2011; SILVEIRA; LEGAL, 2016), além daqueles que discutem as estruturas de hospitais e unidades de saúde e o (des)preparo dos profissionais em trabalhar com as vítimas de violência doméstica, contribuindo com a subcategorização deste fenômeno (SILVA; SILVA, 2011).

Se tratando da temática de masculinidades, o qual também irá compor de maneira central essa dissertação, o único trabalho encontrado foi o de Rodrigues (2017), o qual discute os casos de violência de gênero em uma zona rural de Santiago (Chile), debatendo os diferentes significados entre os papéis sociais elaborados ao longo da comunidade rural e comparando essas concepções com a área urbana da cidade.

Essa contextualização nos serve para afirmar que a maioria dos trabalhos realizados na Geografia brasileira relacionados com o tema de violência contra a mulher, apesar da grande variedade de olhares e recortes, na maioria das vezes, estão preocupados em analisar este fenômeno destacando sempre a concepção e vivência da vítima, deixando de lado a contextualização dessas ocorrências a partir da construção e vivência das masculinidades agressoras.

Além disso, em grande parte das pesquisas dentro da área geográfica do conhecimento científico a figura da mulher é elaborada enquanto passível de agressão, constituindo um papel que significativamente a coloca enquanto vítima e subordinada a questões de opressão e patriarcado.

Avançando nos caminhos metodológicos, Pedro Demo (1989) ressalta que para atender os rigores de uma produção científica, essa deve conter alguns atributos mínimos, sendo eles: a coerência entre os dados e aquilo que se deseja entender, consistência argumentativa, originalidade, objetivação e preocupação com a realidade. Além disso, o autor ressalta a discutibilidade enquanto uma característica marcante na produção de um conhecimento científico. Ou seja, toda teoria científica é passível de debate, críticas, argumentações e refutações, nunca sendo algo impalpável ou indiscutível.

Neste ponto, por mais que a interferência pessoal do sujeito pesquisador ocorra no decorrer da produção de uma pesquisa, devemos blindar a nossa produção com ferramentas que permitam dar o qualitativo de científico naquilo que produzimos dentro de uma esfera acadêmica.

Essas ferramentas além daquelas já citadas, leva em consideração a utilização de um instrumental metodológico que permita demonstrar a forma que o produto de análise foi obtido e sua veracidade, podendo levar outras pessoas a refutarem ou levarem a teste aquilo que está sendo afirmado.

Dito isso, na próxima seção será exposto de maneira detalhada os passos seguidos no processo de investigação do campo que induziram os recortes trabalhados ao longo da pesquisa, os caminhos percorridos para obter os dados necessários para realização e os métodos utilizados na estruturação e sistematização desses resultados.

1.2 OS CAMINHOS METODOLÓGICOS CONSTRUÍDOS AO CAMINHAR

A violência é um fenômeno que não pode ser universalizado, pois definir o que é, ou não é considerado violência, depende de inúmeros aspectos morais, culturais e legais de uma sociedade e, portanto a violência tem implicação temporal e espacial, o que demanda um campo investigativo. Mesmo assim, a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002, p. 5) considera a violência como sendo “o uso intencional da força física ou poder contra si próprio, contra outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou tenha possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação”. Esta definição genérica de violência requer especificações, abrindo também infinitas perspectivas de abordagens, envolvendo tipificações diversas e incontáveis possibilidades de grupos de pessoas. Em relação a isso, esta pesquisa se preocupará em específico da violência doméstica na qual a mulher é vítima.

A violência contra a mulher ocorre de diversas maneiras, podendo ser percebida através de distintos nuances, recorrências, intensidades e formas. Da mesma maneira, os resultados desta ação se dão também de forma complexa na medida em que esse fenômeno produz diferentes impactos sobre os corpos femininos, seja de forma direta ou indiretamente.

Refletir sobre a violência que a mulher vem sofrendo no espaço doméstico a princípio pode nos instigar diferentes inquietações referentes às inúmeras formas que ela pode ocorrer (ou ocorre) ao nosso redor, na maioria das vezes constituída de tabus, crenças e silêncios. Também pode nos trazer surpresas na medida em que o espaço doméstico é normalmente tratado como um local de segurança e fraternidade para os sujeitos que o compõe. Entretanto na prática, muito desses espaços vêm sendo sinônimo de hostilidade e terror para muitas famílias, em específico para as mulheres.

No Brasil, a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) foi considerada bastante progressista se tratando do combate à violência doméstica. Entre suas disposições preliminares, a lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, dispõe mecanismos para a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, garante segurança de uma vida sem violência e

com todos os direitos civis assegurados, cria mecanismos jurídicos que estabelecem proteção às mulheres de uma possível situação de violência doméstica e familiar (entre elas as medidas protetivas) e garante assistência à mulher em situação de violência (BRASIL, 2006a).

Mas as legislações isoladas não garantem a integridade das mulheres tanto em ambiente doméstico como público. Segundo pesquisas realizadas pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2019), 27,4% das mulheres brasileiras com 16 anos ou mais já sofreram algum tipo de violência nos últimos doze meses, sendo que mais da metade dessas vítimas (52%) não expuseram essa situação para autoridades ou familiares (FBSB, 2019).

Estudos do Instituto Maria da Penha afirmam que a violência contra a mulher é constituída por um sistema circular, desenvolvida a partir de etapas onde a violência se torna crescente na medida do tempo, iniciando com a violência verbal e podendo culminar no fato extremo de violência com a morte da vítima (BRASIL, 2005).

Impossibilitado em trabalhar com todas as formas que a violência é encontrada de maneira aprofundada, esta pesquisa se ocupará em específico com os casos que tiveram a presença da violência física entre homens e mulheres no espaço doméstico, sendo esse o segundo tipo de violência mais recorrente em desfavor das mulheres no Brasil (FBSP, 2019)

Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2019) esse tipo de violência aparece com menores índices apenas comparados aos casos de violência moral, afetando 536 mulheres a cada hora. Entretanto, sabemos que as denúncias ocorrem na maioria das vezes quando o ciclo da violência extrapola a etapa moral, sendo a denúncia uma questão muito importante para que consigamos materializar aquilo que desejamos trabalhar.

O alto índice de violência física sofrido pela mulher nos trouxe a necessidade de trabalhar com o conceito de violência de modo central em nossa pesquisa. Esse modo singular com que a violência se reproduz no espaço doméstico nos conduziu a trabalhar com esse conceito para além daquela definição oficial que embasa a Lei Maria da Penha, mas também a partir de um conjunto de teóricos que a caracterizam em meio a um agrupamento de desigualdades ligadas a questões de gênero e com tendência a

controlar ações de mulheres que fogem do controle masculino a partir do uso da força ou coerção psicológica.

Além da parte conceitual, essa questão nos levou a questionar de que modo se dão as práticas violentas entre homens e mulheres na cidade de Ponta Grossa, pois esses dados são pouco discutidos entre os trabalhos encontrados (FBSP, 2018, 2019; BRASÍLIA, 2016; IPEA, 2018), nos instigando a produzir essas informações, o que faz parte de uma das questões específicas.

A princípio percebemos que isso não poderia ser feito sem que tivéssemos acesso as estatísticas presentes em denúncias ou boletins de ocorrência, pois optando em fazer um levantamento diretamente com as vítimas, isso demandaria um tempo maior, além de necessitar de um alto número de mulheres dispostas a relatarem suas experiências com a violência para termos uma base estatística confiável.

Procurado a Delegacia da Mulher, uma das redes de atendimento especializada, os responsáveis pela administração da instituição nos informaram que exceto os números totais de boletins de ocorrência divididos por ano, eles não teriam de forma sistematizada as informações mais detalhadas dos processos passados por lá, os quais nós estávamos procurando.

Entretanto, de forma muito cordial a equipe se demonstrou solícita em colaborar com a pesquisa nos indicando procurar esses dados a partir dos inquéritos instalados no Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, presente na 4ª Vara Criminal sob responsabilidade da Juíza Alessandra Pimentel Munhoz do Amaral.

Em contato com os responsáveis pelo Juizado e passando pelos trâmites institucionais necessários para liberação do acesso aos inquéritos, como o ofício de requerimento às informações (anexo A) e posterior termo de autorização expedido pela juíza (anexo B), em conjunto com a colega doutoranda Mayã, passamos a fazer parte do cotidiano de trabalho do Juizado na busca por levantar essas informações.

O universo de trabalho do Juizado é bastante complexo visto a alta demanda que a equipe técnica está subordinada, além de serem competentes pelos crimes previstos na Lei Maria da Penha, no Estatuto do Idoso e no Estatuto da Criança e do Adolescente e medidas protetivas, o cartório também é responsável por toda execução de regime

aberto e fiscalização de processos que englobam todos os crimes envolvidos em regime aberto ou suspensão condicional.

Esta sobrecarga dificulta o trabalho diário do juizado. Para ter uma noção, cada Vara Criminal que constitui o Fórum é composta por aproximadamente sete servidores competentes de mil a dois mil processos anuais. A 4º Vara que está inclusa os processos de violência doméstica e familiar é composta por oito servidores responsáveis por doze mil processos anuais aproximadamente, uma carga cinco vezes maior para um mesmo número de profissionais, o que acaba dificultando o trabalho diário.

Neste cenário, iniciamos nosso trabalho na busca por inquéritos que estivessem inclusos na Lei Maria da Penha e com a presença de violência física, deixando de lado outros tipos de crime que não se enquadrassem nesse quesito, além disso, que estivessem vinculados entre o intervalo dos últimos quatro anos, tempo de abertura deste juizado especializado e necessário para termos um panorama temporal do fenômeno analisado.

Os inquéritos são compostos por todas as fases do processo judicial, desde o boletim de ocorrência realizado no dia da denúncia, laudo do IML (quando realizado pela vítima), depoimentos dos envolvidos e sentença do juiz responsável, quando o processo chega até esse ponto e não era suspenso pela vítima⁴.

Com base nisso, iniciamos a sistematização das informações que nos interessavam a partir da construção de um banco de dados (anexo C) que potencializasse a nossa busca e posterior sistematização dessas informações. Entre as informações elencadas no banco, estavam: os artigos previstos no Código Penal Brasileiro em que a denúncia estava sendo feita, data da denúncia e da abertura do inquérito, natureza da infração, espacialidade ocorrida, tipo de arma utilizada, descrição sumária do boletim de ocorrência, dados pessoais da vítima e do indiciado, depoimento da vítima e do indiciado, endereço do local onde ocorreu o crime, laudo do IML e o termo de audiência.

⁴ Pelo fato da infração de lesão corporal ser um crime incondicionado, o Ministério Público não depende da representação da vítima para continuar o processo e, neste caso, o Estado tem a obrigação de continuar a denúncia mesmo que a vítima escolha desistir do processo.

A inserção das informações dos inquéritos no banco de dados era feita somente após uma leitura prévia do mesmo, onde pudéssemos identificar a ocorrência de violência entre homens e mulheres com a presença de violência física, deixando de lado outras dinâmicas que não estivessem o gênero enquanto fator determinante.

No final de aproximadamente quatro meses de trabalho, tivemos o produto de 256 inquéritos inseridos no banco, onde 41 eram vinculados ao ano de 2014, 46 ao ano de 2015, 39 ao ano de 2016, 75 ao ano de 2017 e 55 vinculados ao ano de 2018, possibilitando o cruzamento de informações e contextualização deste fenômeno a nível municipal exposto no quarto capítulo deste trabalho.

No cotidiano do trabalho no Fórum e em contato com os profissionais inseridos neste fenômeno, acompanhado das leituras dos inquéritos e levantamentos nacionais, percebemos logo de princípio que a grande maioria dos agressores envolvidos nessas relações de violência tratava-se de homens com vínculo muito próximo da mulher vítima.

Segundo a OMS, 84% dos casos de feminicídio apontam que essa prática é cometida por (ex) parceiros íntimos das vítimas que, ao longo do relacionamento, cometeram variadas formas de violência, passando a se tornar gradativa até o caso extremo da morte. Por outro lado, apenas 5% dos assassinatos de homens é cometido por uma parceira (OMS, 2017).

Em uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa DataSenado que entrevistou 2.400 mulheres de todas as unidades da Federação com amostras estratificadas e probabilísticas, das mulheres que afirmaram já terem sofrido violência física em espaço doméstico, 78% declararam que o agressor se tratava de seu (ex) marido, (ex) companheiro ou (ex) namorado (BRASIL, 2019)

Cruzando essas informações com os trabalhos realizados na Geografia sobre essa temática percebemos que em grande maioria as reflexões são realizadas tendo como base a percepção da vítima, deixando de lado as reflexões e análises geográficas tendo como base o autor da agressão. Partindo disso, achamos necessário utilizar desta carência enquanto recorte social desta pesquisa e em conjunto com a utilização do conceito de masculinidade enquanto aporte teórico.

Além disso, esse trabalho visava desde seu projeto inicial compor uma pesquisa que fosse além de uma investigação quantitativa do fenômeno, mas utilizando técnicas que permitissem esclarecer e ampliar a compreensão dos dados quantitativos a partir da percepção da realidade vivida pelos próprios sujeitos inseridos no fenômeno estudado. Essa relação qualiquantitativa permite enriquecer e melhorar a qualidade dos dados utilizados, incluindo uma interpretação a partir desses dois vieses que não são excludentes, mas que se complementam entre si (CÂMARA, 2013).

Neste caso, precisávamos encontrar esses sujeitos para que contribuíssem com esta pesquisa. Preocupando-se com isso, iniciei um trabalho de busca deste grupo através de diferentes estratégias, entretanto, visto que estar incluso nessa dinâmica não é algo valorizado socialmente, nem constituído enquanto uma prática aceita pelo próprio grupo de homens, foi difícil conseguir voluntários que se autodominassem agressores ou que expusessem já terem cometido algum ato neste sentido.

Todavia, os agressores sentenciados na Lei Maria da Penha, segundo informações disponibilizadas pela equipe técnica do Fórum, tem como principais penas a prisão em regime fechado (mais comumente utilizada em casos graves de lesão ou feminicídio), a pena em formato de prestação pecuniária ou serviços comunitários e a pena em formato de obrigatoriedade do sujeito em participar de um curso de reflexão enquanto condição de sua pena em regime aberto, sendo que o não cumprimento o levará preso em regime fechado.

Trata-se de um curso reflexivo que faz parte das estratégias da Justiça Restaurativa, que tente utilizar técnicas de reflexão, educação e sensibilidade enquanto ferramentas de combate a violência. Nesse curso, os indivíduos são acompanhados por uma equipe multidisciplinar a qual apresenta uma variedade de informações voltadas a compreender a própria legislação de proteção a mulher, os atos que são considerados violentos e que muitas vezes não são percebidos por esses homens, conceitos de feminismo, machismo, masculinidade tóxica e outros assuntos pertinentes a sensibilização em relação a essas questões.

Em contato com a ONG Melhor Viver, uma das três instituições que prestam esse tipo de serviço em Ponta Grossa, perguntando a possibilidade de minha participação e realização de uma atividade temática com o grupo, acompanhado da solicitação

aprovada pela juíza responsável (anexo D), fui autorizado em participar de dois encontros, um deles em forma de espectador como estratégia de me aproximar do grupo e o segundo para aplicação da dinâmica sugerida.

Essa dinâmica teve o propósito de coletar informações indiretas sobre as principais características entre modelos de masculinidades e feminilidades percebidas pelos homens participantes do curso, a fim de reconhecer esses valores representados de maneira classificatória enquanto essenciais ou reprováveis, criando assim um modelo de ideal feminino e masculino, bem como o seu contrário, elaborado pelo grupo de homens agressores.

Essa atividade ocorreu, a partir do método de avaliação indireta baseado na seleção de princípios de classificação proposto por Selltiz et al. (1987). O método de avaliação indireta é utilizado quando o que se deseja saber é algo entendido enquanto desaprovado socialmente, onde nem sempre as pessoas se sentem confortáveis em fornecer informações desejadas, seja pelo desconforto, pela incapacidade de expor seus sentimentos em forma de palavras ou 'por não terem consciência de seus sentimentos sobre o assunto em questão (SELLTIZ et al; p. 73, 1987).

Desta maneira, a técnica utilizada de seleção de princípios de classificação foi realizada com a participação de dezenove homens, sendo solicitado que de maneira individual classificassem por ordem que julgassem de maior peso cinco características essenciais e outras cinco que repudiassem na personalidade do homem e da mulher, podendo seu resultado ser visualizado no capítulo quatro.

Após o tempo fornecido para essa classificação, foi realizado um momento de debate onde aqueles que se sentissem confortáveis poderiam expor as suas colocações e defender os seus pontos de vista, como medida de promover o diálogo, enriquecer o meu entendimento sobre como o grupo encarava o contexto em que estavam envolvidos e também tentar programar entrevistas aprofundadas com aqueles que se demonstrassem voluntários a participar.

No entanto, foi percebido que na medida em que eu instigava o diálogo procurando aprofundar maiores detalhes no assunto, os participantes desconhecidos entre si não se sentiam confortáveis em falar sobre suas histórias de vida e comentar com mais profundidade a ocorrência em que estiveram inseridos.

Nesse ponto, decidiu-se partir para um terceiro momento de trabalho de campo investigativo, o qual tinha sido colocado como segunda opção caso o contato com os sujeitos do curso de reflexão não fosse suficiente para responder as questões colocadas.

Optou-se em procurar a Penitenciária Estadual de Ponta Grossa na figura dos seus responsáveis na tentativa de realizar entrevistas com roteiros semiestruturados com detentos condenados à prisão em regime fechado ou semiaberto envolvidos em caso de violência doméstica que se dispusessem em contribuir com esta pesquisa.

Após algumas reuniões com o chefe de segurança e com comprometimento em arcar com questões éticas e de sigilo da identidade dos entrevistados devidamente oficializada (anexo E), fui autorizado realizar as entrevistas após a seleção desses sujeitos por parte da administração da penitenciária, que deveriam identificar no universo de 510 detentos, aqueles que já estiveram inclusos nessa dinâmica e que quisessem contribuir com a sua participação de maneira voluntária.

O roteiro de entrevista (anexo F) foi estruturado em compreender os eixos principais de investigação desta pesquisa, elaborando questões abertas que conduzissem o entendimento de como os sujeitos representavam a imagem da mulher envolvida no ato de violência, como era elaborado a representação em torno das emoções masculinas e femininas e de que forma isso era refletido em seu relacionamento, quais sensações lembradas no ato do crime, quais eram as principais emoções sentidas em relação a casa e como ela influenciava no conflito e as principais influências consideradas preponderantes na sua reação violenta que levou ao crime, procurando ouvir as suas histórias de vida e compreensões em torno do espaço doméstico, masculinidades, violência e as emoções envolvidas nesses conflitos.

As entrevistas foram realizadas em uma sala monocromática e com portas pesadas, onde em seu centro estava colocada uma pequena mesa com duas cadeiras, no qual me ocupei de uma. Quando afirmei para o agente penitenciário que eu estava preparado, o mesmo comunicou via rádio outro agente que estava em uma sala próxima com os homens que haviam concordado em participar. No primeiro momento eu estava apreensivo, pois a atmosfera espacial daquele local me incapacitava de sentir-se a vontade, mas resisti e continuei.

Os entrevistados foram encaminhados de maneira individual, vestidos com uniforme padrão e algemados com os braços para trás. Quando chegavam, eu convidada para se sentar, apresentava a minha pesquisa, argumentava sobre o anonimato de sua identidade e que nada daquilo conversado ali interferiria no cumprimento de sua pena. Iniciava a conversa tentando saber o que os havia levado até ali, já que eu não tinha recebido nenhuma informação prévia sobre o histórico desses sujeitos nem o fato que eles estiveram envolvidos.

Apesar do ambiente hostil e olhares rigorosos dos agentes penitenciários, com o decorrer da conversa, sem perder o aspecto de tensão a atmosfera daquele espaço passou a ficar mais leve e com a companhia do entrevistado passávamos a mergulhar no cenário que ele reproduzia. Eu como pesquisador me posicionei de maneira neutra sem colocar em pauta nenhum julgamento moral sobre suas atitudes, me permitindo estar aberto para aquilo que eles me contavam quando instigados por mim, meu gravador e o roteiro de entrevistas.

O perfil dos entrevistados era bastante variado apesar de ser um grupo pequeno, alguns tendiam seu discurso para um viés mais religioso, outros pareciam estar confortáveis com o fato ocorrido, além daquele que aparentava aspecto físico de sofrimento refletido em suas falas e expressões corporais. Ao final, foram realizadas quatro entrevistas que puderam ser utilizadas⁵, totalizando em uma hora e oito minutos de conversa gravada.

Optou-se em sistematizar essas entrevistas a partir do método qualitativo de análise de conteúdo estruturado por Laurence Bardin (2002). Para ela, a análise de conteúdo consiste em:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2002, p. 47)

A análise de conteúdo segundo essa perspectiva pode ser aplicada sobre diversos discursos ou formas de comunicação. Segundo Godoy (1995), nessa técnica metodológica o pesquisador pode buscar compreender as características ou símbolos

⁵ Uma entrevista não pode ser utilizada pelo fato de que o crime não se tratava de violência enquadrada na Lei Maria da Penha e por conta disso estava fora do recorte de análise proposto.

que estão por trás dos fragmentos de mensagens que são levados em consideração pelo ouvinte. Outros estudos realizados dentro do GETE que também utilizaram desta mesma metodologia podem ser visualizados, por exemplo, nos trabalhos de Rossi (2010), Gomes (2013), Santos (2015), Morais (2017) entre outros.

Para Bardin (2002), todo ato de discurso é pré-estabelecido pela organização de ideias que são evocadas no interior do pensamento individual e levadas em consideração no momento em que os sujeitos enunciam essas ideias em formato de fala. Na utilização da técnica de análise desse conteúdo, cabe ao pesquisador estruturar esse material de falas, explorar esse conteúdo de forma organizada e realizar uma interpretação sobre ele de forma a conceber aquilo que os sujeitos estavam evocando.

A estruturação deste material ocorreu da seguinte forma: todas as entrevistas foram transcritas respeitando a forma original em que a fala foi pronunciada; após uma pré-análise, ocorreu o desmembramento do texto na busca em localizar frequência de evocações que estivessem ligadas a categorias discursivas (elaboradas por mim) que respondessem as questões específicas que estruturam esse trabalho.

No final deste processo, foram localizadas 133 evocações ligadas a seis categorias discursivas distintas, sendo elas: 'justificativa do crime', 'representação masculina do espaço doméstico', 'emoções referentes ao ato da agressão', 'auto imagem masculina', 'representação masculina da mulher' e 'representação masculina da relação conjugal', todas detalhadas no capítulo quatro que compõe este trabalho.

Outras análises referentes a violência contra a mulher apontam para o fato de que além de grande parte dos assassinatos de mulheres serem cometidos por um parceiro íntimo, existe uma alta domesticidade nas ocorrências de homicídios de mulheres no Brasil. Segundo o Mapa da Violência, nos casos de homicídio masculino 10,1% são ocorridos em espaço domiciliar, entretanto nos casos femininos esse número ultrapassa o dobro, chegando em 27,1% (WAISELFISZ, 2015).

A casa neste sentido, apresenta-se enquanto um espaço com maiores condições para a realização da violência contra a mulher, sendo concebido na maioria das vezes enquanto um local de risco em uma relação conjugal violenta. Rolim (2008) afirma que

entre as violências sofridas pela mulher nos diferentes setores da sociedade, a doméstica é caracterizada como a mais incidente no Brasil.

Essas informações serviram como base para que utilizássemos o espaço doméstico enquanto recorte espacial para esse trabalho e condutor para compreendermos a relação espacial da casa enquanto reflexo de outras escalas globais, conceitos trabalhados ao longo do próximo capítulo.

O contexto de violência do qual as mulheres fazem parte serve para nos ilustrar que existe um fenômeno violento ocorrendo de modo específico em nossa sociedade: mulheres sofrem mais violência praticada por parceiros íntimos no interior de suas residências com muito mais frequência que os homens nas mesmas condições.

Dessa maneira, o capítulo presente dividido em duas seções articulou primeiramente a ideia em se produzir uma ciência pautada na desconstrução de uma ciência neutra e despolitizada, destacando o papel do pesquisador, seu lugar de fala e posição dentro do universo estudado influenciando de maneira transversal o que é produzido em suas pesquisas, mas que, deve manter em sua estrutura aspectos formais que caracterizam uma produção científica em comparação com outros tipos de conhecimento.

A segunda seção foi direcionada para ilustrar os recortes social, espacial e temporal que estruturam essa pesquisa, todos embasados em dados estatísticos nacionais e produções geográficas encontradas a respeito deste tema. Além disso, demonstrou os caminhos percorridos ao longo deste tempo e o instrumental metodológico utilizado para sustentar a cientificidade daquilo que está sendo produzido.

O próximo capítulo será destinado a debater os conceitos chaves que norteiam essa pesquisa: violência, espaço doméstico e masculinidades. Além disso, ilustrará o fenômeno especificamente na cidade de Ponta Grossa, demonstrando ao leitor o contexto deste fenômeno e as especificidades que cidade apresente frente às outras regiões do país e do mundo.

CAPÍTULO 2

MASCULINIDADES, ESPAÇO DOMÉSTICO E AGRESSÃO CONTRA MULHERES

Este capítulo tem como função apresentar o conjunto de conceitos que direcionaram as análises empreendidas para responder a questão central desta pesquisa que é compreender como as agressões contra as mulheres se instituem na interação entre masculinidades violentas e o espaço doméstico em Ponta Grossa.

Toda masculinidade é performada relacionalmente no tempo e no espaço. O fato das agressões perpetradas por homens contra as mulheres ter o espaço doméstico como fundamental no exercício de poder, demonstra que há uma dinâmica espacial específica que deve ser considerada. Embora a masculinidade seja performada em múltiplas outras espacialidades, é no espaço doméstico que se performa a violência contra as mulheres.

Este aspecto espacial da violência perpetrada por homens contra as mulheres está explicitado na Lei 11.340/06, nomeada Maria da Penha (BRASIL, 2006a), que define a violência doméstica como sendo toda ação ou omissão, baseada no gênero, que cause morte, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral e patrimonial, no âmbito da unidade doméstica, da família e em qualquer relação íntima de afeto, em que o agressor conviva ou tenha convivido com a agredida. Assim, o espaço doméstico citado pela Lei Maria da Penha exige que a Geografia desenvolva imaginações geográficas específicas que possibilite a compreensão dos seguintes dados da dinâmica social brasileira, explicitados no Panorama de Violência Contra as Mulheres no Brasil (BRASILIA, 2016): majoritariamente os homens são os agressores, envolvidos afetivamente com as mulheres que figuram como vítimas e o local preponderante da violência é o espaço doméstico.

O espaço doméstico compreendido por esta pesquisa se opõe radicalmente à ideia de que haja uma unidade espacial isolada de outros espaços. Pelo contrário, o espaço doméstico é composto por elementos de outras escalas que são também responsáveis pela construção dos gêneros. O exercício das masculinidades se transformam espacialmente e temporalmente e sendo assim, o argumento central que se constrói a partir dos dados empíricos é que o espaço doméstico tem sentidos

próprios que constitui a violência contra a mulher. O espaço doméstico é multiescalar, no sentido de se constituir num encontro específico de trajetórias, como propõe Massey (1994).

Para construir a sustentação conceitual dessa pesquisa, o capítulo está organizado em três seções. Na primeira foi realizada uma discussão para produzir o argumento de que as masculinidades são múltiplas e plurais e estão interligadas com o espaço e, portanto, a pesquisa adota a ideia de que as masculinidades violentas não são essencializadas, mas produzidas nas dinâmicas sociais e espaciais. Na segunda seção, demos ênfase na ideia de espaço doméstico concebido como multidimensional, pluriescalar e se constituindo como um encontro de trajetórias entre homens e mulheres em conflito. Sendo assim, esta seção dedica-se em desconstruir a ideia da casa ou do lar como um espaço fixo e preestabelecido. Na terceira seção deste capítulo foi estabelecida uma relação do fenômeno na escala nacional e apontadas as tendências do fenômeno da violência contra as mulheres no Paraná e em Ponta Grossa.

2.1 ESPAÇO E GÊNERO: MASCULINIDADES EM TRANSFORMAÇÕES

A compreensão de qualquer fenômeno a partir do viés espacial nos leva, em primeiro ponto, a crer como geógrafos decoloniais que o espaço não se faz enquanto mero receptáculo das relações existentes sobre ele, mas pelo contrário, interage de maneira constante, alterando e sendo alterado pelas relações que se dão em determinado tempo.

O fato de que 42% das ocorrências de violência contra a mulher ocorrerem no espaço doméstico (FBSP, 2019) nos leva a acreditar que existe um fator espacial preponderante neste fenômeno, pois esse número de ocorrências define um padrão geográfico no desenvolvimento deste tipo de violência, nos instigando a construir uma pesquisa que investigue qual o peso desta espacialidade em seu desenvolvimento.

O conceito do espaço passou por inúmeras transformações até chegar nas concepções que se encontram atualmente, dinâmica característica da própria evolução do pensamento científico. As diferentes concepções relativas ao conceito, variam de acordo com a corrente do pensamento geográfico em que os estudos estão afirmados,

influenciado pelas aceitações e embates epistemológicos pertinentes a cada época em que esse conhecimento foi produzido. Desta forma, o processo de conceituação do espaço não tem um modelo preestabelecido, estático, único, mas suas acepções são variáveis, compostas de conflitos e debates (CORRÊA, 2003).

Traçando uma linearidade da construção do conceito espacial dentro da ciência geográfica, o espaço na Geografia tradicional era conhecido principalmente pelos termos de espaço vital e/ou absoluto, compreendido enquanto aquele que se faz pela sua totalidade, apenas enquanto um receptáculo das relações, um abstrato que contém as coisas. A partir da Geografia Teorética-quantitativa ele passa a ser concebido através do raciocínio hipotético-dedutivo, que aplicando modelos matemáticos se preocupava em analisar a distribuição, circulação e posição espacial dos produtos sociais. O advento do materialismo histórico e do método dialético a partir da Geografia Crítica cria instrumentos para traduzir o espaço enquanto essência da reprodução da própria sociedade, concebido enquanto uma estrutura ativa, perdendo o seu caráter estático. Contrariamente a Geografia Crítica, o advento da Geografia Humanista e Cultural está assentado na subjetividade e na experiência, percebendo o espaço enquanto um campo de representações simbólicas, passível de ser percebido e vivido de maneira diferenciada entre diferentes sujeitos.

Percebemos que a construção do conceito está vinculada a recuos, avanços e transformações no campo das experiências em que a ciência está inserida. O objeto de análise deste trabalho compõe um eixo investigativo que contempla a epistemologia das chamadas Geografias Feministas e de estudos pós-coloniais, campo de debate e produção científica em que o GETE está inserido.

Silva (2009) argumenta que a Geografia científica foi estruturada durante muitos anos a partir de um viés essencialista que possibilitou a predominância de um discurso direcionado por um grupo ocidental, branco e masculinizado, influenciando na produção de uma ciência marcada por privilégios de cor e raça e com pontos de vistas localizados e particulares. A partir disso, os estudos produzidos durante esse tempo impossibilitavam da análise geográfica, inúmeras outras especificidades reflexivas de grupos e sujeitos pesquisadores/as em relação com outros espaços além dos quais esse grupo hegemônico estava inserido através de suas posições de privilégio.

A partir disso, a trajetória de produção científica que o GETE vem produzindo faz parte de uma estratégia política de pesquisas que visam fomentar um campo de debate científico que colabore com a subversão deste discurso hegemônico construído em relação as temáticas relevantes de pesquisa geográfica e desconstruir a idealização de uma identidade neutra e universalizadora do conceito de espaço construído ao longo desse tempo (SILVA; SILVA, 2011).

Elaborar uma ciência geográfica a partir desse viés nos leva a refletir sobre os argumentos norteadores do conceito de espaço a partir de um (re)posicionamento que nos permita considerá-lo cada vez mais distante de um ideal homogêneo, neutro, inerte e unilateral. Mas diferente disso, perceber o espaço enquanto um produto das distintas relações sociais que são permeadas por relações de poder, influenciando e sendo constantemente influenciado por ações entre sujeitos e em constante transformação.

O espaço geográfico enquanto um produto das relações é analisado por Henri Lefebvre, o qual o compreende enquanto uma materialidade social obtido pelas práticas e atividades humanas que através de seus corpos e ações, produzem espaços sociais que refletem a interação entre esses sujeitos e suas práticas específicas (LEFEVRE, 2006).

Segundo o autor, o produto dessas interações cria uma fragmentação espacial que se dá a partir de tendências entre os grupos hegemônicos que dividem o espaço em porções que criam especificidades entre cada uma dessas partes. Dois aspectos cruciais mediam essas distintas produções do espaço: o corpo e o discurso, principais ferramentas da existência humana que possibilitam o espaço ser percebido, concebido e vivido de maneira singular entre diferentes sujeitos.

As maneiras diferenciadas com que os indivíduos ou grupos acessam e produzem esses espaços imprimem sobre ele um reflexo dos diferentes interesses e ações. Se analisarmos em fragmentos a totalidade de uma cidade, por exemplo, perceberemos que cada uma dessas partes reproduzirá as ações dos sujeitos elaboradas em seu meio e em interação com outros agentes produtores do espaço.

Milton Santos por sua vez compreende o espaço enquanto um sistema de objetos e ações que, antes de ser um reflexo, é produto de ações que constroem e transformam o seu meio natural ou social. Nesta medida, o espaço pode ser analisado

a partir de categorias analíticas pontuais como estrutura, forma, função e processo encontrados em sua constituição visível (SANTOS, 1982).

Corrêa (2003) ao debruçar suas reflexões a partir das especificidades do espaço urbano, argumenta que este é caracterizado enquanto uma instância, reflexo e condição da sociedade, produzido pela relação entre diferentes agentes que o produzem, a saber: os detentores dos meios de produção, o Estado, os proprietários imobiliários, os grupos sociais excluídos e os latifundiários. Para o autor, o espaço urbano a partir disso é fragmentado, articulado, reflexo e condição, campo simbólico e de lutas entre os grupos que o produzem.

Essas reflexões nos dão ferramentas para pensar o espaço para além de um conjunto de ideias, mas enquanto algo que possibilita e materializa a existência de diferentes eixos de poder inerentes à multiplicidade humana. Podemos levar em consideração um sujeito com uma trajetória de vida específica produzida em um contexto geográfico e social singular, que participa de forma ativa na construção dos espaços vividos por ele e por outras pessoas com trajetórias diferentes (ou não) da sua, em uma constante relação de troca, harmonia ou embate.

Enquanto uma das mais importantes teóricas que dão base para as chamadas Geografias Feministas, Doreen Massey afastando-se de uma compreensão estruturalista acerca do espaço pensa este conceito enquanto um evento produzido pelas inter-relações entre sujeitos, esfera que tem em sua essência a capacidade de possibilitar a coexistência de distintas trajetórias humanas e que a partir disso se faz enquanto produto de relações que são antes práticas materiais (MASSEY, 2008).

A autora propõe um avanço no sentido de pensar o espaço geográfico para além de uma estrutura fixa elaborada a partir de uma dicotomia entre tempo e espaço, mas gerado a partir da integração entre eles e capacitando a experiência de um lado e a construção da diferença do outro, abrindo este campo para o novo, para superação da ideia essencialista e por isso político.

O espaço neste sentido é um campo que possibilita o encontro da multiplicidade humana, sendo essa a ferramenta que elabora os aspectos identitários das diferentes espacialidades que não ocorrem de maneira preestabelecida ou essencialista, mas são fruto da presença de interações entre diferentes trajetórias relativamente independentes

e na medida que coexistem, caracterizam aspectos identitários de cada espacialidade (MASSEY, 2008).

Por conta de estar constantemente nesse processo de interação entre sujeitos e grupos que interagem entre si e entre o espaço, este, segundo a mesma autora está sempre em formato de um produto inacabado, tendo seu formato e sua disposição em plena elaboração e alternando-se na medida em que novas relações se dão em seu meio (MASSEY, 2008).

Além disso, essa interação cria multiplicidades coetâneas subjetivamente espacializadas e em constante processo de devir. O modo de interagir com essas subjetividades espacializadas, organizá-las, movimentá-las ou não, ocupar-se delas ou se sentir excluído, cria espacialidades específicas em detrimento dessa esfera geral, criando distinções dentro de um todo espacial.

Desta maneira, o modo de vivenciar o espaço da casa, por exemplo, ocorre de maneira diferenciada entre os sujeitos que a compõem. Essas diferenças ocorrem pelo fato de cada indivíduo interpretar e vivenciar essa espacialidade de uma maneira específica, criando assim um contexto de interação específico e com contribuições de interferência em sua produção também diferenciadas.

Entretanto, o acesso aos espaços e as possibilidades de interação com eles no sentido geral não se dão de maneira igualitária entre os diferentes grupos que o constituem. Isso ocorre, pois, caracterizado aqui enquanto reflexo e condição das relações sociais, o mesmo é permeado por relações de poder distribuído de forma diferente entre os agentes que o constituem.

Importante destacar que a existência dessas relações de poder desigual reflete nas disparidades de produção espacial dos diferentes sujeitos envolvidos. Somando-se a essa disparidade, esta disputa é permeada por interesses distintos de cada grupo, que através de uma hegemonia conquistada em determinado momento, o grupo com maior privilégio tem a capacidade de ditar quem pode ocupar e por consequência, produzir determinados espaços e sistemas que impedem a inclusão de outros agentes nesta dinâmica (MCDOWELL, 2000).

A existência de grupos hegemônicos que universalizam o espaço a partir das características criadas pelos seus interesses limitam o espaço através da imposição

dessa superioridade. Entretanto, essa situação entre subordinados e subordinantes não é estática e desenvolvida de maneira natural, e por isso, é passível de alteração e isso ocorre constantemente, ou seja, a posição desses grupos não se dá de maneira universalizadora e irreversível.

A noção de movimento e alteração das relações de poder sendo pertinente às transformações socioespaciais são elaboradas por Rose (1993) a partir do conceito de espaço paradoxal. Para ela, a posição de um indivíduo inserido em uma relação de poder nunca é estática, mas multidimensional e plurilocalizada. Ou seja, um mesmo sujeito pode variar sua localização dentro de uma estrutura de relações de forças dependendo das características que se levem em consideração naquele dado tempo e espaço. É esse movimento e dinâmica de tensão que permite a desestabilização de um poder instituído e potencializa mudanças nas produções espaciais.

Entretanto, essa variação posicional depende também da atividade dos grupos subordinados utilizarem da existência das fissuras do poder para exercer uma contravenção à ordem estabelecida, o que pode variar de intensidade a partir do fenômeno em que esse grupo está inserido. Em relação à violência de gênero percebemos que essa alternância entre centro e margem ocorre de maneira muito mais inconstante.

Michel Foucault (1988) ao desenvolver estudos acerca do poder, nega este fenômeno enquanto algo atribuído ou agraciado a algo ou alguém exclusivamente, mas desenvolvido a partir de uma multiplicidade de relações de forças e estímulos que são constantemente alimentadas, lhes possibilitando essa posição desigual entre os grupos subordinados e subordinantes (FOUCAULT, 1988).

Esse conjunto de normas que sustentam o poder é fundado através da conveniência que mantém e dão suporte aos grupos privilegiados, sendo esses os mesmos que convencionam tais legislações visando à manutenção do poder dentro dos locais que lhes são permitidos. No caso da violência doméstica, essa manutenção do poder ocorre de maneira mais intensa para o grupo de homens violentos, que a partir da força física e outros tipos de violência conseguem manter a sua posição de privilégio frente a essa multiplicidade de relações.

Em relação a isso, Bourdieu (2012) argumenta que a organização de nossa sociedade é assentada a partir de uma ideia androcêntrica, posicionando o sujeito masculino hierarquicamente superior ao feminino. Esse grupo manteve um poder social inabalável durante muito tempo, alocando a construção da sociedade ocidental a partir de pilares que colocam esta parcela da sociedade enquanto superior, privilegiado, detentor daquilo que seria considerado racional, independente, forte e livre.

Essa ideia, transferida por gerações e, muitas vezes, sustentada pela produção científica, permitiu durante muito tempo atribuir aos homens uma posição privilegiada nas esferas de organização pública, política e social, posicionando espacialmente as mulheres na maioria das vezes em uma relação inferiorizada e restrita ao espaço privado.

Essa naturalização entre espaço privado e o sujeito feminino, é resultado da produção de idealizações simbólicas dos espaços determinados por grupos hegemônicos masculinos. Isso acabou criando um desequilíbrio entre o consciente popular, permitindo múltiplas formas de opressão das mulheres fortemente resultantes de um sistema patriarcal e machista que compõe a nossa sociedade.

O patriarcado segundo Silva (2009) é compreendido pelas geógrafas feministas como sendo:

[...] um sistema de relações hierarquizadas no qual os seres humanos detêm poderes desiguais, com a supremacia da autoridade masculina sobre a feminina em diversos aspectos da vida social, abrangendo desde os sistemas econômicos e sistemas jurídico-institucionais até os regimes cotidianos do exercício da sexualidade (SILVA, 2009, p. 33)

Ou seja, as formas de acessar, conceber, interpretar, produzir e interagir com o espaço geográfico são potencialmente diferenciados entre grupos de homens e mulheres, tendo no corpo e nas relações de gênero um ponto crucial de disparidade nesta produção espacial.

Estudos realizados no âmbito da Geografia e das ciências sociais ilustram as diferentes maneiras como homens e mulheres interagem com o espaço urbano muitas vezes marcado por um cerceamento limitador feminino. Essa limitação é refletida também em outras esferas da vida cotidiana dessas mulheres.

Ornat e Silva (2007) ao comparar o deslocamento cotidiano realizado entre homens e mulheres em dois bairros distintos da cidade de Ponta Grossa - PR, afirmam

existir acentuadas diferenças entre as razões, intensidades e destinos no deslocamento intra-urbano desses dois grupos de seres humanos. Os autores destacam que nos dois grupos analisados, os motivos de deslocamento dos homens estavam em grande parte ligadas à reprodução econômica e de lazer, enquanto que para as mulheres os motivos estavam estritamente ligados às atividades domésticas e familiares. Além disso, as distâncias percorridas pelos homens eram muito maiores do que as das mulheres, essas mais restritas a região do bairro e da residência.

Cesar (2015) elaborou um trabalho analisando a produção científica no campo da Geografia através das publicações realizadas entre os anos de 2013 e 2015 em periódicos científicos brasileiros e realizando uma contextualização da estruturação do corpo docente dos 55 programas de pós-graduação distribuídos pelo Brasil. A autora destaca que a produtividade entre profissionais homens e mulheres da ciência geográfica brasileira é composta por hierarquizações externas a academia que influenciam na maior quantidade de trabalhos feitos por cientistas homens.

Sua pesquisa demonstrou que entre os casais que trabalhavam na produção científica, os homens tinham uma maior produção acadêmica por possuir privilégios em relação ao trabalho doméstico e familiar, sendo que este era feito na maior parte das vezes pelas suas companheiras, disponibilizando para eles maior tempo para produzir os trabalhos científicos dentro de suas residências, enquanto que para elas, o tempo relativo para essa produção era muito menor, concomitante com o trabalho doméstico e de cuidado com os filhos.

Em relação a estruturação do mercado de trabalho moderno, Cavazzote et al (2010) discute as diferentes relações de gênero estruturando os critérios de alocação de recompensa salarial, no ideal de satisfação com o trabalho e na percepção em relação a distribuição de cargos entre homens e mulheres. A autora afirma que a percepção afirmativa da desigualdade presente nas entrevistas, tem impactos negativos sobre as atitudes das mulheres e os locais que a empregam, onde a desigualdade de oportunidades e recompensas afeta significativamente em suas intenções em deixar a empresa.

As reflexões feitas até aqui nos permitem afirmar que espaços estão a todo tempo sendo construídos a partir de uma constante luta entre diferentes grupos e

sujeitos que os produzem que apesar de existirem grupos hegemônicos que ditam aquilo que pode ou não ser acessado, a produção do espaço possibilita com que essa regra possa ser modificada.

Entretanto, essa possibilidade só é existente na medida em que os grupos subordinados à regra estabelecida consigam acessar os espaços existentes e se apropriar das fissuras de poder nele contidas. Essa ação por sua vez é dificultada nas relações de gênero na medida em que os espaços geográficos estão transversalmente compostos por códigos de comportamento e controle social preestabelecido que instituem sobre ele regras a serem seguidas.

Segundo Scott (1990), as normas e códigos de conduta estabelecidos na sociedade são cerceados diretamente através dos corpos sexuados, funcionando como uma base onde esses devem corresponder com os papéis pré-definidos socialmente, diferenciando-se de acordo com as especificidades espaço-temporais.

Assim, existe uma expectativa para cada grupo de indivíduos elaborarem culturalmente os papéis sociais estabelecidos previamente, acabando por impor uma estrutura linear entre sexo e gênero atrelados a um espaço e tempo específico daquilo que é considerado ideal entre ser homem e ser mulher.

Essa argumentação se afirma através das reflexões de Doreen Massey (1994) a qual cria o conceito de espaço generificado. Para a autora, as fragmentações espaciais entre aquilo que seria de cunho feminino e masculino, remetem a própria construção das esferas sexuais do espaço e a própria divisão sexual do trabalho. Ou seja, a separação daquilo que seria de cunho feminino ou masculino ser desenvolvido ou ocupado é um fator que embasa a divisão generificada dos espaços, visto que afirma as funções particulares de cada sujeito, utilizando como base de segregação a anatomia sexual de seus corpos.

Judith Butler (2003), no entanto nega essa estrutura essencialista pré-existente do gênero. Para a autora, a construção do gênero se dá de maneira performática, ou seja, é elaborado a partir de atos repetitivos que se fazem através de um processo de construção e desconstrução da representação social obtida sobre os corpos. Esse processo de construção e desconstrução não acontece de forma passiva reproduzindo um ideal socialmente imposto ou essencialmente biológico, mas ocorrem através de um

processo aberto, instável, plural e heterogêneo, características próprias da complexidade humana.

Essas reflexões nos possibilitam visualizar o cerceamento da complexidade e diversidade das características humanas e suas imposições espaciais, mas também nos embasam e possibilitam desconstruir a ideia de um gênero binário, fixo e pré-existente, da mesma forma que o espaço também não o é.

Os estudos feministas a partir disso, englobaram uma agenda de trabalhos que objetivaram desnaturalizar os papéis de gênero impostos socialmente, negando a construção universal das diferenças sexuais. Isso implica no caso da Geografia, uma análise das diferentes escalas espaciais na configuração das relações de gênero e das sexualidades (SILVA, 2009).

Desta forma, os estudos de gênero podem ser caracterizados enquanto uma categoria de análise geográfica na medida em que a anatomia corporal envolve mais do que uma função simplesmente biológica, mas que é a principal ferramenta para construir espacialidades e por esse aspecto está relacionado com um conjunto de funções sociais (CHIMIN JÚNIOR, 2011).

Nesse sentido, além de um campo científico, podemos elencar as Geografias Feministas enquanto uma esfera de debate político, na medida em que existe em sua essência um compromisso fortemente vinculado à subversão das estruturas de poder que embasam as diferenças de gênero, atribuindo inferioridade entre diferentes grupos a partir de diferenças na anatomia do corpo humano ou determinismos biológicos (SILVA, 2009).

Como as estruturas de poder não se distribuem de maneira inerte sobre o espaço, o movimento temporal acarretou mudanças nos padrões de feminilidades e masculinidades fazendo com que nem toda forma de identidade masculina ou feminina corresponda com o ideal hegemônico estabelecido em uma sociedade. Essas mudanças levaram geógrafos a explorarem a elaboração entre diferentes masculinidades ligadas a espacialidades específicas.

Ser homem não se resume em um fato biológico, pois no instante do nascimento a sociedade aplica sobre o futuro daquele recém-nascido uma gama de atribuições e

papéis rígidos determinado pela anatomia de sua genitália, variando de acordo com o tempo e o espaço.

Desta forma, o que caracteriza o homem é o exercício do poder normativo que aplica sobre seus corpos uma forma de masculinidade elaborada em conjunto a uma multiplicidade de fatores espaciais, econômicos, culturais, moldando sua vivência e maneira de se comportar no mundo, conforme afirma Butler (2003).

Robert Connel (1995) elabora uma discussão em relação a categorização das masculinidades. Para o autor, existe a representação de uma masculinidade hegemônica constituída através das relações fálicas do poder, que elaboram um ideal do sujeito masculino através da figura de um homem cisgênero, forte, branco, com alto poder aquisitivo, provedor de sua família. Entretanto, a elaboração deste ideal é constantemente tensionada nas relações com outros sujeitos que não se enquadram nessa perspectiva, criando a marginalidade de outras formas de masculinidades que não se adéquam a essa.

Além dessas tensões de poder, McDowell (2001, 2002, 2007) evidencia os tensionamentos dos padrões hegemônicos da masculinidade afirmando que a instituição dos papéis de gênero varia conforme sua dimensão geográfica, sendo o espaço um fator que impossibilita a fixidez de uma masculinidade homogênea.

Neste ponto, percebemos que o espaço doméstico não é o ponto exclusivo na constituição de uma masculinidade violenta, pois a característica violenta do sujeito é resultado de um conjunto de sua interação com inúmeras espacialidades distintas ao longo de sua vida. Ou seja, a produção das masculinidades é elaborada pelo conjunto de diversas espacialidades, não sendo restritos ao espaço doméstico, mas que, no entanto, é nesse local que essa característica tem possibilidade de se expressar sem maiores restrições, na maioria das vezes.

Para Peter Jackson (1991, 1994) a influência espacial e temporal nos inúmeros modelos de ser homem é um importante campo da Geografia para compreender a influência do papel de gênero influenciando nas relações sociais, pois nos fornece ferramentas para desestabilizar um ideal hegemônico em relação ao ser homem inalcançável para a grande maioria e que acaba com isso acarretando inúmeros tipos de sofrimento.

Compreender a construção da masculinidade envolvida em casos de violência doméstica, também nos leva a considerar aquilo que afirma Hopkins (2007) ao se referir que a análise das masculinidades deve levar em consideração que elas se constituem a partir de um conjunto de práticas e significados que envolvem condutas, valores e contextos situados.

Rossi (2010, 2011) na apresentação de elementos que compreendem a existência espacial dos adolescentes do sexo masculino em conflito com a lei, afirma que apesar desses sujeitos serem considerados não contemplados pela masculinidade hegemônica socialmente elaborada pelo fato de estarem ligados ao consumo de drogas, furtos e roubos, os mesmos elaboram estratégias cotidianas de transgressão que permite-os ter um reposicionamento constante em diferentes configurações de relações de poder.

A partir da colaboração do grupo pesquisado o autor afirma que mesmo os menores infratores sendo considerados enquanto fazendo parte de uma masculinidade periférica, no decorrer de seus atos cotidianos e dependendo da localização de suas atividades, eles alcançam a centralidade das relações de poder a partir dos ideais construídos em determinados espaços de conflito, permitindo observar essa constante relação de (re)posicionamento entre centro e margem das relações de masculinidades elaboradas socialmente.

Gomes e Silva (2016) buscando compreender as trajetórias espaciais de jovens do sexo masculino consumidores de drogas ilícitas e moradores de áreas periféricas pobres da cidade de Ponta Grossa, traçam uma relação entre os conceitos de juventude, masculinidade e Geografia das Emoções nessa dinâmica de drogadicção. Para os autores, o uso de drogas se configura através de uma 'aliança identitária' masculinizada, onde os jovens utilizando dessas substâncias encontram em seus efeitos uma realização idealizada de pertencimento a um ideal masculino.

Essas análises geográficas permitem demonstrar os diferentes perfis de masculinidades elaboradas em um espaço-tempo determinado, que estão em constante construção e na busca pela centralidade nas relações de poder, influenciados por diferentes eixos identitários que os alocam de maneira distinta na elaboração de suas masculinidades.

Lembrando o conceito de poder elaborador por Foucault (1988), percebemos que o sistema de opressão desenvolvido no âmbito da sociedade capitalista ocidental não ocorre apenas pela dicotomia entre sexo masculino e feminino, estando o homem sempre no topo desta cadeia de forças, mas também é desenvolvido entre os próprios grupos a partir de ideais construídos e pelo desenvolvimento de atos pelos quais esses devem ser enquadrados.

Pensar essas diferentes maneiras que o espaço interfere na constituição de relações de poder desiguais entre homens e mulheres servirão como guia nesta pesquisa. Este espaço é aqui adotado a partir da perspectiva de Doreen Massey (1994, 2008, 2014) que o concebe enquanto um elemento que apesar de conter características da universalização de grupos hegemônicos que imprimem sobre ele certas ações de poder, é alterado constantemente pelas relações que se desenvolvem em seu meio ao mesmo tempo em que é um agente alterador dessas relações, enquanto um produto vivo, dinâmico e inacabado.

Utilizando a espacialidade da casa enquanto recorte de análise, buscaremos compreender de que maneira este local se constitui, é elaborado e concebido pelo grupo de homens agressores, levando em consideração que enquanto agentes espaciais, esses são potenciais alteradores dessa espacialidade na mesma medida em que também são constantemente influenciados.

Por sua vez, as masculinidades são aqui tratadas enquanto um exercício normatizado cotidianamente e constituídas a partir de um conjunto de práticas e significados que envolvem condutas, valores e contextos situados, ou seja, suas características hegemônicas variam conforme sua localização geográfica e estão em constante conflito com outras maneiras de se constituir enquanto homem (HOPKINS, 2007).

2.2 ESPAÇO DOMÉSTICO E VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Na seção anterior foi desenvolvida a ideia de que gênero e espaço são interdependentes, já que as masculinidades são performadas espacialmente por meio de relações de poder. Nesta seção, discutiremos como a escala do espaço doméstico

se constitui de masculinidades específicas, conformando o fenômeno da violência contra a mulher e em última escala de violência o feminicídio.

Podemos analisar que cada espacialidade assume características temporais, que em ação conjunta com as relações sociais definem papéis preestabelecidos entre os sujeitos que estão em interação, criando uma particular hierarquização entre os gêneros opostos e entre os sujeitos do mesmo gênero, mas que, entretanto têm suas identidades abertas em um processo de construção, desconstrução e de redefinições identitárias por meio da repetição de determinados atos (BUTLER, 2003).

O conceito de gênero trabalhado até aqui é aquele adquirido a partir da repetida ação cotidiana entre homens e mulheres, que são elaborados culturalmente através da construção de um imaginário idealizado da figura masculina e feminina (BUTLER, 2003). Entretanto, a dualidade ligada a anatomia corporal não contempla a complexidade humana, identificando que existem variadas formas de masculinidades e feminilidades sendo elaboradas constantemente, em um movimento aberto e em constante modificação.

Contudo, essa ideia binária e hierarquizada tendo como base o gênero é muito presente em nossa sociedade, influenciando na produção espacial dos diferentes fragmentos do espaço urbano e na vivência daqueles que o compõe. Saffioti (2001) argumenta que embora a relação entre sexo e gênero não seja unívoca e mantenedora de papéis desiguais entre homens e mulheres, os papéis desenvolvidos socialmente em relação ao feminino e masculino o são, potencializando a ideia na maioria das vezes natural entre a inferioridade do feminino em relação ao masculino.

A violência doméstica sofrida pelas mulheres é exemplo de um resultado entre as desigualdades ligadas às construções de papéis sociais diferenciados entre homens e mulheres que coloca as mulheres em uma posição desfavorável nesta dinâmica.

Abramovay (2000) e Cavalcanti (2007) definem a violência enquanto um fenômeno multifacetado que vai além do uso da força exercido sobre a integridade física de alguém, mas enquanto todo ato de brutalidade, abuso, constrangimento, imposição, discriminação, ofensa, desrespeito que agride o bem-estar psíquico, emocional, simbólico ou patrimonial dos indivíduos ou grupos nas diferentes esferas da

sociedade, caracterizando relações que se baseiam na ofensa e na intimidação pelo medo e pelo terror.

A partir de um olhar freiriano, o ato de violentar consiste em desumanizar a pessoa através da opressão e da inviabilidade do diálogo, impossibilitando o sujeito de ser livre em seu ato de pensar e de não oferecer condições para que ele desenvolva consciência crítica. A violência por essa vertente se faz através da dominação, alienação, exploração e opressão que ocorre através de meios radicais ou não (FREIRE, 1989; 2003).

A definição oficial em relação à violência contra a mulher adotada pela legislação brasileira foi elaborada na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher - Convenção Belém do Pará (BRASIL, 1996). Entendida enquanto uma violência que afeta a dignidade humana feminina, a violência contra a mulher é caracterizada enquanto violadora dos direitos humanos e das liberdades essenciais da cidadania das mulheres, fato esse que afeta os ideários estabelecidos mundialmente em relação aos direitos básicos da humanidade.

A Lei Maria da Penha (11.340/06), principal diretriz legislativa que pune a violência contra a mulher no Brasil, define como violência doméstica e familiar 'qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial', ocorrido no âmbito de espaço de convívio permanente de pessoas com ou sem vínculo familiar, em qualquer relação íntima de afeto e independente de orientação sexual (BRASIL, 2006a)

Segundo Oyarzabal (2013) costuma-se ocorrer diversos equívocos terminológicos em relação aos tipos de violência enfrentados pelas mulheres. Embora essas variações sejam vinculadas entre si e não se manifestem de maneira isolada, cada qual tem conceituações diferentes muito relacionadas ao espaço de efetivação.

Segundo a autora, a violência de gênero engloba tanto a violência de homens contra mulheres e de mulheres contra homens, justamente pelo termo 'gênero' possibilitar essa abrangência mais ampla. Assim, a violência doméstica e familiar é enquadrada enquanto uma modalidade específica da violência de gênero.

A violência intrafamiliar por sua vez, além de estar inserida na denominação da violência de gênero tem sua especificidade na medida em que envolve pessoas de uma

mesma família, levando em consideração o parentesco consanguíneo ou o parentesco por afinidade (sogro, genro, cunhado, padrinho, entre outros). A violência intrafamiliar não leva em consideração o espaço físico em que a violência ocorre, não sendo determinada pela relação com o espaço doméstico.

Para Hannah Arendt (1985) a violência nada mais é que um sintoma da perda do poder. Para a autora, toda instituição política ou individual que em determinada circunstância percebe o poder que lhe é atribuído perder força, substitui esse atributo pela violência, tentando por esse meio restituir aquilo que em outros momentos lhe era atribuído de forma plena.

Engels (2006) ao produzir a história da constituição da sociedade antiga em sua célebre obra “A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado” argumenta que a expressão da palavra ‘família’ vem do romano para designar uma nova classificação social cujo chefe mantinha sob seu poder a mulher, os filhos e certo número de escravos com o direito de vida e morte sobre todos eles.

A estrutura monoparental familiar que temos atualmente surge segundo o autor, no período de transição entre a fase média e superior da barbárie. Sua estruturação tem como base o início de acúmulo de riquezas privadas, onde surge a necessidade de uma relação monogâmica para que a partir da geração de filhos, ocorresse a transmissão da herança do homem, simbolizando a relação conjugal uma espécie de propriedade do indivíduo.

Badinter (1985) descrevendo as funções que cada integrante de uma família possuíam ter ao longo da constituição da história da família ocidental, afirma que a figura paterna sempre se apresentou enquanto uma autoridade marital. Essa figura, segundo a autora, é construída a partir de uma idealização religiosa, mas também política e filosófica, que alocava no homem o poder de julgar e punir os outros integrantes da família de maneira absoluta e incontestável.

Em ambos os casos, o homem se encontra no centro da constituição familiar e se apresenta enquanto uma figura inquestionável sobre os demais integrantes da família. Essa simbologia em relação ao papel do homem foi certamente alterada ao longo dos anos muito em razão dos movimentos sociais em específico os feministas,

mas que, no entanto ainda hoje pode ser percebido em algumas organizações familiares e refletidos em diferentes contextos.

Segundo o Grupo Banco Mundial, até o século XX, em muitos países a legislação permitia que o marido utilizasse de violência física para mostrar autoridade sobre sua esposa. Ou seja, até poucos anos atrás o Estado regulava a centralidade do homem na constituição da família enquanto sua posse particular, autorizando a utilização da força física quando fosse necessário para um controle de seu “patrimônio” (BANCO MUNDIAL, 2015).

Patteman (1993), elaborando uma discussão em relação a formação da família e do casamento através de um contrato, afirma que esse legitima o direito da dominação masculina e institucionaliza o poder patriarcal. Segundo ele, o contrato também é sexual, na medida em que cria um acesso sistemático dos homens ao corpo das mulheres.

Esses tipos de políticas ou instituições contribuía com a naturalização da regulação do corpo feminino, elencando-o enquanto uma propriedade do marido e que nesse sentido, era passível de domesticação e regulação a partir daquilo que o homem, central nessa relação conjugal, achasse necessário.

Essas análises demonstram que, por mais que a dominação masculina não ocorra de maneira generalizada em todos os vínculos conjugais, nem a mulher tenha uma posição passiva frente a essas dinâmicas, a estrutura em que essa instituição foi formada, segundo esses autores, carregam símbolos patriarcais que colocam os homens em posição privilegiada, ainda muito presente no inconsciente popular.

Oliveira (2015) destaca que a divisão do trabalho baseada em parâmetros tradicionais de papéis de gênero contribui para a reprodução de desigualdades estruturais entre homens e mulheres na medida em que a sobrecarga do trabalho doméstico é cotidianamente ligada enquanto uma obrigação feminina, influenciando que elas desistam de buscar um emprego no mercado de trabalho e fazendo disso um fator crucial para a permanência da mulher em uma posição de dependência financeira em relação ao homem.

Neste sentido, a espacialidade da casa se apresenta enquanto sendo constituída em relação dicotômica com o espaço público. Carlotto e Mariano (2010) afirmam que a

tradição social construída através do binarismo sexual e espacial define papéis que naturalizam a afirmação de que os espaços privados e domésticos são de responsabilidade do feminino e o espaço público e político está atrelado com a figura masculina. Como o espaço privado está subordinado ao público e o feminino ao masculino, se estabelece a ideia de dominação generificada e espacial.

Portanto, a casa é uma escala espacial constituída de especificidades que carregam elementos de relações generificadas e hierarquizadas entre o masculino e o feminino. A lógica de dicotomizar o espaço público e privado ajuda a reforçar a ideia da vivência das mulheres restritas ao ambiente privado e camuflar boa parte de sua atuação social como o da reprodução familiar que gira em torno do cuidado com os filhos e dos afazeres da casa, considerados ambos como 'não trabalho'. As atividades consideradas como trabalho são as da esfera pública, do trabalho remunerado e também de decisões políticas associados como próprios do masculino.

Linda McDowell (2000) além de definir essa estrutura enquanto capacitadora da impossibilidade da emancipação feminina, argumenta que a casa nessas concepções se faz enquanto um produto de posse matrimonial para manter o controle sexual e corporal da mulher casada, potencializando esse local enquanto um espaço de controle dos homens sobre as mulheres.

Por mais que alguns estudos colocam a casa enquanto local caloroso, de aconchego e companheirismo (KELLERHALS et al, 1989; STASZAK, 2012; ARCE, 2005), neste trabalho esse ambiente é visto enquanto local que potencializa a violência doméstica e que a mulher corre mais riscos em uma relação amorosa violenta.

Peixoto (2018), fazendo um levantamento dos casos de violência de gênero na cidade de Rio de Janeiro, a partir de dados do Instituto de Segurança Pública do Estado – ISP, elabora a construção do perfil da vítima que majoritariamente sofria violência, o perfil do autor e também os locais da cidade em que esses crimes aconteciam de forma privilegiada. O espaço doméstico segundo a autora é o local que aparece enquanto o mais propício para ocorrer todos os tipos de violência contra a mulher, ou seja, os casos de violência física, psicológica, sexual e de ameaça ocorrem com predominância nos espaços do lar comparado aos espaços públicos. Além disso, verificando os locais onde ocorreram os crimes de lesão corporal, 60% ocorreram no espaço residencial, enquanto

que somente 26% ocorreram em espaços públicos. Além disso, relatando a relação entre as vítimas e o agressor, em 45% dos casos o agressor possuía uma relação conjugal com a vítima.

Lopes (2016), ao pesquisar os casos de violência contra a mulher no Estado de Rio Grande do Sul entre os anos de 2012 e 2015, afirma que a predominância dos feminicídios que ocorreram no estado, absolutamente em todos os anos de análise foram cometidos no interior do domicílio (37%), enquanto que as ocorrências em via pública aparecem em menor quantidade (23%). Para a autora, a especificidade da violência de gênero contra as mulheres fica evidente quando consideramos que o domicílio aparece apenas como terceiro local mais frequente para os homicídios masculinos que ocorreram no estado no mesmo período, concentrando apenas 12% dessas ocorrências (LOPES, 2016, p. 91).

Silva (2018), ao realizar uma contextualização dos assentamentos rurais da região nordeste brasileira em relação aos casos de violência sofrida pelas mulheres, destaca que o casamento e a maternidade são elementos centrais de controle de liberdade se apresentando enquanto transversais nos casos de violência. Além da divisão tradicional do trabalho embasado em papéis de gênero, a pesquisa destaca que os papéis de cada sujeito da família são fortemente estabelecidos através do gênero e por conta disso, 'o homem detém o controle dos bens, das decisões da mulher e dos filhos além de monitorar o ir e vir das mulheres e as suas sexualidades' (SILVA et al, 2018, p. 93).

Apesar de diferentes recortes, essas pesquisas trazem a casa enquanto local constantemente central nas relações de violência contra as mulheres e a figura do homem enquanto principal opressor e detentor da centralidade nessas relações conjugais violentas. Entretanto, a casa não se faz enquanto um espaço isolado do restante da cidade e nem mesmo as relações que ocorrem em seu interior são elaboradas remotamente.

Doreen Massey em 'Um sentido Global para o Lugar' afirma que a nova configuração do espaço-tempo comprimido imprime sobre o lugar uma diferente roupagem, distinta daquelas concepções anteriores de que relacionava todo lugar a

uma comunidade, ambos com características singulares e diferentes do seu entorno (MASSEY, 1994).

A autora afirma que todo lugar deve ser concebido pelas suas influências mais amplas, externas ao seu interior, pois nesse novo contexto capitalista e de comunicações instantâneas, qualquer definição de lugar deve levar o seu contexto mais amplo, ou seja, todo local é influenciado por uma gama de relações exteriores que assumem ali uma característica singular.

A identidade de um lugar não é necessariamente resultante de uma história longa que lhe aplica características próprias do grupo que o 'criou', mas há várias fontes:

[...] cada lugar é o centro de uma mistura distinta das relações sociais mais amplas com as mais locais. Há o fato de que essa mesma mistura não poderia ocorrer em outro lugar da mesma maneira. Finalmente, todas as relações interagem com a história acumulada de um lugar e ganham um elemento a mais na especificidade dessa história, além de interagir com essa própria história imaginada como o produto de camadas e superpostas de diferentes conjuntos de ligações tanto locais quanto como o mundo mais amplo (MASSEY, 1994, p. 185).

O espaço doméstico enquanto sendo o local mais íntimo de um casal, por mais que seja elaborado cotidianamente pela vivência familiar não está isento de influências externas, sejam elas políticas, culturais, religiosas, entre outras. Por outro lado, na medida em que uma masculinidade é resultante de um processo acumulador de símbolos e vivências que podem ser violentas, é nesse espaço que esse sujeito se sente confortável em exercer essa atividade contra os corpos de suas companheiras e outros familiares.

Pensando a casa enquanto uma espacialidade de maneira isolada, Castro (1995) indica que todo recorte espacial realizado através de uma escala de análise é compreendido por um significado explicativo, ou seja, utilizamos uma escala geográfica com o intuito de ampliar uma melhor visibilidade do fenômeno analisado. Entretanto, as relações existentes entre as diferentes espacialidades não deixam de existir apenas pela nossa escolha escalar. Para isso, deve continuar ser levado em consideração as intersecções entre a micro e a macro escala para que não caiamos no erro da dicotomia espacial (MCDOWELL, 2000).

Przbyz (2011) argumenta que:

Pensar o espaço a partir de uma escala micro espacial é colocar a mostra detalhes do espaço vivido que é impossível salientar em macro escala. Pensar

o espaço privado da família repercute em demonstrar condições espaciais não postas em uma escala geral, pois a família é concebida como constituída de uma ordem privada. Mas também é pública na medida em que é regida por normas jurídicas e de Estado, muito mais quando é base de um sistema social muito maior (PRZBYSZ, 2011, p. 27).

Resgatando as reflexões de Massey (2000), as ocorrências que acontecem em um espaço doméstico (neste caso) não são restritas exclusivamente a ordem do privado e do particular, pois mesmo sendo uma esfera restrita a família, ela não funciona de forma independente a outras escalas do público, seja através de serviços oferecidos pelo Estado ou através de meios de comunicação ou de outras ordens culturais.

A construção dicotômica entre o espaço público e o espaço privado está fundada em uma lógica do liberalismo e da industrialização dos meios de produção. Esse movimento estrutura a esfera privada segundo aquela que compõe a realização pessoal do indivíduo, o exercício de sua liberdade, o espaço da pluralidade e da diversidade. O espaço público por sua vez é onde se sobrepõe a neutralidade e a indiferença.

Assis (2009) discute que sob a lógica do liberalismo, o indivíduo deve ter gerência total do espaço onde se produz as características pessoais (o privado), preservando esse de qualquer gerência do Estado e das esferas políticas, enquanto que as esferas públicas sejam elaboradas sem quaisquer características do pessoal. Essas características, 'prevalecem, ainda hoje, a partir da ideia de que se trata de duas esferas distintas, bem delimitadas, e que podem ser discutidas isoladamente, sem que seja necessária qualquer referência de uma à outra' (ASSIS, 2009, p. 3).

Biroli (2014) argumenta que essa separação entre o espaço público e privado potencializa as relações de poder hierarquizadas. Para a autora, a ideia idealizada do espaço privado enquanto pessoal e íntimo e o público baseado em princípios universais, define os papéis que cada esfera possibilita sobre o indivíduo e seu desenvolvimento, sem a possibilidade de ser alterada por não levar em conta a pluralidade e complexidade de cada indivíduo.

Neste sentido, os papéis distribuídos de forma generificada entre o espaço privado e público contribuem com a idealização de papéis a serem seguidos entre os diferentes sujeitos, capacitando a naturalização de traços de inferioridade/sujeição ou superioridade/domínio dependendo do espaço em que o sujeito está inserido.

Essas definições construídas ao longo do tempo que fortaleciam a distinção entre o que era público e o que era privado foram amplamente criticadas pelas teóricas feministas, as quais defendiam que as esferas do 'público', do 'privado' e do 'político' deveriam ser compreendidas enquanto um sistema integrado na medida em que as modificações ocorridas em uma dessas partes, refletiria na estruturação e vivência das outras, alterando o sistema como um todo. (BIROLI, 2014; VELEDA DA SILVA; LAN, 2007; ASSIS, 2009).

De fato, ao analisarmos as ocorrências de violência doméstica, percebemos que a resolução concreta desses fatos não ocorre sem a intervenção de instituições que extrapolam o espaço doméstico. Mesmo quando a vítima não opte por levar o caso até as autoridades policiais, em muitas vezes ela recorre a hospitais, postos de saúde, psicólogos, redes familiares ou religiosas. Além disso, os diferentes tipos de violência não afetam somente a mulher vítima, mas em muitos casos ela atinge os familiares próximos ao casal, os filhos, entre outras redes estabelecidas pela família.

Dados disponibilizados pela Conferência Nacional da Saúde que auxiliam na visualização desta impotência em dicotomizar essas duas esferas, indicam que em a cada cinco dias de ausência de mulheres no ambiente de trabalho são decorrentes de violência doméstica. O custo com o investimento público ao produzir tratamento às vítimas, locais de acolhimento, gastos hospitalares, entre outros, ultrapassam a quantia de 168 milhões de dólares por ano somente na América Latina (OMS, 2002)

Vale destacar que as críticas fomentadas pelo movimento feminista não se resumiram na esfera científica. Em tese, muito das demandas fomentadas neste momento foram incluídas na Constituição de 1988, o que transferia a violência doméstica e intrafamiliar contra as mulheres como um problema social que deveria ser debatido através da esfera pública e de responsabilidade do Estado (LAGE; NADER, 2013).

Além das diretrizes apontadas na Constituição Federal, podemos perceber que ao longo da história democrática do Brasil ocorreram outros avanços legislativos que buscaram reduzir o aprofundamento do espaço privado enquanto indiscutível e intocável, apesar de ainda precisarem avançar em vários quesitos no que diz respeito ao controle dos corpos femininos nesses espaços.

Outra vertente epistemológica que critica a divisão entre o espaço público e privado nas pesquisas sociais é a da Geografia das Emoções. Nessas pesquisas, afirma-se mais uma vez que o sistema de produção capitalista influenciou na individualização do sujeito e com isso, debates surgiram levando em consideração o campo político das redes sociais de afeto, criando uma separação entre o público (espaço do individualismo) e o privado (espaço emocional), cada um com sua especificidade.

Entretanto, as abordagens normativas utilizadas nessas concepções recorrem a definições homogêneas das emoções que classificam os tipos de emoções ligando a universalidades distintas. Essas abordagens além de generalizar as emoções humanas, esquecem da complexidade individual que, por mais que tenham características genéticas parecidas, as emoções não são resultadas especificamente disso, pelo contrário, são resultantes de uma complexa interação entre a história de vida dos sujeitos e os espaços que essas pessoas estão inseridas, influenciando na maneira que esses sujeitos se posicionarão nos diferentes espaços (ROLNIK, 1989; BEN, 2014; SAFATLE, 2016; SLABY; MÜHLHOFF, 2019).

Compreender as ações humanas nesse sentido necessita levar em consideração o encontro entre diferentes pessoas que, coexistindo com o ato do sujeito de afetar e ser afetado, desenvolvem de maneira aberta a subjetividade entre cada um e o espaço, induzindo na formação sempre aberta dos sujeitos corporificados.

Hutta (2019), abordando a obra *'Ethica'* de Spinoza (1677), argumenta que para esse autor, o afeto é uma variação contínua que altera-se de acordo com a sua capacidade de agir, ou seja, é potencializada ou diminuída a partir da qualidade de felicidade e/ou tristeza que os encontros proporcionam dentro de um determinado espaço ou esfera afetiva.

A memória com certos espaços e pessoas e também as perspectivas de futuro são outras variedades que interferem na vivência dessas esferas afetivas, pois isso não demanda somente um aspecto do espaço ou do corpo, por exemplo, mas o afeto demanda uma série de relações (memória, espaço, encontro, emoção, corpo, escala) que potencializam na capacidade de agir do indivíduo. Os espaços afetivos podem claramente ser sentidos, mas para, além disso, eles também moldam capacidades de

percepção, pensamento e ação. Assim, cada sujeito interpreta o espaço, neste caso o doméstico a partir de sua capacidade de agir sobre outros sujeitos integrados nessa dinâmica.

Cada encontro produz um tipo de intensidade diferenciada, alguns impactam mais, outros menos e outros não interferem em nada, são neutros ou indiferentes. Cada encontro gera muitas variações do afeto, o que interfere nessas relações pode ser alterado de acordo com o olhar, relações corpóreas, as interações, as emoções construídas em determinado momento e o impacto que elas causarão, sendo tipos de agenciamento que capacitam de forma constante as relações entre os sujeitos que estão em interação (HUTTA, 2019).

Desta forma, como um sujeito interpreta e vivência determinado espaço não se faz de maneira padrão ou dicotomizada, ou seja, essa interpretação e vivência são baseadas por uma série de interações que esse sujeito teve ou tem com as relações elaboradas nesses espaços, o que dependerá de sua capacidade de agir potencialmente influenciada por sua constituição corpórea e sua posicionalidade dentro dessas relações de poder espacializadas (HUTTA, 2019)

A dinâmica da violência contra a mulher neste sentido está também relacionada com a capacidade de agir pertencente ao homem em manter a centralidade nas relações que se dão no interior do espaço doméstico, o que pode ser considerado também conectado aos afetos. Pois o afeto aqui é considerado como um indicativo de modificações nas capacidades de agir, uma modificação que resulta dos encontros de um corpo em sua interação com outros corpos, nesse caso mais desfavorecido nessa relação de violência, que muitas vezes se sente incapacitado de alterar essas relações de poder nesta esfera de convívio e potencializa a agressão por parte dos homens. Neste sentido, o afeto é um dinamismo relacional se desdobrando entre corpos em interação com o espaço.

Dada a tendência das emoções em potencializar ou inibir os processos de controle entre os sujeitos, os afetos podem neste sentido serem entendidos como uma força constitutiva que está intimamente associada com as formações do poder (HUTTA, 2015). Podemos pensar nessa força como um conjunto de vetores que operam em uma multiplicidade de escalas, envolvendo não apenas os corpos físicos, mas também a

semiótica, sons, imagens ou ideias construídas de maneira conjunta dentro do espaço doméstico e tendo sua manutenção no cotidiano vivido pelo casal.

Desta forma, podemos perceber que a definição do espaço privado não pode ser levada em conta de maneira isolada. Pois mesmo que neste espaço se particularize a potencialidade do homem usar da violência contra sua esposa, isso não é criado particularmente nessa espacialidade, mas é construído com relação a outras espacialidades que contribuem na caracterização desta masculinidade violenta.

Além disso, podemos perceber que os trabalhos que tratavam da temática de violência doméstica, elaborados ao longo do tempo em sua grande maioria definiram o espaço doméstico enquanto um capacitador da centralidade masculina que potencializava a utilização da força física no controle das ações que ocorriam no interior desses locais.

A maneira com que o espaço doméstico é interpretado e vivido pelas pessoas que estão inseridos em sua dinâmica dependerá da posição com que esses sujeitos assumem no decorrer de suas vidas, influenciado por agenciamentos afetivos que expandem ou reduzem a sua capacidade de agir frente ao restante do grupo ou sujeito, sempre a partir de trocas afetivas que influenciam nesta configuração espacial.

2.3 O ESPAÇO COMO ELEMENTO DE COMPREENSÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NO BRASIL

As seções anteriores criaram os argumentos para afirmar que o fenômeno da violência contra a mulher é composto por questões de gênero e espaço, tendo relação entre masculinidades específicas e particularidades espaciais que favorecem uma reação violenta. Além disso, foi citado como os afetos, a divisão tradicional do trabalho e a dicotomia entre espaço público e privado influenciam nesse contexto de violência contra as mulheres. Nesta seção, será contextualizado como esse fenômeno ocorre a nível nacional e também na cidade de Ponta Grossa.

Pensar o espaço doméstico ligado a uma construção da centralidade masculina é afirmar que ele assim se faz porque as relações que ocorrem fora dele são constituídas por essas relações de poder desiguais. Entretanto, as relações de forças

não estão dadas a um caráter espacial imutável, cabe a nós evidenciar as suas de subversão no decorrer de nosso processo investigativo (ROSE, 1997).

Sabemos que apesar deste fenômeno ocorrer em maior quantidade no interior dos espaços domésticos, ele não se restringe ao privado, pois suas causas e consequências extrapolam o ambiente familiar e por conta disso deve ser levado em consideração outras espacialidades.

A violência é definida a partir de diferentes metodologias de análise, recortes espaciais e sua aceitação é levada em consideração a partir de distintas épocas, contextos e particularidades, não tendo assim uma única forma definida. Lourenço e Carvalho (2001) definem a violência a partir da relação entre o agressor e os efeitos da violência para quem a recebe, a vítima. Os autores definem a violência como:

uma transgressão aos sistemas de normas e de valores que se reportam em cada momento, social e historicamente definido, à integridade da pessoa [...] Esta noção de violência pressupõe, assim, um sistema de valores, um contexto histórico determinado - isto é, um espaço e um tempo - para além dos intervenientes e de uma situação específica. Esta noção de violência pressupõe ainda que se retenha a percepção da vítima relativamente ao ato, isto é, ao significado que a vítima atribui ao ato, percebendo-o como um ato violento ou não violento (LOURENÇO; CARVALHO, 2001, p. 98).

Desta forma, o ato violento pressupõe que a vítima compreenda que esteja sofrendo, o que depende da sua percepção em relação a dinâmica que está inserida. O fato da violência existir não determina que a vítima esteja consciente de sofrer suas sanções, mas que nem por isso o seu sofrimento não exista.

Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2019), 59% dos homens e mulheres entrevistadas pela pesquisa no território brasileiro afirmaram terem visto uma mulher sendo agredida ou abordada de forma desrespeitosa na rua, mostrando que a consciência popular em relação às práticas de violência contra a mulher não é mais um tema ignorado ou desconhecido entre a população brasileira, considerando que este fenômeno sempre existiu (FBSP, 2019).

Segundo Lourenço e Carvalho (2001) a problemática da violência doméstica passou a ser analisada de forma singular a partir dos estudos da medicina sobre os casos de maus-tratos infantis nos anos 60, que possibilitaram a construção de um objeto de estudo específico nas ciências sociais e humanas, centradas numa

abordagem sistêmica e multidisciplinar abrangendo além das crianças, as mulheres e mais recentemente os idosos.

Juridicamente, a violência contra a mulher passa a ser interpretada através das definições elaboradas pela Lei 11.340, sancionada no dia 7 de agosto de 2006 que, entre outras disposições, define atividades a serem elaboradas pelo Estado que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares, visando resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 2006)

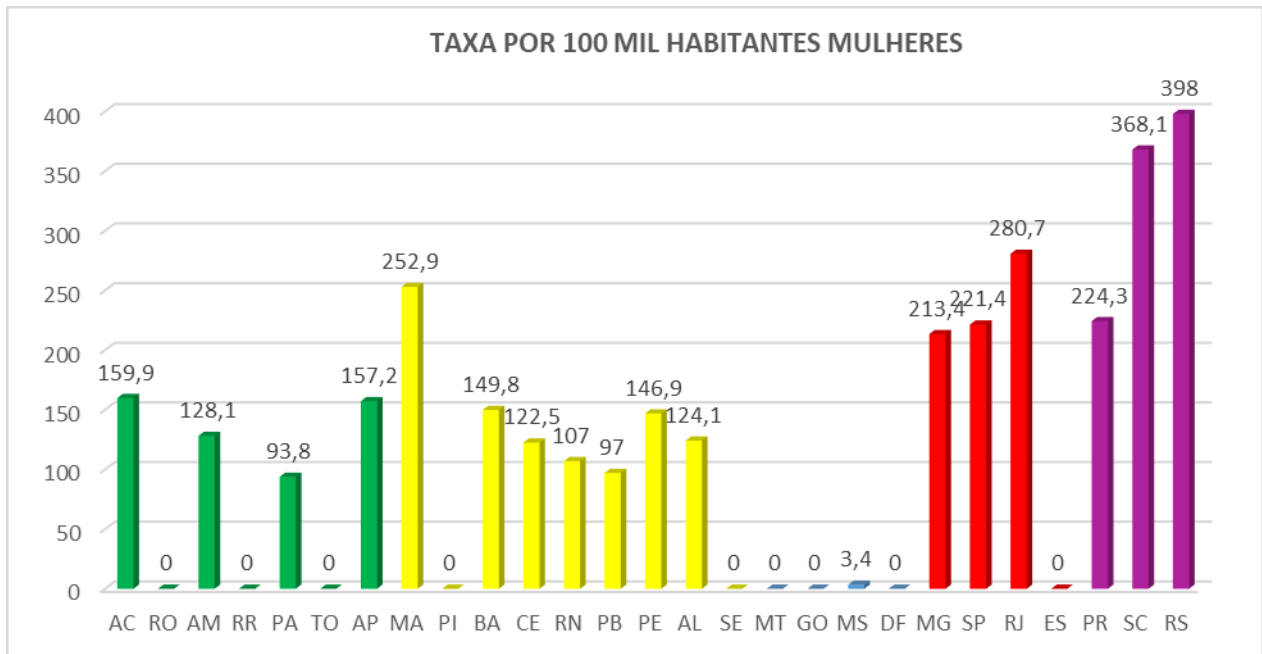
A violência entre os gêneros, conforme entendimento de Meneghel e Portella (2017), é um fenômeno que acompanha o surgimento das relações sociais estabelecidas a partir de relações de poder. Segundo os autores, antes da Lei 11.340/2006, os crimes contra a mulher eram julgados através de menor potencial ofensivo, com penas mais brandas pelo fato de não levar em consideração as diversas relações de poder desigual em que a mulher estava inserida.

No ano de 2017 foram realizados no Brasil 221.238 registros de violência doméstica, uma média de 606 casos por dia. No ano de 2015, houve o registro de apenas 2.640 casos consumados ao longo do Brasil, números significantes para visualização do aumento de denúncias e efetividade de políticas públicas e debates que fomentam a conscientização referente a esse tema (FBSP, 2015; FBSP,2019)

As formas de violência que são consideração pela legislação brasileira, são as definidas pela Lei 11.340/2006 que se dividem entre a violência física, psicológica, sexual, patrimonial a violência moral. Segundo suas diretrizes é definido enquanto violência física 'qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal' (BRASIL, 2006, cap. 2, art. 7°).

No Brasil, 27,4% das mulheres entrevistadas afirmaram terem sido agredidas fisicamente pelo seu marido/ex-marido, namorado/ex-namorado, companheiro/ex-companheiro entre os doze meses anteriores à entrevista (FBSP, 2019). Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2018), no ano de 2017 ocorreu 193.482 casos de lesão corporal dolosa com vítimas mulheres de violência doméstica, uma taxa média de 183 casos para cada 100 mil mulheres.

Gráfico 1 – Casos de Lesão Corporal Dolosa – Violência Doméstica



Fonte: FBSP, 2018

Nota: informações organizadas pelo autor

Podemos verificar com o gráfico acima que a região sul brasileira foi a que apresentou maiores taxas de lesão corporal dolosa comparada a outras regiões do país, sendo Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Rio de Janeiro, Maranhão e Paraná os cinco estados com maiores índices de notificação de violência doméstica respectivamente.

Em relação a violência psicológica a Lei define enquanto sendo:

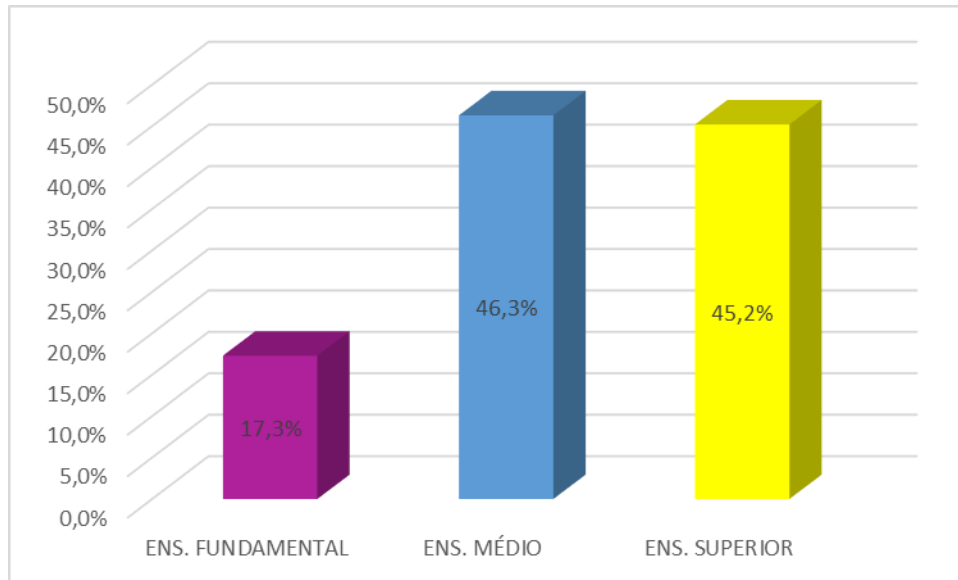
[...] qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação (BRASIL, 2006, CAP. 2, ART. 7°).

A violência moral é estabelecida como 'qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria' (BRASIL, 2006, cap. 2, art. 7°).

Estima-se que no Brasil as mulheres com maiores níveis de instrução identificam com mais facilidade essas violências no decorrer de sua vida. A predominância entre esses dois tipos de violência se destaca as ofensas verbais (23,3%) e de cunho sexual

(12,8%). Neste ponto vale destacar que se estima que mais de 22 milhões de mulheres brasileiras já passaram por situações de assédio vinculadas a importunação sexual e/ou violação de sua intimidade (FBSP, 2019).

Gráfico 2 – Vitimização de Mulheres por Assédio



Fonte: FBSP, 2019

Notas: informações organizadas pelo autor

Em relação a ocorrência de assédios sexuais, entre os locais que mais tiveram a ocorrência desse fenômeno se destacam a rua (32,1% dos relatos), o ambiente de trabalho (11,5% dos relatos), o transporte público (7,8% dos relatos) e a balada (6,2% dos relatos), mostrando que a violência contra a mulher não se restringe a um local em específico, mas ocorre de maneira generalizada em diferentes espacialidades de sua vida (FBSP,2019).

No que diz respeito a violência sexual a lei define este ato enquanto sendo:

[...] qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos (BRASIL, 2006, CAP. 2, ART. 7°);

Os casos de violência sexual segundo o Mapa da Violência (2015) é o terceiro caso mais frequente em atendimentos de violência contra a mulher, representando

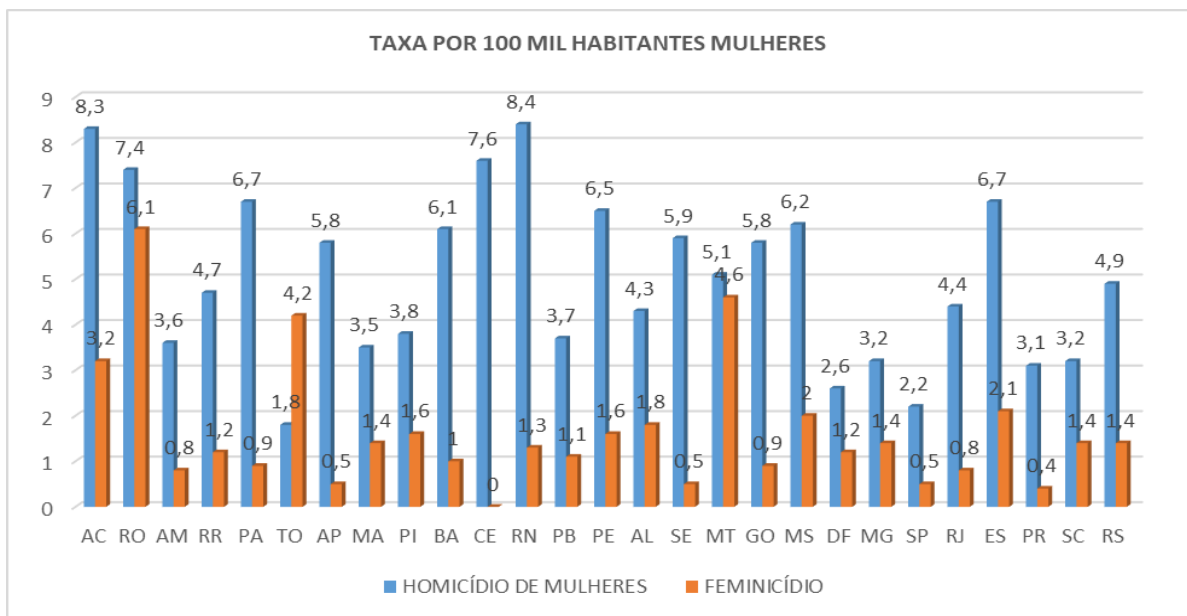
11,9% do total de atendimentos realizados. Entretanto, estimam-se que ocorra em âmbito brasileiro nove casos de violência física por motivos sexuais por minuto (FBSP, 2019).

No caso da violência patrimonial a lei determina como sendo:

[...] qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades (BRASIL, 2006, CAP. 2, ART. 7°).

Pensando que a morte da vítima é o fator extremo da violência ou um fato final de um contínuo ciclo de violência (MENEHHEL e PORTELA, 2017), buscando o número de assassinatos de mulheres, destacou que no ano de 2017 ocorreram 4.539 casos de homicídios femininos, sendo entre esses 1.133 ou 25% dos casos enquadrados enquanto feminicídio, ou seja, o crime foi cometido pelo fato de a vítima ser do sexo feminino (BRASIL, 2015).

Gráfico 3 – Taxa de Homicídio de Mulheres e Feminicídio



Fonte: FBSP, 2018

Nota: informações organizadas pelo autor

Percebe-se que no Brasil as maiores taxas de homicídio de mulheres concentram-se na região do nordeste brasileiro, em seguida a região norte e centro-oeste. As taxas de morte enquadradas na tipificação de feminicídio acompanham a

mesma média entre os crimes sem esse agrave, dando destaque para os estados de Rondônia, Mato Grosso, Acre e Espírito Santo. No estado do Paraná, entre os 180 homicídios de mulheres, 21 foram tipificados por feminicídio (FBSP, 2018).

Sabe-se que na maioria das vezes os crimes de feminicídios são cometidos por arma de fogo (48,8%), mas também ocorrendo a utilização de material cortante (25,3%), objeto contundente (8%), estrangulamento/sufocação (6,1%) entre outras formas (11,8%) (WAISELFISZ, 2015).

O local desses eventos é outro informativo que contribui para a sua contextualização. Sabe-se que o domicílio enquanto local de homicídios masculinos aparece em apenas 10,1% dos casos, no entanto para as mortes femininas esse número dobra, chegando a 24,1% das ocorrências, indicando a alta domesticidade dos homicídios de mulheres (WAISELFISZ, 2015).

Entre esses distintos modos de opressão enfrentados pela mulher brasileira, o Mapa da Violência (2015) afirma que a violência física se apresenta enquanto a mais recorrente entre os casos denunciados no Brasil. De acordo com o documento, esse tipo de violência aparece em 48,7% dos casos, a psicológica em segundo com 23%, a violência sexual em terceiro com 11,9 % e a patrimonial se apresenta com 1,2% dos casos brasileiros (WAISELFISZ, 2015).

Como já destacado, neste trabalho iremos nos ater a violência física que aparece em quase metade dos casos denunciados, pois se apresenta enquanto principal fato que leva as mulheres a fazerem denúncias e que a partir disso, consegue-se sistematizar de forma oficial os dados referentes as pessoas envolvidas.

Day et al (2003), afirma que inúmeras pesquisas consideram a interação de fatores pessoais, situacionais e socioculturais enquanto estimuladores da violência doméstica. Para as autoras, essas causas se distinguem em:

[...] ter presenciado violência conjugal quando criança; ter sofrido abuso na infância; ser consumidor de bebidas alcoólicas e drogas e ter sintomas depressivos. Quanto aos fatores situacionais, tem-se: conflito conjugal, controle masculino da renda e da tomada de decisões na família. No que se refere aos fatores socioculturais, tem-se: pobreza, desemprego; associação a amigos delinquentes; normas socioculturais que concedem aos homens o controle sobre o comportamento feminino; aceitação da violência como forma de solução

de conflitos; conceito de masculinidade ligado à dominação, honra ou agressão e papéis rígidos para ambos os sexos (DAY et al, 2003, p. 16).

Oliveira et al (2008), por sua vez, considera a violência oriunda da falta de habilidade e despreparo atrelados a construção da masculinidade agressora em saber lidar com os conflitos cotidianos entre o casal ou familiares e a acontecimentos hostis e imprevisíveis.

Ainda em relação as possíveis causas, Cortez et al (2005), a partir da realização de terapias em grupo com homens agressores, destaca que em vários casos a violência doméstica partiu do agressor a partir de ciúmes, uso abusivo de álcool, baixa autoestima, sensação de insegurança, possessividade, histórico de violência na infância e depressão. Segundo os autores, essas características ao somar-se com fatores externos como desemprego, traição e dificuldades financeiras, funcionavam como estopim da violência doméstica.

O Mapa da Violência de 2015, preocupou-se também em analisar o número de reincidência entre as pacientes mulheres do SUS que passavam por atendimento em relação a violência física. Os números demonstraram que em praticamente metade dos casos de atendimento feminino (49,2%) o fato era registrado enquanto recorrente, na medida em que para os homens essa dinâmica se mostrava bem menor, com 30,5% dos casos (WASELFSZ, 2015).

Esses percentuais de reincidência demonstram que a violência contra a mulher ocorre de maneira sistemática e regular em grande parte dos casos quando se trata de vítima mulher, reproduzindo de maneira efetiva o ciclo violento em que a mulher envolvida na dinâmica de violência doméstica está inserida.

O ciclo da violência doméstica é descrito através de um padrão geral de produção, constituído através de três momentos: o primeiro é a fase da construção da tensão no relacionamento, onde ocorrem incidentes iniciais como agressões verbais, crises de ciúme e brigas com maiores níveis de tensão, a mulher por sua vez acredita que se trata de algo momentâneo, assumindo o erro na tentativa de amenizar a situação. O segundo momento é a fase da explosão da violência, marcada por agressões graves e elevados níveis de violência, momento esse mais curto e que antecede o terceiro momento. Esse é conhecido como a fase da lua-de-mel, quando o

agressor demonstra remorso e recorre a juras de amor e diversas demonstrações de arrependimento e afeto, fechando o ciclo e posteriormente retornando ao seu início (BRASIL, 2005).

Ao investigar os principais motivos que justifiquem as mulheres em muitas vezes se manterem em uma relação violenta, a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres aponta que em muitas vezes a vítima prefere se manter na relação na esperança de que o seu companheiro mudará o seu comportamento agressivo, pela falta de apoio externo ao seu lar, a dependência financeira e o medo de romper com a relação e sofrer sanções ainda mais graves (BRASIL, 2005).

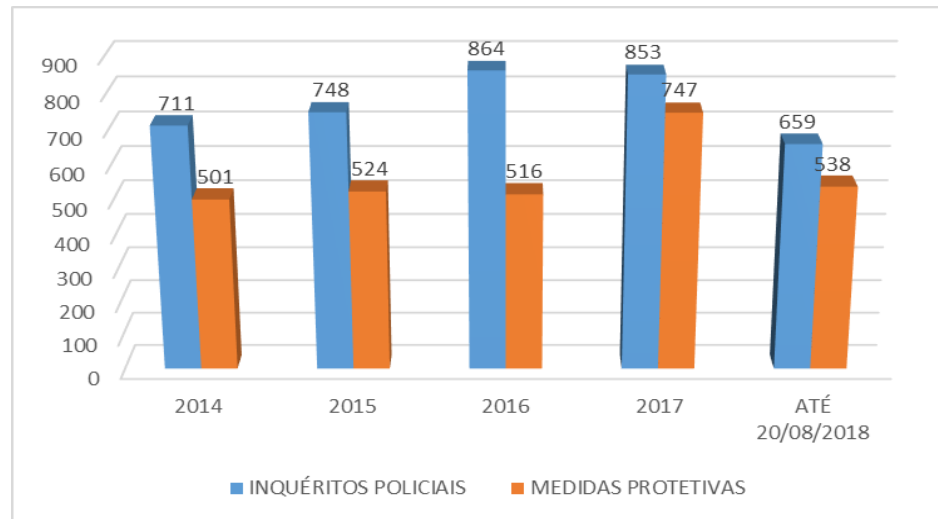
Além disso, o isolamento que se encontra de seus familiares, a vergonha em expor o ambiente pessoal em que está inserida, o medo da negação social e a existência de filhos são outras barreiras preponderantes que dificultam a saída da vítima de violência doméstica deste ambiente que é vivido a duras custas.

Os danos causados diretamente sobre o corpo e mente dessas vítimas são incontestáveis. Em relação as marcas corporais encontram-se lesões, síndromes de dor crônica, distúrbios ginecológicos, insônia, aborto espontâneo e distúrbios diversos. Se tratando do emocional, muitas vezes as vítimas de violência doméstica encontram-se com elevada baixo autoestima, depressão, estresse pós-traumático, consumo abusivo de álcool, apatias emocionais, dificuldade de concentração ou até mesmo o suicídio (DAY et al, 2003).

Segundo a Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária do Estado do Paraná (2018), a cidade de Ponta Grossa é a terceira cidade com mais casos de crimes contra a pessoa do estado, ultrapassando as cidades de Londrina e Maringá mesmo tendo menor número de habitantes, ficando atrás apenas da cidade de Curitiba e São José dos Pinhais respectivamente.

Ocorre na cidade um relativo aumento de inquéritos policiais vinculados a casos de violência doméstica, acompanhados também pela elevação de solicitações de medidas protetivas entre os anos de 2014 e 2018, segundo informações do Juizado de Violência Doméstica e Familiar da Comarca de Ponta Grossa.

Gráfico 4 – Inquéritos Policiais e Medidas Protetivas



Fonte: Juizado de Violência Doméstica e Familiar da Comarca de Ponta Grossa, 2019
 Notas: informações organizadas pelo autor

Estima-se que o ano de 2018 terminou com 1080 aberturas de medidas protetivas para a cidade de Ponta Grossa, tendo um aumento de 115% em relação ao ano de 2014. Sabe-se que esse crescimento tem relação com o aumento de ferramentas preventivas, redes de apoio, acolhimento e debate oferecidas pelo Estado e outras esferas sociais, que contribuem com a conscientização sobre a violência e consequentemente a tentativa de solucionar esses casos.

Em relação ao perfil das mulheres que solicitaram a abertura de medida protetiva no ano de 2018, 27% encontravam-se entre 26 e 35 anos de idade; 35% tinham apenas um único filho e 40% dos casos foi por sofrerem mais de um tipo de violência, sendo citada a violência psicológica (38%) e a violência física (17%).

O perfil dos autores de violência associados a essas medidas protetivas são majoritariamente homens (97% dos casos), em grande parte com relação íntima com a vítima, sendo que 82% desses autores eram namorados, cônjuges ou ex-cônjuges das vítimas no momento das agressões.

Importante destacar que a falta de dados referente ao perfil da vítima é muito presente em documentos disponibilizados por órgãos oficiais como Fóruns e Delegacias. Essa constatação foi feita no momento de acessar essas informações na etapa de trabalho de campo. Uma das justificativas dadas foi a de que 'o que importa para o Estado é o agressor, e não a mulher, pois é ele com quem devemos nos

preocupar', o que dificulta muito a elaboração de um perfil dessas mulheres para uma possível estratégia de apoio.

Podemos perceber que as dinâmicas de violência em que a mulher está inserida vão muito além de marcas corporais momentâneas que se resumem no espaço privado. Suas consequências extrapolam essa espacialidade podendo ser entendida enquanto uma reação em cadeia, ou seja, suas consequências serão refletidas ao longo do tempo atingindo um número indeterminado de pessoas.

Analisar esse fenômeno demanda mais do que um olhar micro escalar, devemos refletir sobre as diferentes facetas em que o grupo está inserido e, além disso, procurar desconstruir as bases que ainda consolidam a naturalização dos diferentes níveis de violência sofrido pelas mulheres.

Desta forma, este capítulo tratou em discutir a compreensão do conceito de espaço que serve como conceito chave desta pesquisa. Como visto, o espaço nesta pesquisa é entendido enquanto um produto elaborado a partir de relações de poder desiguais que posiciona os corpos a partir de uma hierarquização entre gêneros, privilegiando os papéis masculinos nas relações desiguais de produção espacial, mas que no entanto, se reconfigura a partir da reprodução continua de atos presentes em seu meio.

O conceito de espaço privado foi outro tema trabalho ao longo desta etapa, discutindo como se construiu a formação desta espacialidade e de que maneira ela foi utilizada enquanto ferramenta de controle e confinamento dos corpos femininos. Além disso, foi debatida a necessidade de desconstruir a dicotomia da casa enquanto espaço privado em sua relação com os espaços públicos, já que essas duas escalas estão simultaneamente ligadas e interagindo entre si.

O conceito de masculinidades foi outro tema importante analisado no início deste capítulo. Sua argumentação é importante na medida em que nos permite identificar que a elaboração das masculinidades sempre estão atreladas a um espaço e tempo concreto, carregando em sua essência aquilo que é aceito nos diferentes recortes espaciais e culturais, reconfigurado a partir de performances e exercícios cotidianos.

Por fim, além de trazer distintas definições do conceito de violência, foi proposta uma contextualização da violência feminina no Brasil e suas diferentes formas citadas

na legislação, expondo dados que permitem visualizar a maneira pela qual a violência contra a mulher ocorre no Brasil, em específico a violência doméstica.

O próximo capítulo versará sobre o fenômeno da violência contra a mulher trazendo elementos específicos em relação ao perfil dos acusados de violência doméstica, suas formas e o perfil das vítimas envolvidas nos inquéritos entre os anos de 2014 e 2018 presentes na Vara de Violência Doméstica e Familiar da Comarca de Ponta Grossa.

CAPÍTULO 3

A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM PONTA GROSSA, SUJEITOS E PRÁTICAS

Esta pesquisa tem como fio condutor entender como as agressões contra mulheres se instituem na interação entre masculinidades violentas e o espaço doméstico em Ponta Grossa. Para tanto, é necessário trazer para a análise sujeitos que estão envolvidos nas relações de violência doméstica, envolvendo as questões de gênero e as ações desenvolvidas nessa dinâmica.

A Vara da Violência Doméstica e Familiar da Comarca de Ponta Grossa tem um volume crescente de trabalho, chegando a quantia de doze mil processos anuais em sua competência. Dentre eles, foram selecionados 256 processos, 252 que correspondem com casos de violência física ligadas às questões tipificadas pela Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) e outros 4 de feminicídio tipificadas pela Lei 13.104/2015, cobrindo o período de 2014 a 2018. A escolha pelos processos de 'violência física' e 'feminicídio' se deu pelo fato de que embora a abertura do processo judicial traga o artigo criminal da acusação, com a leitura dos processos onde há relatos da vítima e outros instrumentos que baseiam a acusação, inclusive o inquérito policial, é possível construir um cenário mais amplo das violências sofridas pelas vítimas, como violência verbal, patrimonial, ameaças e outras. Assim, a agressão física nunca é realizada de forma isolada, mas conjugada com outras formas de agressão.

Pensar a casa como uma escala espacial que se faz de masculinidades violentas em relações conjugais conflituosas implica trazer o perfil dos envolvidos e a especificidade de suas práticas. Primeiramente, trazemos as características gerais dos envolvidos e posteriormente as formas de violência que estão relatadas nos processos estudados.

3.1 OS HOMENS ACUSADOS NOS PROCESSOS DE AGRESSÃO E FEMINICÍDIO NA CIDADE DE PONTA GROSSA, PARANÁ

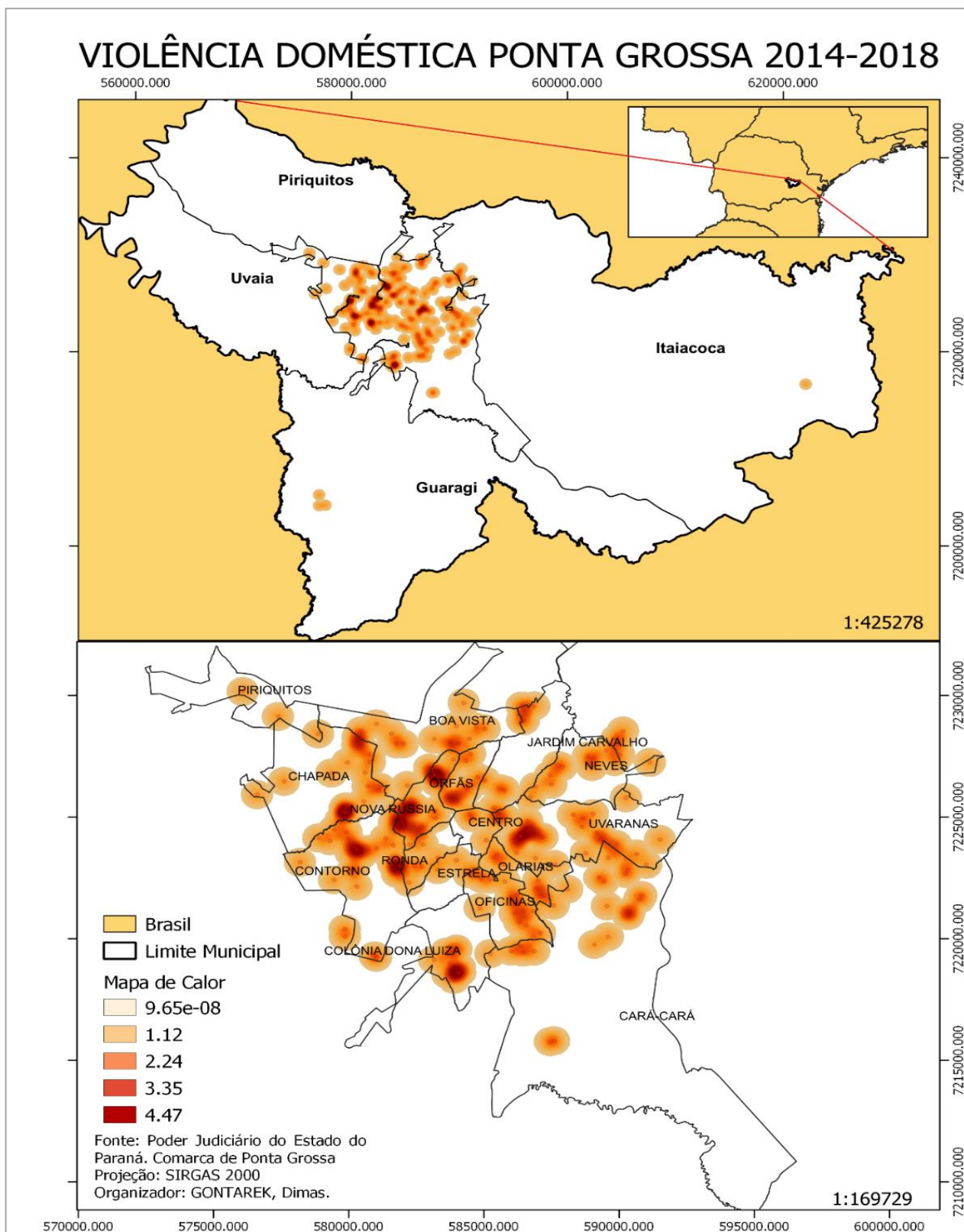
O universo pesquisado de 256 processos da Vara da Violência Doméstica e Familiar traz um perfil específico dos homens acusados que logicamente não

corresponde à realidade do fenômeno complexo e amplo que é a violência doméstica. Estima-se que no Brasil apenas 23,8% dos casos de violência são denunciados, conforme o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2019).

O fenômeno da violência doméstica perpassa todas as classes, raças e orientações sexuais. Portanto, é necessário deixar claro que há limitações provenientes das próprias fontes possíveis de serem acessadas. No caso dessa pesquisa, os processos estudados permitem afirmar que a violência doméstica urbana é mais denunciada do que a rural, como pode ser visualizado na figura a seguir que tomou como referência o local da agressão que estavam relatados nos documentos.

Nesta espacialização, através dos endereços sistematizados em nosso banco de dados, foi elaborado uma tabela com coordenadas geográficas UTM de todos os 256 registros, posteriormente transformado em pontos espaciais utilizando o software QGIS 3.6.2. Após a sistematização desses pontos, foi utilizado a ferramenta chamada 'Densidade de Kernel' que permitiu visualizar em formato de 'Mapa de Calor' as regiões que esses pontos apareciam com maior frequência, facilitando assim compreender de que forma o fenômeno de violência doméstica está distribuída ao longo do município bem como os locais que ele ocorre com maior frequência.

Figura 1 – Mapa de Distribuição da Violência Doméstica em Ponta Grossa



Fonte: Vara de Violência Doméstica e Familiar da Comarca de Ponta Grossa
 Nota: informações organizadas pelo autor

O primeiro cartograma que faz referência ao município de Ponta Grossa evidencia que há forte predominância de casos denunciados que ocorrem na área urbana, sendo poucos os processos que são oriundos de acusações de violência na zona rural. Foi verificada apenas a distribuição isolada de quatro pontos, três localizados no distrito de Guaragi e um em Itaiacoca.

Lopes (2016), argumenta que a quantidade de denúncias de violência doméstica também reflete a oferta de instituições de segurança e assistência. No caso de Ponta Grossa, não há aparelhos de proteção contra a violência instalados nos distritos do município, o que dificulta as mulheres rurais procurarem ajuda.

A mesma autora, ao analisar a realidade dos municípios do Rio Grande do Sul, alerta para o fato que além da falta de aparelhos públicos que possibilitem a denúncia, o que se percebeu é que a pequena ação do Estado em realizar programas sociais preventivos e informativos de combate à violência doméstica é caracterizada pela predominância de uma visão conservadora na promoção da emancipação das mulheres que sofrem de violência em uma cultura machista e patriarcal (LOPES, 2016)

Ribeiro e Silva (2015), considerando os casos de violência doméstica registrados nas delegacias da cidade de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, analisam a desigualdade socioespacial existente quando é observada a localização espacial da residência da mulher vítima e das unidades policiais que oferecem a proteção legal. A distância entre as vítimas e os locais de ajuda influenciam segundo as autoras, a não denúncia do crime.

Ou seja, a falta de denúncias da violência doméstica em zonas rurais não significa que ela não ocorra nesses ambientes. Mas a rede de proteção utilizada pela mulher é diferente daquelas usadas em zonas urbanas onde o aparelho público está mais presente, similar com as redes diferenciadas de ajuda descritas por Lan (2011) exposto no primeiro capítulo.

Além disso, nesses espaços, a organização encontra-se mais comumente embasada em uma divisão tradicional do trabalho e por consequência nos papéis de gênero, potencializando um tipo de violência que ocorre de maneira velada, como afirma Silva, Dimenstein e Dantas (2018) ao trabalharem com violência doméstica em assentamentos rurais.

A distribuição espacial dos casos que viraram processos localizados na área urbana tem maior concentração nos bairros da Ronda, Contorno, Nova Rússia, Órfãs e Colônia Dona Luíza. Entretanto, toda a área urbana de Ponta Grossa apresenta casos de violência doméstica de modo pulverizado.

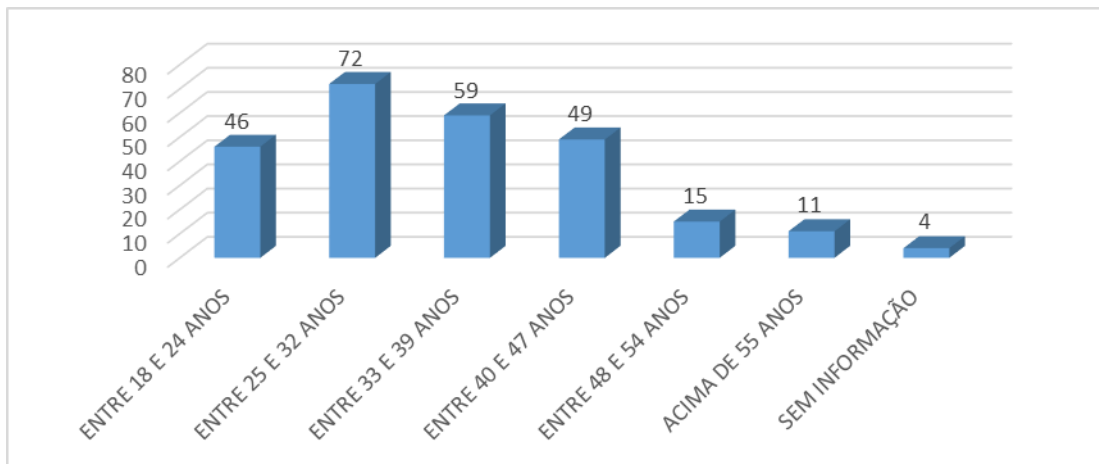
Essa distribuição espacial é semelhante à distribuição das solicitações de medidas protetivas⁶ de mulheres contra os acusados de violência, evidenciada por Miranda et al (2016). Elas também apontam como é rara a utilização desse instrumento judicial de proteção nas zonas rurais o que contrasta com a pulverização na área urbana.

Apesar do fenômeno da violência doméstica que compõe os processos analisados estar pulverizado por toda área urbana, com pequenas manchas de concentração já apontadas, há uma população masculina específica que figura como acusada em termos de rendimentos, ocupação profissional, escolaridade e idade.

A faixa etária dos homens entre 25 e 32 anos foi a predominante nas acusações de violência doméstica, em seguida o grupo com faixa etária entre 33 e 39 anos, que somados, chegam a um pouco mais da metade dos casos (51%). Assim, é possível afirmar que são homens jovens que estão mais presentes à violência doméstica, conforme o gráfico que se segue.

⁶ Medida protetiva é um mecanismo descrito no artigo 22 da Lei Maria da Penha que prevê a proteção da vítima em casos de violência, podendo ocorrer a suspensão da posse ou restrição do porte de armas do agressor; o afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida; aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, com um limite mínimo de distância entre estes e o agressor; contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação (BRASIL, 2006).

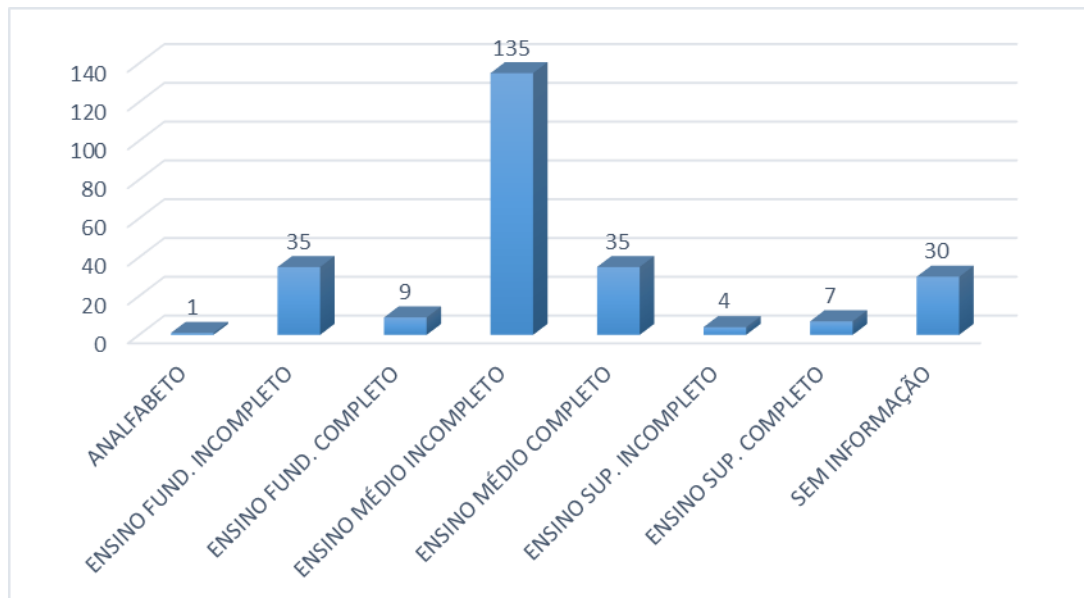
Gráfico 5 – Idade dos Acusados



Fonte: Vara de Violência Doméstica e Familiar da Comarca de Ponta Grossa
 Nota: informações organizadas pelo autor e Mayã Polo Campos

Os homens acusados de violência doméstica nos processos possuem baixa escolaridade em geral. O Gráfico 6 evidencia que o grupo apresenta de maneira massiva baixo grau de instrução escolar, sendo que 70% dos sujeitos não concluíram o ensino médio e apenas 4% do número total tiveram acesso ao ensino superior.

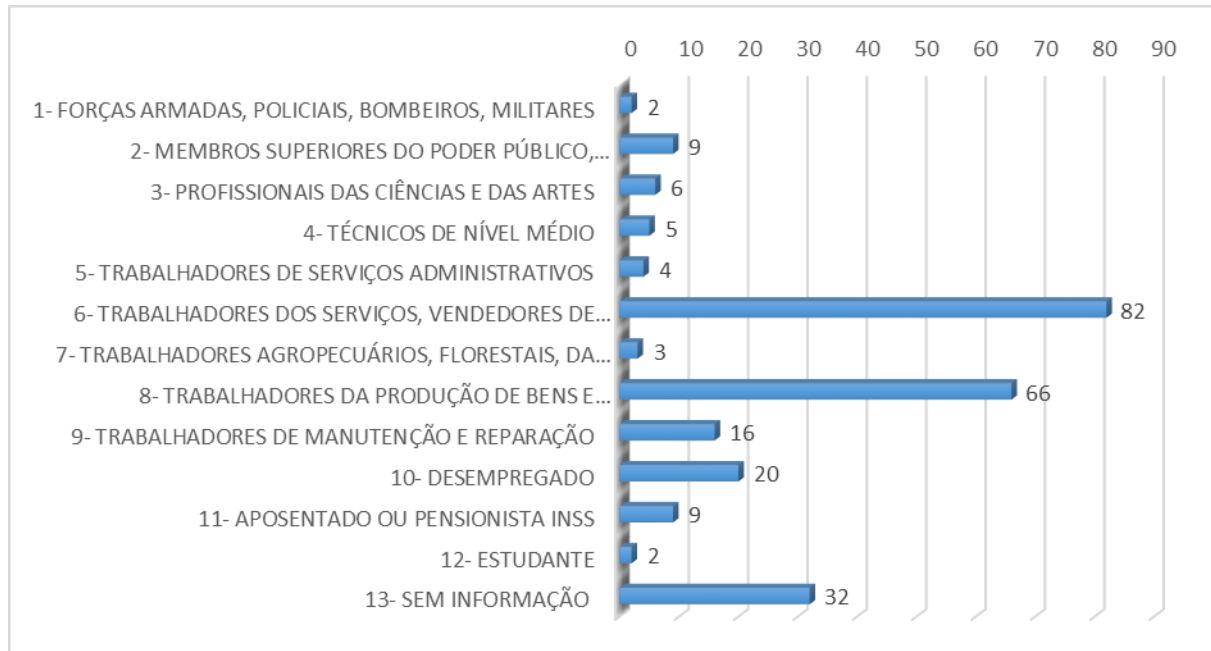
Gráfico 6 – Escolaridade dos Acusados



Fonte: Vara de Violência Doméstica e Familiar da Comarca de Ponta Grossa
 Notas: informações organizadas pelo autor e Mayã Polo Campos

Levando em consideração a ocupação profissional, o Gráfico 7 apresenta os cargos ocupados pelos homens acusados nos processos por violência doméstica. A maior parte deles possuem ocupações de baixa qualificação profissional, segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (BRASIL, 2010)⁷.

Gráfico 7 – Classificação Profissional dos Acusados



Fonte: Vara de Violência Doméstica e Familiar da Comarca de Ponta Grossa

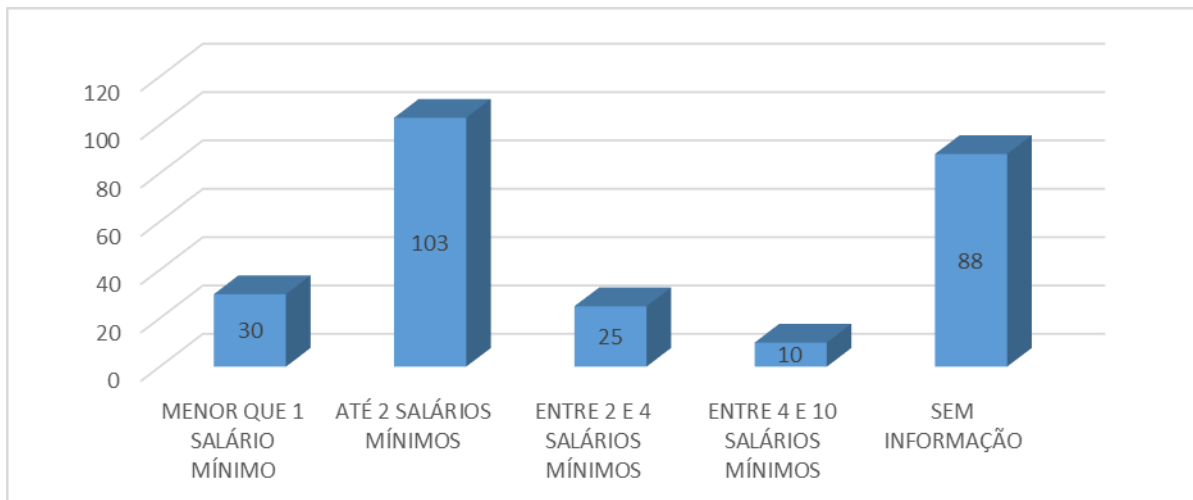
Nota: informações organizadas pelo autor e Mayã Polo Campos.

A descrição completa da classe 2 refere-se a: membros superiores do poder público, dirigentes de organização de interesse público e de empresas e gerentes; da classe 6: trabalhadores dos serviços, vendedores de comércio em lojas e mercados; da classe 7: trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e pesca e da classe 8: trabalhadores da produção de bens e serviços industriais

A renda dos homens acusados de violência doméstica pode ser visualizada no Gráfico 8. Entre os processos que disponibilizava a renda, 40,2% dos homens declararam ganhar até dois salários-mínimos mensais. Aqueles que afirmaram ganhar menos que um salário-mínimo chega a 11,7% dos casos.

⁷ Esta classificação foi modificada por mim no momento em que eu inseri as classes 'DESEMPREGADO', 'APOSENTADO OU PENSIONISTA INSS' e 'ESTUDANTE', pois as ocupações dos sujeitos extrapolavam aquelas sugeridas pela classificação oficial.

Gráfico 8 – Renda dos Acusados

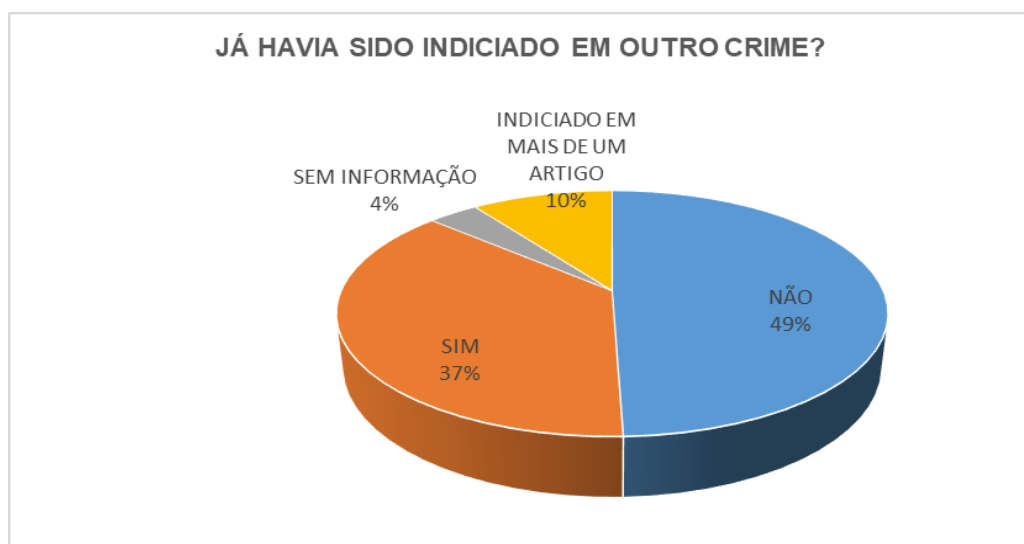


Fonte: Vara de Violência Doméstica e Familiar da Comarca de Ponta Grossa
 Nota: informações organizadas pelo autor e Mayã Polo Campos

A associação entre escolaridade, ocupação profissional e rendimentos mensais nos possibilita a afirmar que o universo de processos sobre violência doméstica tem como protagonistas homens que tiveram uma trajetória, na maior parte das vezes, atrelada à difíceis condições econômicas e de vulnerabilidade social.

Grande parte dos homens acusados de violência também havia se envolvido em outros tipos de crimes, como pode ser visualizado no Gráfico 9:

Gráfico 9 – Histórico Criminal dos Acusados



Fonte: Vara de Violência Doméstica e Familiar da Comarca de Ponta Grossa
 Nota: informações organizadas pelo autor e Mayã Polo Campos

Dentre aqueles que estiveram envolvidos em outras formas de crimes anteriormente cometidos, em 24 casos o crime estava relacionado com a violência doméstica, tendo relação com os artigos 147 (ameaça), 129 (lesão corporal) e 213 (estupro) do Código Penal Brasileiro.

O restante dos crimes cometidos em sua maioria tinha relação com dirigir embriagado, tráfico de drogas, homicídio, desacato de funcionário público, furto, roubo, estelionato, lesão corporal e receptação dolosa, respectivamente. Além de outros agravos penais que aparecem com menores expressões, como por exemplo, o porte de drogas, porte ilegal de armas, homicídio culposo na direção de veículo automotor, falta de pagamento de pensão alimentícia, entre outros.

A discussão entre pobreza e violência não é recente e a culpabilização da população pobre ao crescimento dos índices de criminalidade é algo comum em uma sociedade com profundas desigualdades sociais e econômicas. As ações criminais de jovens homens são oriundas de uma realidade social muito mais ampla, de responsabilidade de toda a sociedade e não de atos particulares. Assis e Constantino (2001) têm argumentado os fatores de risco envolvidos para população do sexo masculino no envolvimento à dinâmica criminal como a pobreza, as características psicológicas e biológicas, a vulnerabilidade, a exclusão social, a violência familiar, o abandono da escola e o uso de drogas. Essas características têm sido confirmadas em outros estados, como mostram os trabalhos Adorno (1999), Oliveira e Assis (1999) e Chimin Junior (2009).

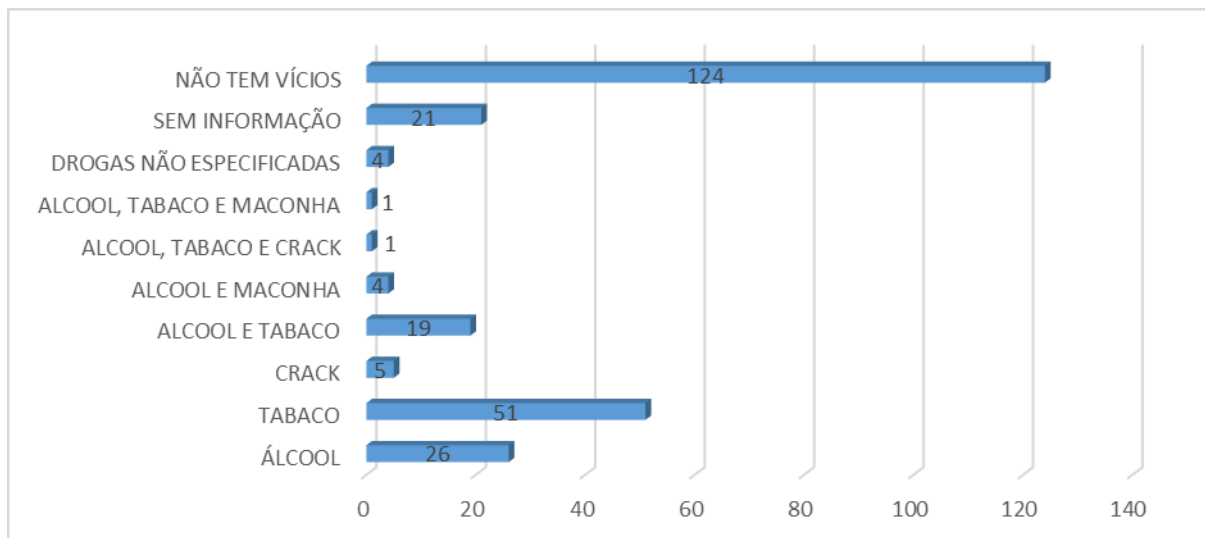
O que os processos judiciais trazem é uma visibilidade um tanto perversa, de homens pobres, excluídos, embora sejam também agressores de mulheres, é flagrante que eles vivem também outras vulnerabilidades e uma série de privações materiais e culturais. A visibilidade da violência cometida pelos homens jovens pobres, de baixa escolaridade e renda provoca uma seletividade da violência doméstica que é mostrada, via ação do aparato policial e jurídico do Estado.

Sales (2007) discute a visibilidade perversa da violência cometida pelos pobres e as relações de poder. O fato é que a violência doméstica também é cometida por pessoas de alta renda e escolaridade (BILLERBECK, 2018), mas as camadas sociais e econômicas privilegiadas possuem outros mecanismos de poder para proteção e para

evitar a exposição pública. A judicialização da violência doméstica para as camadas de pessoas mais pobres é uma das poucas vias de proteção a que se pode recorrer, como argumentado por Zaluar (1999, 2004).

A dependência de drogas legais e ilegais é um dado que foi possível detectar nos processos, mas não é um fator preponderante relatado pelos acusados, como pode ser visualizado no gráfico abaixo:

Gráfico 10 – Vícios Informados pelos Acusados



Fonte: Vara de Violência Doméstica e Familiar da Comarca de Ponta Grossa
Nota: informações organizadas pelo autor e Mayã Polo Campos

Os dados acima permitem argumentar que há certo tipo de dependência química que está ligado à violência doméstica, mas não é o elemento fundamental. As reações violentas são mais estimuladas por outras fontes de ordem cultural, social e econômica, como afirmado pela Organização Mundial da Saúde que ligam este tipo de violência a práticas intencionais (OMS, 2002). Em entrevista com os profissionais da Vara da Violência Doméstica, o uso do álcool mesmo sendo considerado um agravador nas relações de violência doméstica, não é o principal componente da relação.

Não diria causa, eu diria que é um fator que potencializa a violência. Em termos de índice 35% dos nossos casos que chegam até aqui a gente encontra indícios do uso de drogas, álcool ou um transtorno mental comprovado. Ou seja, nos outros 65% há uma consciência das suas atitudes, estão no seu estado "são". Eu digo potencial porque normalmente quando há o uso de drogas, álcool ou transtorno mental a violência já está instaurada no contexto familiar e quando há o uso de algum tipo de droga essa violência se potencializa e é neste momento que chega até aqui (Trecho de entrevista realizada com a assistente

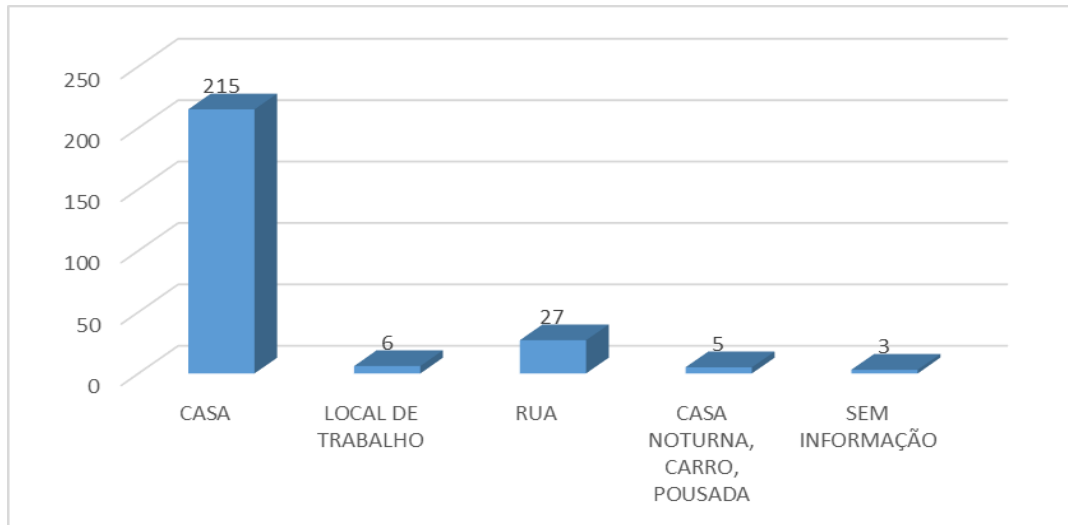
social vinculada ao Juizado de Violência Doméstica e Familiar da Comarca de Ponta Grossa).

Uma pesquisa de opinião feita com mulheres brasileiras em 2019 realizada pelo Instituto de Pesquisa Datafolha aponta que entre aquelas que afirmaram já terem sofrido violência doméstica, apenas 37% disseram que o agressor estava bêbado no momento da agressão, mas associavam também ciúmes em 26% dos casos, inconformado com o término do relacionamento em 12%, ou em estado normal em 6% e endividado em 3% dos casos (BRASIL, 2019).

A pesquisa sobre homens acusados de violência doméstica desenvolvida por Billerbeck (2018) nas cidades paranaenses traz relações com os dados encontrados na Vara da Violência Doméstica de Ponta Grossa. Ela argumenta que 43,8% dos autores de violência doméstica tinham entre 25 e 34 anos, sendo em sua maioria denunciado pela prática de violência física contra suas companheiras. Entretanto, relacionando a idade com a reincidência ou a soma de mais de um tipo de violência cometida, Billerbeck (2018) afirma que o grupo entre 35 e 44 anos foi o que mais cometeu violência acumulada contra suas esposas.

A violência doméstica tem como espaço privilegiado a casa, como pode ser visto no Gráfico 11. Do total de 256 inquéritos que denunciavam a violência física sofrida pela mulher, 83,9% aconteceram no interior do espaço doméstico, o que possibilita afirmar que a casa é um espaço de fundamental importância a ser compreendido pela Geografia. Há uma especificidade do espaço privado que constitui a agressão física, quando o espaço da intimidade permite o exercício de poder longe da regulação da vida pública e cidadã.

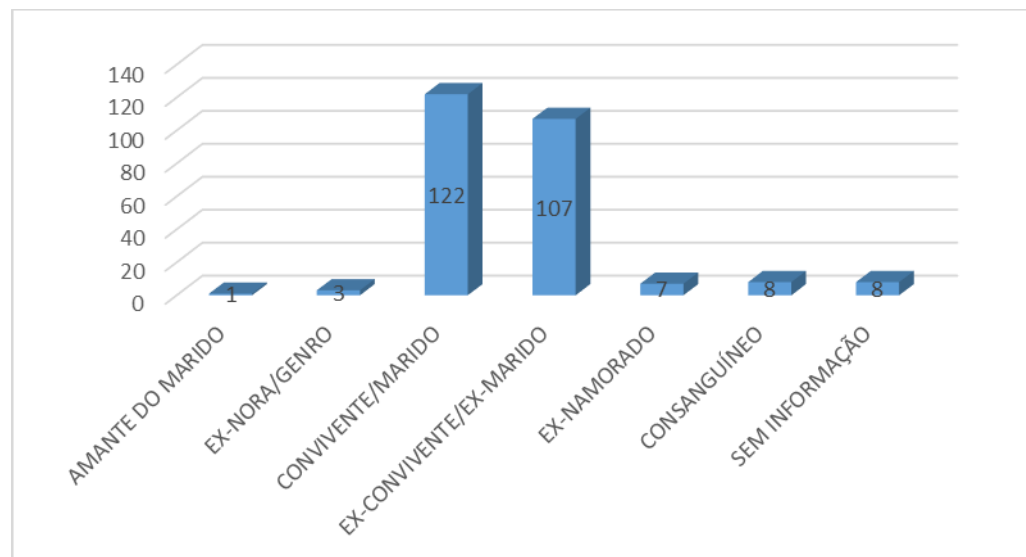
Gráfico 11 – Local da Agressão



Fonte: Vara de Violência Doméstica e Familiar da Comarca de Ponta Grossa
 Nota: informações organizadas pelo autor e Mayã Polo Campos

O homem acusado de violência doméstica é ou fez parte de uma relação amorosa e conjugal, majoritariamente. No Gráfico 12, pode ser observado que apenas 7% dos agressores não eram parceiros ou ex-parceiros (na maioria das vezes recente) da vítima.

Gráfico 12 – Relação entre o Agressor e a Vítima



Fonte: Vara de Violência Doméstica e Familiar da Comarca de Ponta Grossa
 Nota: informações organizadas pelo autor e Mayã Polo Campos

Nos casos de violência doméstica cometido contra mulheres idosas, o principal agressor é o filho da vítima, em 34,9% dos casos brasileiros, segundo o Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2015). Em Ponta Grossa, uma pesquisa que trata sobre a violência contra mulheres idosas realizada por Bronoski (2011) afirma que essa relação também é presente nos casos de violência analisados dentro do município.

Embora os processos analisados permitam fazer algumas afirmações, não há como determinar um perfil geral do homem que comete violência doméstica em termos de condições econômicas, sociais e culturais, acabando por anular um possível determinismo entre classe e figura do agressor (ECHEBURÚA; FERNÁNDEZ-MONTALVO; CORRAL, 2008; BUESO-IZQUIERDO, 2012). Da mesma forma ocorre com as mulheres vítimas de violência doméstica. Os processos trazem mais informações sobre o acusado e raras informações incompletas da vítima. Nos documentos oficiais como boletim de ocorrência e inquérito policial, há vários campos de caracterização da vítima que sequer são preenchidos pelos responsáveis.

Após essa constatação e procurando saber as razões disso acontecer, uma das justificativas dadas foi a de que 'o que importa para o Estado é o agressor, e não a mulher, pois é ele com quem devemos nos preocupar', o que dificulta muito a elaboração de um perfil dessas mulheres para uma possível estratégia de apoio. Essa falta de informação chega a ocorrer em quase 90% de alguns casos, como nos casos de índice de escolaridade, ocupação profissional e renda, além de ser inexistente em outras áreas.

Desta forma, o que se pode saber sobre o perfil das mulheres vítimas a partir dos 256 processos analisados entre 2014 e 2018 foi de que 57,4% tinham entre 20 e 34 anos⁸ no momento da agressão, 87,8% solicitaram medida protetiva após o fato e em sua maioria tratavam-se ser de uma parceira íntima do agressor, como já demonstrado.

Buscando melhorar os dados referentes ao perfil da vítima de violência doméstica presente em Ponta Grossa, foi procurada a assistente social presente na Vara Especializada que tem maior contato com as vítimas do que o restante da equipe. Essa afirmou que, pelo fato dessas mulheres no momento que solicitam medida

⁸ 50 mulheres entre 20 e 24 anos, 49 entre 25 e 29 anos e 48 entre 30 e 34 anos.

protetiva serem obrigadas a passar por uma entrevista com a mesma, esta de forma autônoma sistematizou o levantamento de algumas informações ao longo dos anos.

A partir disso, na busca por complementar as informações sobre as mulheres vítimas de agressão, o que obteve com essas informações disponibilizadas pode ser visto na Tabela 1 a seguir:

Tabela 1 – Perfil das Vítimas Segundo Solicitação de Medidas Protetivas*

SEXO	MULHER 97%			HOMEM 3%		
IDADE	MENOR DE 18 ANOS 3%	ENTRE 18 E 25 ANOS 22%	ENTRE 26 E 35 ANOS 27%	ENTRE 36 E 45 ANOS 25%	ENTRE 46 E 59 ANOS 15%	IDOSA 8%
NÚMERO DE FILHOS	NENHUM 17%	UM FILHO 35%	DOIS FILHOS 19%	TRÊS FILHOS 11%	QUATRO FILHOS OU MAIS 5%	NÃO CONSTA 13%
TIPO DE VIOLÊNCIA SOFRIDA	PSICOLÓGICA 38%	FÍSICA 17%	PATRIMONIAL 3%	SEXUAL 2%	MAIS DE UMA SEM LESÃO 18%	MAIS DE UMA COM LESÃO 22%

Fonte: Vara de Violência Doméstica e Familiar da Comarca de Ponta Grossa

Nota: informações organizadas pelo autor e Mayã Polo Campos

*Referentes ao ano de 2018

O que pode ser visualizado a partir disso é que no caso do município de Ponta Grossa o perfil da vítima de violência doméstica é majoritariamente composto por mulheres, jovens, com até 3 filhos, que sofreram violência psicológica seguida por física e que solicitam em grande parte dos casos medidas protetivas contra o agressor.

Em relação a presença de filhos, Miranda et al (2016) aponta que a presença de crianças em um local de violência familiar gera nesse indivíduo uma série de prejuízos em seu desenvolvimento e também em seu entendimento nos valores daquilo que seria ou não um modelo violento de comportamento em suas relações interpessoais, refletindo muitas vezes em um desenvolvimento traumático desse indivíduo ou, muitas vezes, com traços de irritabilidade, depressão, agressividade, e outros distúrbios emocionais, provocando assim, mais de uma vítima nessas famílias.

Apesar das poucas informações sobre as mulheres vítimas, o fato de que a maioria dos casos de violência doméstica ocorre entre casais heterossexuais, que

viveram ou vivem na mesma casa em relação conjugal, estima-se que as mulheres acompanham o perfil geral dos agressores em relação à escolaridade. No que diz respeito à ocupação profissional, entre os inquiridos que dispunham desta informação em relação a vítima⁹, 38% afirmaram ser donas de casa, 15% ocupavam o cargo de diarista autônoma e outras profissões distribuídas em menores proporções entre balconista, vendedora, zeladora, auxiliar de produção, professora, estudante, engenheira, vigilante, entre outras.

Como visto no segundo capítulo, a divisão tradicional do trabalho que coloca a mulher em uma posição desfavorável em relação a sua mobilidade urbana e inserção no mercado do trabalho é algo que pode ser percebido em relação ao grande percentual de mulheres que trabalham em casa. Isso não é aqui considerado enquanto um agravante ou determinante para a ocorrência da violência doméstica, mas enquanto uma característica que colabora com o fenômeno em questão.

3.2 AS PRÁTICAS DE AGRESSÃO FÍSICA CONTRA AS MULHERES

As formas de agressão física, como já relatado no início do capítulo, não são isoladas de outras formas de violência. A ação de ferir outro corpo é acompanhada de xingamentos, humilhações, ameaças e uma série de comprometimentos psicológicos que compõem o cotidiano de uma relação conjugal conflituosa. Mas, em geral, a agressão física é o ato que cria o alerta dos limites que estão sendo paulatinamente ultrapassados.

Segundo o Sistema de Informação de Agravos de Notificações (SINAN), responsável por registrar os atendimentos realizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), em especial nos casos de violência sofrida pela mulher a violência física é a mais frequente entre atendimentos realizados, tendo uma maior reincidência de ocorrências nas etapas jovem e adulta das vítimas (WAISELFISZ, 2015).

O mesmo estudo afirma que a reincidência de pessoas vítimas de violência física em hospitais e postos de saúde ocorre em praticamente metade dos casos quando a

⁹ Entre os 256 inquiridos analisados, a informação acerca da ocupação da vítima aparecia em apenas 118 deles.

vítima é mulher (49,2%), com destaque para a faixa etária adulta (54,1%) e idosa (60,4%), enquanto que comparado com as vítimas do sexo masculino essa proporção de reincidência chega ao percentual de 30,5%, com exclusividade entre crianças e idosos.

Esses dados contribuem com a reflexão de que a violência sofrida pela mulher em idade adulta tem uma estrutura muito mais sistemática do que a sofrida pelos homens nesta mesma faixa etária levando em consideração a taxa de reincidência entre essas pessoas, os locais que ocorrem esses fatos e também os principais agressores incluídos nessa dinâmica, como já afirmamos ao longo do trabalho.

Silva et al (2007) consideram a violência física enquanto uma evolução sistemática da violência psicológica, dificilmente encontrada sem que tenha passado por um estágio de evolução entre outras formas de violências mais sutis, mas nem por isso menos danosas para todos os envolvidos.

Estima-se que no ano de 2018, 4,7 milhões de mulheres brasileiras sofreram empurrão, chute ou batida e aproximadamente o mesmo número estipula que as mulheres foram tocadas ou agredidas fisicamente por motivos sexuais e 1,6 milhões sofreram espancamento ou tentativa de estrangulamento em território nacional (BRASIL, 2018).

Estudos que analisam os meios com que a violência física ocorre em desfavor da mulher ainda são escassos no Brasil. Mesmo que as redes de saúde privadas e públicas sejam obrigadas pela Lei 10.778/2003 a notificar os indícios de casos de violências doméstica à polícia, isso ocorre de maneira defasada em sem um prazo de comunicação.

Por mais que as bases de informações existam, ocorre uma grande defasagem no que diz respeito ao preenchimento desses dados por parte dos profissionais envolvidos. Entre outros motivos, isso também ocorre por conta de uma ideologia patriarcal engendrada em vários campos da sociedade que menosprezam essas informações ou diminuem o seu peso através de um prejulgamento dos fatos ocorridos, favorecendo na subnotificação desse fenômeno e um vazio informacional (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2018; SCHRAIBER et al, 2002; MOREIRA, 2008; SILVA et al, 2008).

A preocupação em especificar os tipos de violência física que ocorrem com maior frequência é a de avançar no conhecimento produzido em relação ao perfil mais comum da violência doméstica para além de um perfil exclusivo das pessoas envolvidas. Esta preocupação também ocorre na tentativa de embasar outras análises que igualmente se interessem nesta dinâmica em questão.

Uma pesquisa realizada na área da neurociência oferece um caminho para além de uma investigação que leve em conta apenas aspectos sociais na procura de identificar as causas de uma produção masculina agressora. Em sua investigação, a autora afirma identificar algumas partes do cérebro com características similares entre os homens agressores, sendo essas características a inflexibilidade cognitiva, a impulsividade e a distorção em compreender os próprios atos (BUESO-IZQUIERDO, 2012). Segundo a mesma autora, os homens que apresentaram baixa flexibilidade cognitiva e baixa memória de trabalho tendem a sentir-se mais humilhados do que aqueles com melhores rendimentos nesses quesitos nas mesmas situações e por isso apresentam impulsividade em ações cotidianas e justificativas para seus atos de agressão.

Essa afirmação nos demonstra a complexidade que este fenômeno está inserido, o qual é estruturado a partir de uma série de fatores que não podem ser respondidos através de uma única análise, mas que demanda uma reflexão que extrapole apenas um fator ou campo de análise.

Os maiores índices de ocorrência de violência física enquanto ferramenta de defesa ou punição escolhido pelo homem, pode ser levado em conta a partir da estrutura sob a qual a imagem masculina foi construída ao longo dos anos, muitas vezes tendo o seu corpo vinculado a uma expressão de poder e virilidade, relacionado com um potencial ao exercício da violência.

A imagem socialmente construída em torno do homem guerreiro, forte, que não chora e não perde, base da constituição familiar é elaborado através de personagens bíblicos ou de filmes e carregado pelo inconsciente popular, refletido nas escolhas acatadas pelo sujeito no momento de uma discussão ou brigas cotidianas, que não aceita ser ofendido sem que tome uma posição de superioridade.

A ação violenta enquanto uma resposta ou ferramenta de defesa, além de ter influência de diferentes características cerebrais, como visto, também ocorre pela influência adquirida durante a elaboração da masculinidade, o que se altera no decorrer da vida, mas que, entretanto, guardará resquícios no caráter pessoal de cada sujeito.

As masculinidades são exercitadas relacionalmente ao longo da vida, desde a mais tenra infância. A agressão física praticada pelos meninos é vista como um traço natural que vai sendo modificada na medida em que há um amadurecimento e o menino se torna um homem e aprende a controlar os seus impulsos. Entretanto, há algumas agressões que são mantidas como naturais da masculinidade quando sua honra é afetada. E na sociedade patriarcal, a honra masculina está fortemente atrelada ao controle do corpo feminino como argumenta Sousa (2010).

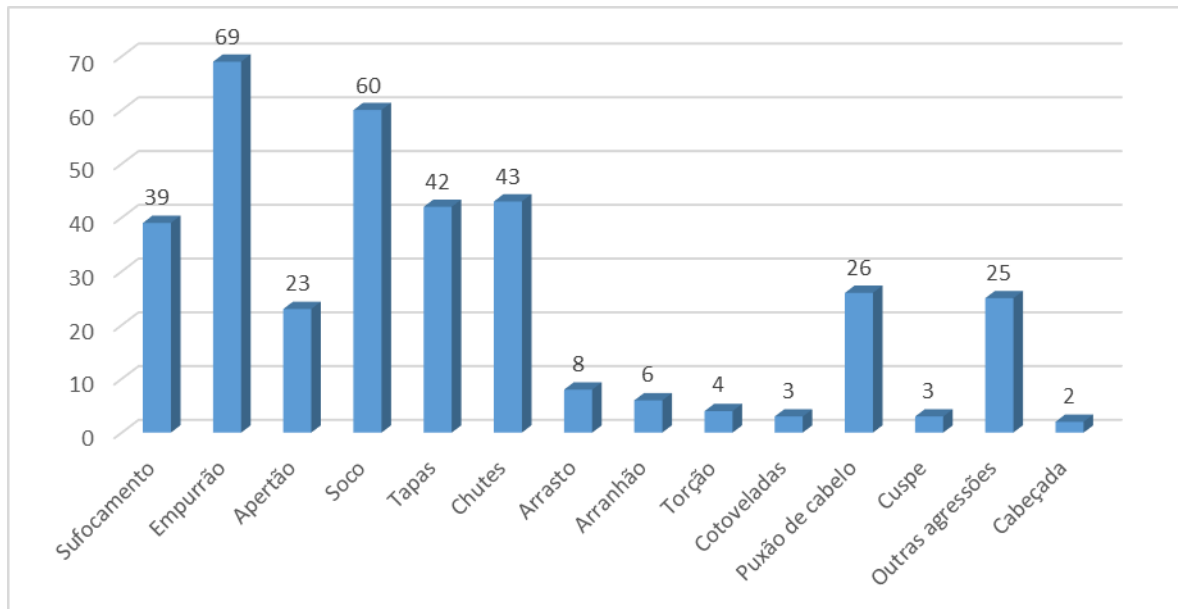
A agressão física para manutenção da masculinidade ligada aos códigos de honra tem um componente que é público. A honra não é algo que se possui individualmente, mas é culturalmente compartilhada e deve ser reconhecida publicamente. Para Sousa (2010):

[...] a honra fundamentava-se em qualidades e virtudes reconhecidas pelo corpo social. No caso dos homens, essas qualidades se explicitavam nas questões relacionadas ao exercício da sexualidade. Todavia, não era a questão da sexualidade masculina que lhes definia essa honra e sim as práticas sexuais das mulheres que a eles estavam ligadas por laços familiares ou emocionais (SOUZA, 2010, p. 157).

A agressão física, segundo Sousa (2010) tem sido usada sistematicamente para a reparação da honra masculina que se sente ameaçada. As agressões físicas que envolvem emoções como medo da separação ou ciúmes são as mais frequentes. Soares (2005) entende que há uma dinâmica de violência em que as formas de agressão vão sendo cada vez mais fortes.

O Gráfico 13 foi construído com base na leitura dos processos de agressão física e a narrativa da vítima evidencia que há em um só processo uma história crescente de agressão que não se limita ao episódio que deu origem à denúncia.

Gráfico 13 - Tipos de Violência Física



Fonte: Vara de Violência Doméstica e Familiar da Comarca de Ponta Grossa
 Nota: informações organizadas pelo autor e Mayã Polo Campos

As formas de agressão física podem ser reunidas em dois diferentes grupos. O primeiro que tem baixa potencialidade de risco à vida da vítima como cuspe, puxão de cabelo, arranhão e outro grupo com maior periculosidade que envolve sufocamento, soco, tapas, chutes e outros.

Miranda et al (2016) afirma que em muitos casos, a mulher só procura as autoridades policiais quando a agressão chega a níveis mais altos de agressividade, tendo suportado uma série de manifestações anteriores por conta de seus menores riscos e acreditando que o aumento dos danos não aconteceria.

Os problemas causados por esse processo crescente de violência, causa na vítima, além de prejuízos corporais, “[...] alterações de sono, problemas na alimentação, isolamento, medo, baixa autoestima, alto nível de ansiedade e depressão, ideação suicida, tentativas de suicídio, abuso de álcool e drogas e o uso não controlado de remédios” (WILLIAMS et al, 2008, p.24).

Vale notar que por mais que as vítimas se vejam em um ciclo de violência, essas mulheres não se afastam do lar ou de seus companheiros mesmo passando por momentos constantes de agressão. Miranda et al (2016), com base nos atendimentos realizados pelo setor de serviço social presente na Vara de Violência Doméstica e

Familiar da Comarca de Ponta Grossa, afirma que em muitos casos essas mulheres estão vinculadas afetivamente com esses agressores, não buscando romper com o relacionamento, mas apenas com as situações de violência em que se encontram envolvidas. Além disso, a dependência financeira e a proteção dos filhos são outros fatores que colaboram para esse contexto.

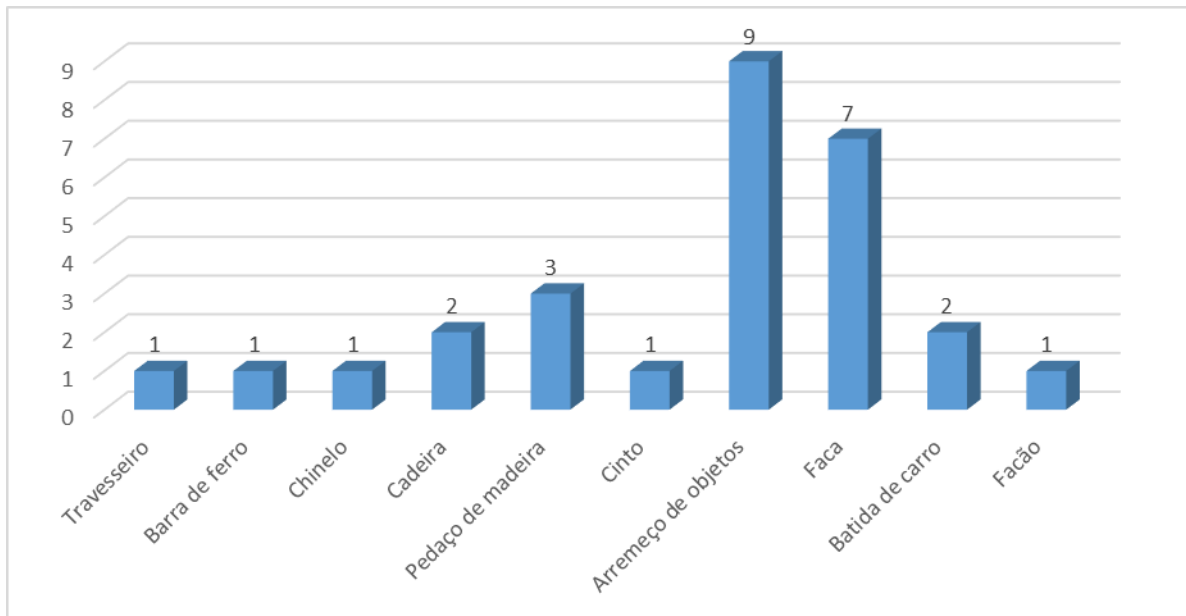
Arraes (2015), por sua vez, complementa essas influências da continuidade da vítima em uma relação violenta pelo fato das mulheres não possuírem alternativas concretas de deixarem o lar onde vivem, sendo potencializado em casos onde o casal possui filhos. Além disso, a vergonha de expor a situação em que está passando ou o próprio isolamento criado com a sua família, característicos em casos conjugais opressores, são outros fatos que colaboram com o isolamento dessa mulher nesses ambientes de hostilidade sistemática.

Soares (2005) contribui também nesse quesito afirmando que os traços de afetividade entre o casal e as memórias de uma relação onde não existiam essas agressões fazem com que a mulher crie expectativas de que esses fatos sejam isolados e deixem de acontecer, mas que no decorrer dos anos, sem muitas vezes perceber, já está inclusa nesses processos sem um potencial de alterar esse fenômeno.

Outra informação que nos permite contextualizar esse ambiente é de quando a violência ocorre com a utilização de objetos para além do uso exclusivo da força. Esses objetos utilizados muitas vezes são escolhidos de forma aleatória no interior do espaço doméstico, sem levar em consideração os riscos que eles podem trazer a vítima.

Entre os objetos encontrados no interior da casa, a faca é a principal ferramenta utilizada, seja para intimidar ou ferir a vítima. O Mapa da Violência de 2015 afirma que entre os homicídios masculinos 73,2% dos casos ocorreram por meio da utilização da arma de fogo e que esta mesma arma surge em proporções menores para a mulher, em apenas 48,8%. Os casos de feminicídio por sua vez ocorrem por meio de sufocamento ou estrangulamento (6,1% dos casos) e utilização de objeto cortante, penetrante ou contundente em 33,3% dos casos, proporção três vezes maior do que nos casos de assassinatos masculinos.

Gráfico 14 – Utilização de Objetos na Violência Física



Fonte: Vara de Violência Doméstica e Familiar da Comarca de Ponta Grossa
 Nota: informações organizadas pelo autor e Mayã Polo Campos

Nos casos de violência doméstica registrados nos inquéritos da comarca de Ponta Grossa, utilizados nesta pesquisa, houve a ausência de armas de fogo entre as ocorrências denunciadas.

Os objetos utilizados na agressão física fazem parte dos utensílios encontrados no espaço doméstico e se transformam em armas durante os conflitos. Entre eles, a arma branca, é apontada como um dos objetos mais comuns utilizados pelos agressores e também o mais letal entre eles.

Este capítulo trouxe por meio da análise dos processos um panorama dos homens que são acusados por agredir mulheres que, majoritariamente vivem ou viveram uma relação conjugal, sendo formal ou informal. No universo estudado, os acusados são pessoas que possuem pequena escolaridade, baixo rendimento, ocupações de baixa qualificação profissional e jovens. Além disso, cometem agressões físicas acompanhadas de outras formas de agressão como verbal, moral e patrimonial, além de ter o espaço da casa como lugar privilegiado da violência.

CAPÍTULO 4

MASCULINIDADES VIOLENTAS E ELEMENTOS POTENCIALIZADORES

Nos capítulos anteriores, com base na análise de 256 inquéritos que denunciavam a violência física sofrida pelas mulheres, 83,9% aconteceram no interior do espaço doméstico e seus agressores, em 93% dos casos, mantinham ou mantiveram uma relação amorosa com as vítimas e, além disso, em apenas 17% das relações conjugais não havia filhos. Os acusados de agressão são homens que possuem baixa escolaridade, exercem atividades de pequena qualificação e dispõem de uma renda precária. Estes resultados garantiram a compreensão de quem são as pessoas que figuram nos processos de violência doméstica e a tipificação da violência realizada. Contudo, para aprofundar esta investigação, que persegue a compreensão de como as agressões contra mulheres se instituem na interação entre masculinidades violentas e o espaço doméstico, há ainda, a necessidade de trazer a forma como os homens agressores entendem suas masculinidades e os conflitos conjugais desenvolvidos na vivência do espaço doméstico.

Adotamos a ideia de que as masculinidades não são preexistentes e essencializadas num corpo cuja anatomia é classificada como sendo do sexo masculino pela genitália. O gênero é como aponta Butler (2003), uma reiteração de atos estilizados que cria a pretensa estabilidade do que são as masculinidades ou aquilo que é próprio do 'ser homem' ou ainda as feminilidades ou próprio do 'ser mulher'. Então, as masculinidades existem a partir de sujeitos em ação e toda ação é espacial. A ação é movimento permanente e assim, pode-se afirmar que o espaço também se faz na imprevisibilidade dos encontros e relações. O encontro conflitivo que se deflagra com tamanha intensidade na casa, como já comprovado, traz elementos de outras escalas e espacialidades. Portanto, a casa é um espaço multiescalar, no sentido proposto por Massey (1994). O próprio sentido de casa não é estável e único pelo fato de que sujeitos generificados vivenciam este espaço segundo um ordenamento, um mecanismo que opera as performances de gênero entre sujeitos que se confrontam em diferentes posições de poder multidirecionais, tal como propõe Massey (1999).

Este capítulo está organizado de forma a trazer os sentidos de masculinidades concebidas e vivenciadas pela perspectiva dos homens agressores e como a violência exercida por eles se potencializa no espaço da casa. Na primeira seção são exploradas as representações de masculinidades e feminilidades que homens condenados por violência doméstica concebem. Na segunda seção, por meio das histórias amorosas relatadas por autores de feminicídio (ou tentativa de feminicídio), são trazidos os elementos constituidores do crime a partir da ótica de seus autores, evidenciando os sentidos da casa como um espaço potencializador da violência.

4.1 AS CONCEPÇÕES DE GÊNERO NO DISCURSO DOS HOMENS AGRESSORES

A vivência das relações entre casais heterossexuais é mediada pelas normas que são construídas socialmente. Entre elas, as normas de gênero são fundamentais. Expectativas do ideal de como devem ser e agir homens e mulheres está na base de conflitos cotidianos dos casais. Esta cotidianidade está profundamente lastreada na cultura que, por sua vez, recebe status legal e passa a fazer parte da esfera jurídica e pública que rege as vidas humanas. Assim, as normas legais tanto refletem os padrões culturais de um determinado espaço/tempo social, como as normas também enquadram e validam esses mesmos valores. Mas a relação não é simples e unidirecional, há descontinuidades que tencionam o preestabelecido, como aponta Foucault (1988).

As normas jurídicas como argumenta Foucault (2003, p. 83), estão acopladas a redes institucionais de poder, pois:

O controle dos indivíduos, essa espécie de controle penal punitivo dos indivíduos ao nível de suas virtualidades não pode ser efetuado pela própria justiça, mas por uma série de outros poderes laterais, à margem da justiça, como a polícia e toda uma rede de instituições de vigilância, as instituições psicológicas, psiquiátricas, criminológicas, médicas, pedagógicas para a correção. É assim que, no século XIX, desenvolve-se, em torno da instituição judiciária e para permitir assumir a função de controle dos indivíduos ao nível de sua periculosidade, uma gigantesca série de instituições que vão enquadrar os indivíduos ao longo de sua existência; instituições pedagógicas como a escola, psicológicas ou psiquiátricas como o hospital, o asilo, a polícia, etc (FOUCAULT, 2003, p. 83).

Embora não seja a intenção nessa pesquisa de aprofundamento de análises do ordenamento jurídico brasileiro, é inegável que o discurso jurídico é um importante mecanismo de manutenção da ordem de gênero e da sociedade conjugal. Afinal, como

argumenta Foucault (2010, p. 254), “o poder não é o sentido do discurso. O discurso é uma série de elementos que operam no interior do mecanismo geral do poder”. E apesar de a dominação ser mais ampla do que o discurso jurídico, ele é um elemento fundamental na sociedade moderna:

O direito é, de modo geral, o instrumento dessa dominação – o que é consenso – mas também como, até que ponto e sob que forma o direito (e quando digo direito não penso simplesmente na lei, mas no conjunto de aparelhos, instituições e regulamentos que aplicam o direito) põe em prática, veicula relações que não são relações de soberania e sim de dominação (FOUCAULT, 1979, p. 181).

As normas que regem os impulsos de violência entre pessoas na sociedade conjugal e a intervenção pública, policial dentro das casas são recentes, fruto de grandes lutas feministas no âmbito das Nações Unidas, da qual o Brasil faz parte. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948 trouxe a família e seus membros como responsabilidade do Estado para proteção. Em 1966, com o Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, há o reforço da ideia de que sociedade e Estado devem se responsabilizar pela proteção da família. Em 1979, as Nações Unidas realizaram a Convenção Sobre a Eliminação de Todas Formas de Discriminação Contra a Mulher. Os países-membros como o Brasil se responsabilizaram em implementar internamente a igualdade jurídica em todas as esferas da vida pública e privada, incluindo a família. Contudo, é importante marcar que, conforme Barsted e Garcez (1999), a convenção foi adotada pela Assembleia das Nações Unidas em 1979, aderida com uma série de reservas pelo Brasil em 1984 e só foi ratificada integralmente pelo país em 1994. O que marca uma forte resistência da sociedade brasileira em acolher a ideia da equidade entre os gêneros, notadamente no âmbito da sociedade conjugal. Em 1994, a Convenção para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher foi assinada pelos países membros da Organização dos Estados Americanos – OEA.

As organizações mundiais abriram debates importantes que ajudaram os movimentos feministas brasileiros a realizarem as conquistas que se verificou na Constituição Federal de 1988. Foi apenas no final do século XX que as mulheres foram equiparadas aos homens no que diz respeito aos direitos e deveres civis, o que impactou sobre o Código Civil Brasileiro, criado em 1916 e em vigor até os dias atuais. Barsted e Garcez (1999) realizam uma análise dos avanços dos direitos das mulheres

na legislação civil brasileira e trazem argumentos importantes para afirmar a cultura patriarcal brasileira sustentada pela legislação. Segundo elas, “De fato, ao assegurar que ‘homens e mulheres têm os mesmos direitos na constância da sociedade conjugal’, a Constituição eliminou séculos de subordinação legal da mulher dentro da família.” (BARSTED; GARCEZ, 1999, p.16).

É importante apontar o quanto é recente a equidade legal de direitos das mulheres em relação aos homens. Na medida em que toda legislação é a mediação da vida em sociedade, vale a pena apontar que em pleno século XX no Brasil as mulheres, segundo o Código Civil Brasileiro eram consideradas inferiores aos homens¹⁰. Segundo Barsted e Garcez (1999):

A família descrita no Código era organizada de forma hierárquica, tendo o homem como chefe e a mulher em situação de inferioridade legal. O texto de 1916 privilegiou o ramo paterno em detrimento do materno; exigiu a monogamia; aceitou a anulação do casamento face à não-virgindade da mulher; afastou da herança a filha mulher de comportamento ‘desonesto’¹¹. O Código também não reconheceu os filhos nascidos fora do casamento. Por esse Código, com o casamento, a mulher perdia sua capacidade civil plena, ou seja, não poderia mais praticar, sem o consentimento do marido, inúmeros atos que praticaria sendo maior de idade e solteira. Deixava de ser civilmente capaz para se tornar ‘relativamente incapaz’. [...] O artigo 233, também em seu texto original, considerava o marido chefe da sociedade conjugal, cabendo a ele inúmeros direitos e deveres exclusivos como, por exemplo, representar legalmente a família; administrar os bens do casal e os bens particulares da mulher, mesmo no regime de separação total dos bens; fixar o domicílio e prover a manutenção da família. Esse artigo é considerado revogado face à Constituição de 1988. [...] O artigo 242 dispunha que a mulher casada não podia, sem autorização do marido, aceitar ou repudiar herança; aceitar tutela, curatela ou outro múnus público; litigar (demandar) em juízo civil ou criminal e exercer profissão. Mesmo na Justiça do Trabalho a mulher casada não podia pleitear seus direitos trabalhistas sem a assistência do marido. Essas disposições estão revogadas pela Constituição de 1988 (BARSTED e GARCEZ, 1999, p.17-19).

Embora a citação acima seja longa, ela ilustra a forma concreta da norma jurídica de hierarquia de gênero, que não permanece em letra morta, mas que é a materialização da dominação masculina na sociedade patriarcal brasileira e forja os limites do cotidiano das relações entre homens e mulheres na sociedade conjugal, conforme alerta Foucault (1979, 1988, 2002, 2010).

¹⁰ As autoras evidenciam avanços de direitos das mulheres antes da Constituição de 1988 no ‘Estatuto Civil da Mulher Casada (Lei 4.121/62)’ e na Lei do Divórcio (Lei 6.515/1977).

¹¹ A ‘desonestidade’ feminina estava ligada à preservação da virgindade e obediência paterna.

Como já afirmado, um dos avanços da legislação brasileira no que diz respeito ao enfrentamento da hierarquia de gênero que tem um de seus traços mais marcantes a violência doméstica foi a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) que estabelece uma série de demandas ao Estado para combater os diferentes tipos de violência contra as mulheres. A lei é ampla e estabelece garantia de direitos de proteção às mulheres e às crianças que estão vivendo em situação de violência e determina parâmetros para criação de mecanismos de auxílio para as vítimas se livrarem do ciclo violento, entre eles há a criação de casas-abrigo, programas especializados de atendimento e proteção contra o agressor, serviços especializados de saúde e outros.

Outra característica importante da Lei Maria da Penha é a criação e promoção de centros de educação e reabilitação dos agressores que cumprem pena por violência doméstica, tendo o juiz responsável o poder de determinar ao agressor o comparecimento obrigatório nesses cursos como parte de sua pena (BRASIL, 2006).

Leite e Lopes (2013) afirmam que há necessidade de modificação da cultura machista para o rompimento do ciclo da violência que é reincidente. Toneli et al (2010) argumentam que na tentativa de modificação da cultura masculina, o Brasil adotou modelos de programas praticados nos Estados Unidos dos anos 70 realizados por grupos de homens pró-feministas que se dispunham a estabelecer grupos de reflexão sobre masculinidades e culturas machistas. Na Europa este modelo de trabalho com homens agressores se popularizou e no Brasil, nos anos 90 há uma série de iniciativas.

Os encontros de grupos de homens agressores para discutir suas masculinidades e a cultura machista têm como base a Justiça Restaurativa, que se orienta a partir da compreensão das subjetividades dos sujeitos envolvidos nos conflitos. Tanto agressores como vítimas são ouvidas, acolhidas e são aplicadas técnicas para direcionamento de ações e da compreensão dos direitos civis e sociais. Estas formas de tratar os crimes de violência doméstica procuram a responsabilização dos atos por parte dos agressores, mas também a recuperação e reeducação desses indivíduos recolocando-os na sociedade de maneira melhorada (CNJ, 2019).

As ações para além de uma visão punitiva dos homens agressores foram desenvolvidas pela Secretária de Políticas para as Mulheres em 2008. As diretrizes das

ações com os homens agressores visavam a criação de serviços educativos de reflexão que visa:

[...] contribuir para a desconstrução de estereótipos de gênero; a transformação da masculinidade hegemônica; e a construção de novas masculinidades; [...] buscar o questionamento das relações de gênero que têm legitimado as desigualdades sociais e a violência contra as mulheres, por meio de atividades educativas, reflexivas e pedagógicas vinculadas à responsabilização dos agressores (BRASIL, 2008).

Em geral os cursos são elaborados a partir de três modelos pedagógicos diferenciados, sendo eles: o psicopatologizante/clínico, que se preocupa com as características individuais do sujeito sem levar em consideração o contexto cultural em que esse cidadão está inserido; o instrutivo/pedagógico, que é estruturado a partir de abordagens educacionais com o objetivo de informar por meio de palestras e cursos assuntos referentes a violência, saúde, emoção, entre outros; e o reflexivo/responsabilizante, que tem por objetivo responsabilizar os agressores pelos seus atos a partir de debates acerca da igualdade entre homens e mulheres e desconstrução de uma masculinidade opressora (BILLERBECK, 2018).

Na maioria das vezes o método reflexivo/responsabilizante é a metodologia mais utilizada no Brasil para o desenvolvimento dos serviços com os homens agressores. Em Ponta Grossa existem três instituições que prestam esse atendimento com apoio do Poder Judiciário e da Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher.

A primeira é coordenada pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos – CEJUSC, instituição vinculada ao Fórum que aplica medidas de Justiça Restaurativa especificamente com homens presos em flagrante por violência doméstica. Como parte de suas penas, esses sujeitos são obrigados a participar de reuniões reflexivas ministradas por uma assistente social que, entre outras atividades, escuta o que esses sujeitos interpretam em relação ao ocorrido e elabora estratégias de desconstrução de argumentos em relação a suas justificativas.

A segunda instituição é coordenada pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, a partir do Núcleo de Estudos da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher - NEVICOM, que conta com uma equipe multidisciplinar. Inicialmente o núcleo atuava apenas no apoio às mulheres vítimas de violência doméstica. A partir de 2012 o

órgão passou a prestar serviço também para os homens agressores, por meio de atividades para produzir reflexões e redirecionamento de condutas violentas.

A terceira instituição é a ONG Melhor Viver. Esta instituição atua com base nas reflexões de seu fundador, também pastor da Igreja Tehilla, João Montes. A instituição embasada nas diretrizes do amor cristão,¹² além de outras atividades, desenvolve os cursos reflexivos com grupos de homens agressores encaminhados pelo Poder Judiciário a fim de cumprirem parte de suas penas por violência doméstica. Além das diretrizes citados, o curso busca apresentar informações que produzam uma modificação do comportamento agressivo e transformação de sua masculinidade.

O grupo de homens agressores atendidos na ONG Melhor Viver foi o que possibilitou o acompanhamento das atividades e também aceitou colaborar com esta pesquisa. As reuniões aconteciam uma vez por semana com duração de aproximadamente duas horas durante seis meses, o grupo era formado por 30 homens que cumpriam pena por violência doméstica e que em grande maioria não aceitavam o fato de terem cometido um crime.

A proposta para o grupo de homens condenados por violência doméstica não era o de discutir o crime em si, porque os dados já haviam sido analisados a partir dos processos estudados, cujos resultados foram discutidos anteriormente. A ideia era constituir uma reflexão em torno da compreensão que eles tinham acerca das masculinidades e feminilidades (ver roteiro de atividade no anexo D).

Para isso, eles desenvolveram quadros de características aceitáveis e reprováveis de homens e mulheres, construindo assim, protótipos de sujeitos ideais, segundo os valores construídos por eles mesmos. Depois disso, os modelos de masculinidades e feminilidades foram objeto de discussão entre os participantes, cujas falas foram gravadas, transcritas e analisadas. A figura 2 é um exemplo que pode ser visualizado da dinâmica elaborada em conjunto com o grupo.

¹² Informações encontradas no site oficial da instituição: > <https://www.ministeriomelhorviver.com/><, acessado no dia 03/02/2019.

Figura 2 – Exemplos dos Produtos obtidos com a Dinâmica

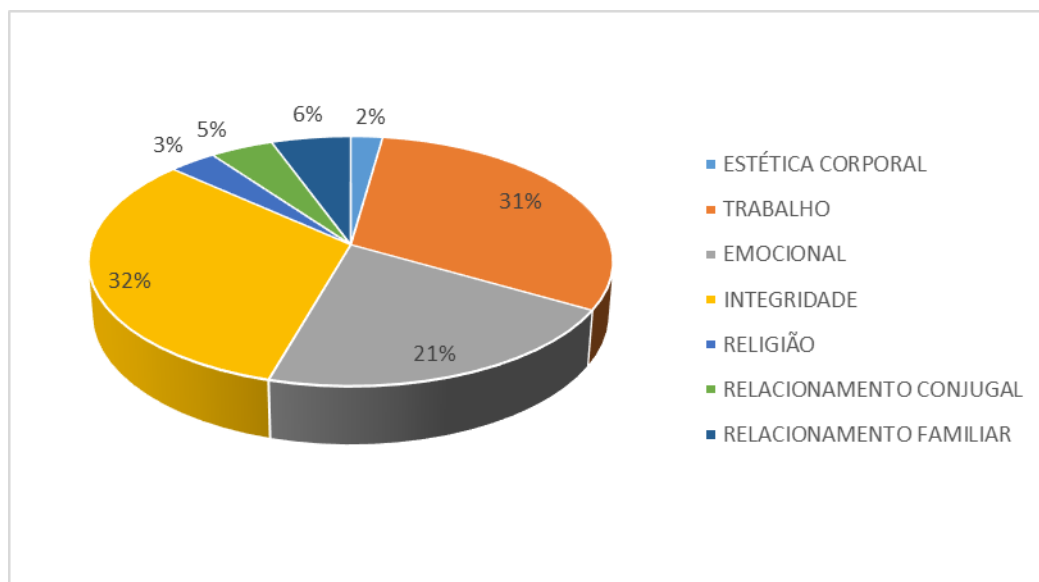
<p>Dignidade Honestidade SIMPATIA Responsabilidade CARATER.</p> <hr/> <p>TRAFIGANTE ESTUPRADOR Homofobico DESUMANO ASSINO Pedofelo</p> <hr/> <p>HONESTA Dignidade compreensiva Fiel PARCENZA</p> <hr/> <p>DESONESTA INFIEL TRAI DORA SEM MORAL AGRESSIVA</p>	<table border="0"> <tr> <td>1. AMOR PRÓPRIO ✓</td> <td>1. CARATER ✓</td> </tr> <tr> <td>2. FÉ</td> <td>2. HONESTA/SINCERA</td> </tr> <tr> <td>3. HONESTIDADE</td> <td>3. RESPEITOSA</td> </tr> <tr> <td>4. TRABALHADOR/RESPONSÍVEL</td> <td>4. FÉ</td> </tr> <tr> <td>5. DETERMINADO</td> <td>5. MULHER/DEICADA</td> </tr> </table> <table border="0"> <tr> <td>1. FALSO X</td> <td>1. FALSA/DRAMÁTICA X</td> </tr> <tr> <td>2. DESONESTO</td> <td>2. DESONESTA</td> </tr> <tr> <td>3. VAGABUNDO/PREGUIÇA</td> <td>3. VAGABUNDA/PREENHIDA</td> </tr> <tr> <td>4. MAL EDUCADO</td> <td>4. MAL EDUCADA.</td> </tr> <tr> <td>5. SEM ATITUDE</td> <td>5. SEM FÉ</td> </tr> </table>	1. AMOR PRÓPRIO ✓	1. CARATER ✓	2. FÉ	2. HONESTA/SINCERA	3. HONESTIDADE	3. RESPEITOSA	4. TRABALHADOR/RESPONSÍVEL	4. FÉ	5. DETERMINADO	5. MULHER/DEICADA	1. FALSO X	1. FALSA/DRAMÁTICA X	2. DESONESTO	2. DESONESTA	3. VAGABUNDO/PREGUIÇA	3. VAGABUNDA/PREENHIDA	4. MAL EDUCADO	4. MAL EDUCADA.	5. SEM ATITUDE	5. SEM FÉ
1. AMOR PRÓPRIO ✓	1. CARATER ✓																				
2. FÉ	2. HONESTA/SINCERA																				
3. HONESTIDADE	3. RESPEITOSA																				
4. TRABALHADOR/RESPONSÍVEL	4. FÉ																				
5. DETERMINADO	5. MULHER/DEICADA																				
1. FALSO X	1. FALSA/DRAMÁTICA X																				
2. DESONESTO	2. DESONESTA																				
3. VAGABUNDO/PREGUIÇA	3. VAGABUNDA/PREENHIDA																				
4. MAL EDUCADO	4. MAL EDUCADA.																				
5. SEM ATITUDE	5. SEM FÉ																				
<p>TEM QUE TER CARATER - SER HONESTO - Homem RESPEITAR O PROXIMO - TEM QUE AMAR A FAMILIA - TER CUIDA BEM DOS FILHOS -</p> <hr/> <p>USAR DROGAS QUE NÃO TENHA VONTADE DE TRABALHAR QUER VIVER A VIDA FOLGADO VIOLENTO NA FAMILIA QUE VIVEM EM BARES</p> <p>HOMEM NÃO TEM QUE SER</p> <hr/> <p>COMPANHEIRA COMPREESIVA TRABALHADORA HONESTA FIEL</p> <p>MULHER TEM QUE SER</p> <hr/> <p>VIOLENTO INFIEL INCOMPREENSIVA TPM MANDANTE</p> <p>MULHER NÃO TEM QUE SER</p>	<p>BOM CARATER - ÉTICA - ISÔNICO - EXEMPLAR - RESPONSÁVEL -</p> <p>MAU CARÁTER - SEM ÉTICA - IRRESPONSÁVEL - INVEIOSO - SARCÁSTICO -</p> <p>COMPANHEIRISMO - SINCERA - CARINHOSA - RESPONSÁVEL - BOM CARÁTER -</p> <p>DESONESTA - INFIEL - IRRESPONSÁVEL - MAU CARÁTER - INTERESSISTA -</p>																				

Fonte: Dinâmica com homens em curso reflexivo na ONG Melhor Viver
Nota: informações organizadas pelo autor

O material obtido foi sistematizado de forma a agrupar as características apontadas pelos homens agressores em categorias discursivas a fim de compreender os ideais de masculinidades e feminilidades construídos pelo grupo no momento da dinâmica.

O gráfico 15 evidencia os traços predominantes do que o grupo de homens agressores pensa ser uma masculinidade ideal, segundo suas perspectivas de realidade.

Gráfico 15 - Representação da Figura do Homem Ideal



Fonte: dinâmica com homens em curso reflexivo na ONG Melhor Viver
Nota: organizado pelo autor

Entre as características que o grupo compreende serem prioritárias no papel ideal do homem, as que mais aparecem estão relacionadas as categorias 'integridade' (32%), 'trabalho' (31%) e 'questões emocionais' (21%). As demais estão relacionadas com o 'relacionamento familiar' (6%), 'relacionamento conjugal' (5%), 'religião' (3%) e 'estética corporal' (2%). Há uma predominância de três categorias: integridade, trabalho e emoção. O sentido da integridade para o grupo que participou da pesquisa é de que um homem deve ter palavra, ser responsável, ter caráter e ser justo. Um homem também deve ser trabalhador e capaz de prover sua família com dignidade. Além disso, deve ser emocionalmente estável, paciente, educado e respeitoso.

O ideal de masculinidade para estes homens agressores gira em torno da honra. Sousa (2010) afirma que a honra é pública. Ela não é da arena do espaço privado, mas

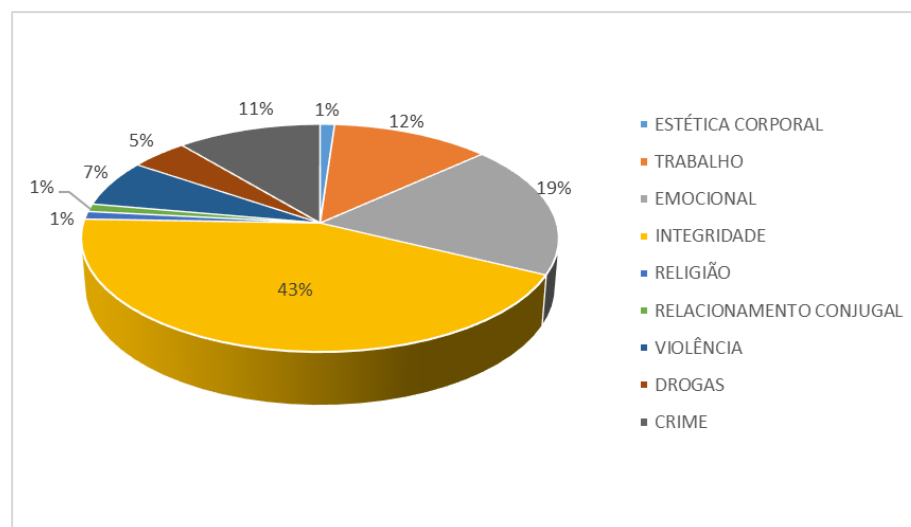
supõe uma projeção do sujeito para além das relações familiares e o reconhecimento de seu valor na esfera pública, assim, cada sociedade terá uma significação própria de honra masculina.

A honra, no seu significado mais genérico, seria definida como bom nome, fama, distinção, dignidade. (BUENO, 1991). No entanto, aqui ela se coloca como um componente do perfil do 'homem de bem'. Como se pode perceber em sua definição genérica, um dos atributos da honra era o fato de ela ser pública. Não bastava ser honrado, era preciso que tal honra fosse reconhecida socialmente, era necessário que o bom nome e a fama fossem reconhecidos publicamente para terem valor. (SOUSA, 2010, p. 156-157).

Podemos observar que a construção da honra masculina a partir desta definição é elaborada em conjunto com o espaço público, característico da construção social e generificada que esta esfera foi criada em conjunto com a dicotomia do espaço privado, como discutido a partir das reflexões de Carlotto e Mariano (2010) no segundo capítulo deste trabalho.

Interessante observar que as referências às questões de família, corporal ou relações conjugais são periféricas na construção do ideal de masculinidade que estes homens apontam. Quando eles constroem a ideia do modelo rejeitado de homem, há a referência ao antônimo das palavras utilizadas para construir o modelo ideal desejado, com poucas variações, como pode ser visto no gráfico que segue.

Gráfico 16 – Representação da Figura Reprovável do Homem



Fonte: dinâmica com homens em curso reflexivo na ONG Melhor Viver

Nota: organizado pelo autor

As categorias que se destacam são 'integridade' (43%), 'questões emocionais' (19%) e 'trabalho' (12%); acompanhadas na sequência por características ligadas ao 'crime' (11%), 'religião' (7%), 'drogas' (5%), 'estética corporal' (1%), 'violência' (1%) e 'relacionamento conjugal' (1%).

Para este grupo, o modelo do homem que 'não presta' é o que não cumpre a palavra, é mentiroso, irresponsável, sem caráter, desonesto, covarde e que não trabalha. O diferencial é que surgem categorias como envolvimento em atos criminosos e uso de drogas. Mesmo na categoria das emoções, o grupo traz traços como ser grosseiro, impaciente, mal-humorado e arrogante. Há uma única referência à palavra 'machista'.

O gráfico que apresenta o ideal de masculinidade negativa para este grupo, novamente faz referência à face pública. Mesmo quando se referem à violência, esta aparece mais relacionada a conflitos com outros homens e não propriamente à violência doméstica. São raras as características citadas que se referem à família ou às relações afetivas.

Como Connel (1995) observa, há masculinidades hegemônicas que se constituem de padrões sociais a serem alcançados. Contudo, as masculinidades se fazem no próprio exercício da vida e como considerado por McDowell (2001, 2002, 2007), os diferentes grupos de homens vivenciam masculinidades específicas.

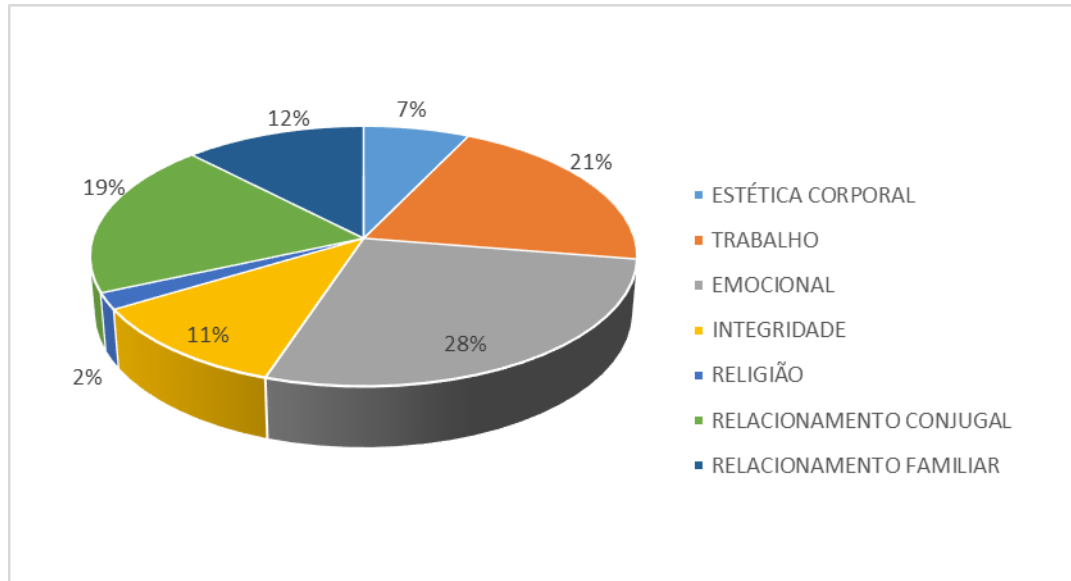
Para este grupo, a masculinidade idealizada não requer com grande intensidade traços de afeto, amor familiar, compreensão, mas ela se faz de aspectos individuais ligados a imagem que será refletida nos diferentes contextos dos espaços públicos.

O 'homem idealizado' portanto é o do espaço público. Os atributos destacados pelo grupo caracteriza, o que seria para eles, o conjunto de fatores que constituem ou equivalem à masculinidade desejável e que, por mais que eles tenham interiorizado este padrão de gênero, conforme alerta Butler (2003), suas vivências desconstruem esse ideal de masculinidade, conforme visto por McDowell (2007).

Quando o grupo foi solicitado a escrever sobre as características que compunham o ideal de feminilidade, foi possível constatar que os elementos foram diferentes, embora compunham as mesmas estruturas, para que pudessem ser

comparáveis. O gráfico que segue ilustra os resultados sistematizados sobre o ideal feminino construído pelo grupo.

Gráfico 17 – Representação da Figura da Mulher Ideal



Fonte: dinâmica com homens em curso reflexivo na ONG Melhor Viver

Nota: organizado pelo autor

As categorias apresentam uma distribuição mais equilibrada entre elas quando comparadas ao ideal de masculinidade traçado pelo grupo. No ideal feminino estão ‘questões emocionais’ (28%), ‘trabalho’ (21%) e ‘relacionamento conjugal’ (19%) com pesos maiores. O ‘relacionamento familiar’ (12%), ‘integridade’ (11%), ‘estética corporal’ (7%) e a ‘religião’ (2%) aparecem com menores expressões.

O ideal de feminilidade constituído pelo grupo de homens agressores é de uma mulher carinhosa, compreensiva, humilde, sincera, que seja trabalhadora, honesta, fiel e companheira. Constata-se que este ideal de mulher é sempre relativa às relações privadas do espaço doméstico e tendo como objeto da dedicação as relações conjugais e familiares.

Até mesmo o conteúdo das categorias é distinto entre o ideal masculino e o ideal feminino. Para os homens, ser respeitoso, simpático, paciente e educado, são características que foram reunidas na categoria das emoções. Nessa mesma categoria, para as mulheres, as características são: carinhosa, amorosa, compreensiva, ou seja, a elaboração do ideal feminino é levando em consideração aquilo que ela pode oferecer

ao seu companheiro, com traços do espaço privado com maiores proporções do que aquele visto nos casos das masculinidades.

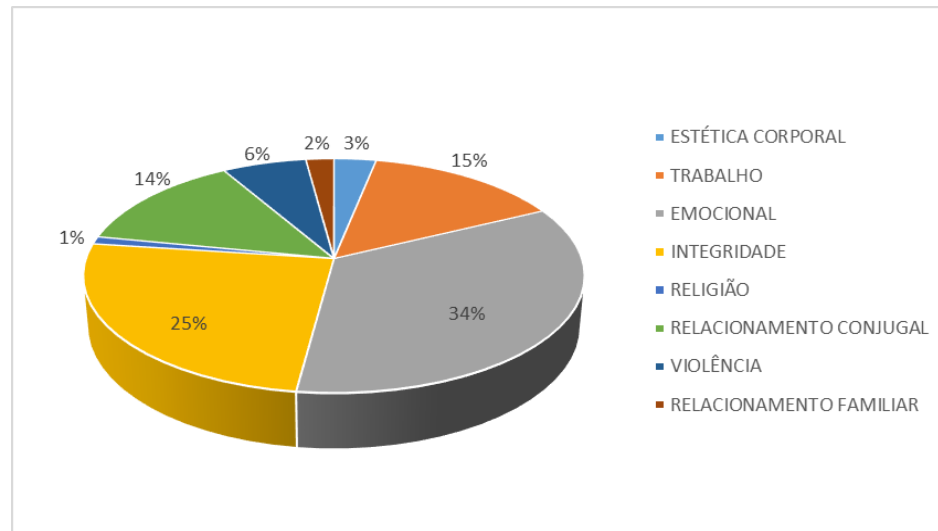
O trabalho é outra categoria que diferencia o conteúdo quando se trata dos ideais de masculinidades e feminilidades. O trabalho dos homens está ligado à sua capacidade de prover a família e das mulheres no cuidado da casa e dos membros familiares. Essa constatação é reflexo da tradicional divisão sexual do trabalho, que liga a figura da mulher ao trabalho reprodutivo exercido no espaço doméstico, e do homem ligado a produção mercantil, duas esferas distintas e delimitadas a partir de uma construção simbólica dos papéis de gênero (MELO; CASTILHO, 2009).

A terceira categoria mais presente para as mulheres, 'relação conjugal', surge no caso masculino ocupando a quinta posição entre as características citadas. Espera-se neste caso que a mulher tenha uma série de virtudes que a aproxime da figura de uma esposa fiel e que cumpra com as suas responsabilidades matrimoniais antes pouco citada pelos homens.

Percebemos nesse sentido que as características que contribuem para uma melhor imagem da mulher pouco tem a ver com aquelas elencadas pelo grupo quando a referência era masculina, no caso delas, mais restrito a uma figura dócil, responsável por trabalhos relacionados ao lar e dos filhos e encarregada em manter as questões referentes ao cuidado conjugal.

Quando solicitado ao grupo traçar as características indesejáveis para o ideal de feminilidade, obtivemos o resultado que pode ser visualizado no gráfico a seguir.

Gráfico 18 - Representação da Figura Reprovável da Mulher



Fonte: dinâmica com homens em curso reflexivo na ONG Melhor Viver
Nota: organizado pelo autor

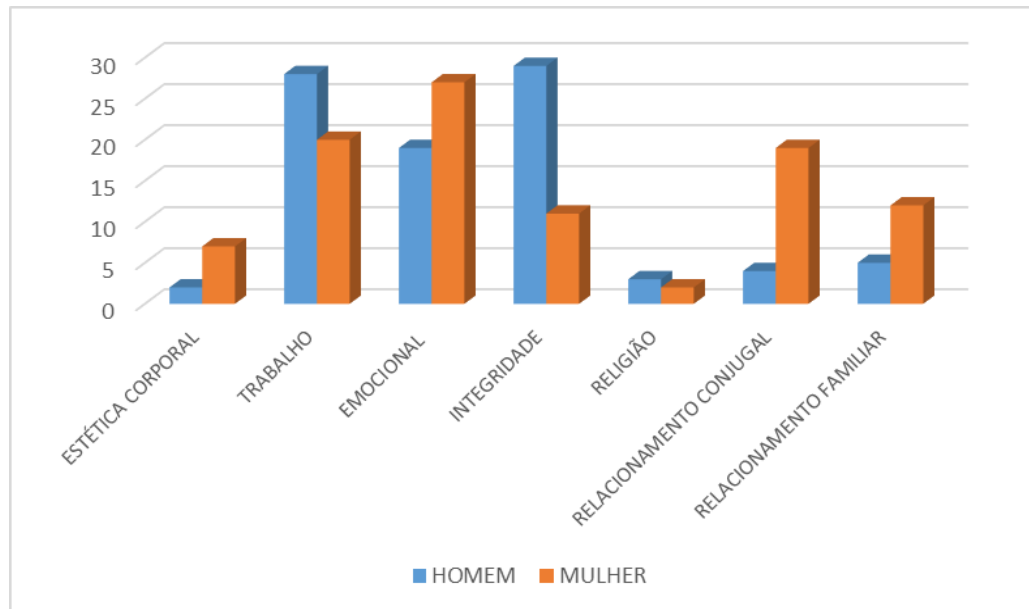
As características colocadas pelo grupo enquanto reprovável na figura da mulher tiveram maior peso entre as categorias 'emocional' (34%), 'integridade' (25%), 'trabalho' (15%) e 'relacionamento conjugal' (14%) como as mais presentes. Posteriormente a isso aparecem as categorias 'violência' (6%), 'relacionamento familiar' (2%), 'estética corporal' (3%) e 'religião' (1%).

A feminilidade construída como rejeitada pelo grupo de homens agressores é da mulher que eles consideram mandona, arrogante, dramática, gananciosa, exibida, ciumenta e descontrolada no campo emocional, que é preguiçosa para trabalhar. A falta de integridade está relacionada a ser uma pessoa falsa e mentirosa, sendo que a relação conjugal está relacionada à infidelidade e não se fazer companheira de seu marido.

Podemos conferir que aquilo que é julgado enquanto depreciável na idealização da figura feminina é muito mais amplo do que as características citadas para a mesma questão no caso dos homens. Ou seja, o leque de atitudes que ferem com a construção de uma honra feminina é muito maior e vulnerável do que a construída pelos homens, e por conta disso com maiores cobranças.

Para melhor visualizar a distribuição de categorias entre os ideais de feminilidades e masculinidades traçados pelo grupo, bem como os ideais de rejeição, foi elaborado o gráfico que segue.

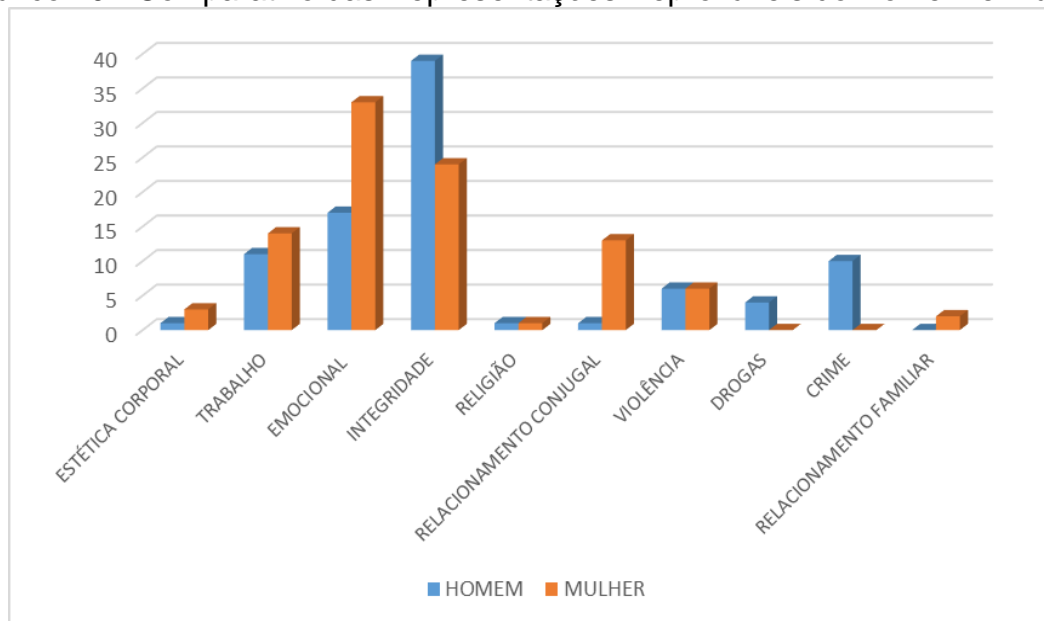
Gráfico 19 - Comparativo das Representações Aceitáveis do Homem e Mulher



Fonte: dinâmica com homens em curso reflexivo na ONG Melhor Viver

Nota: organizado pelo autor

Gráfico 20 - Comparativo das Representações Reprováveis do Homem e Mulher



Fonte: dinâmica com homens em curso reflexivo na ONG Melhor Viver

Nota: organizado pelo autor

Os gráficos permitem observar que há diferenças entre os ideais de masculinidades e feminilidades, além dos pesos colocados de maneira diferenciada entre cada categoria. No caso do ideal masculino aparece o homem provedor,

trabalhador e educado, enquanto que se esperam da mulher as características ligadas à estética corporal, emocional e responsável pela manutenção familiar e conjugal.

Durante o debate sobre a construção dos ideais de masculinidades e feminilidades, surgem as explicações do grupo em relação a deflagração de conflitos conjugais que geram a violência doméstica. Um dos participantes constrói sua explicação utilizando da ideia de que existe uma ‘essência natural correta’, mas que as relações contemporâneas estão fora desta ordem natural. Um dos homens do grupo diz o seguinte:

Eu acho que o problema se iniciou pela necessidade. A família passou a ter mais despesas, a mulher precisava ajudar, aí começou a trabalhar. Eu estou falando de gênero, nós somos animais, racionais, mais somos [animais]. Existe o macho e existe a fêmea. Tem que haver alguma coisa que não saia do desrespeito. Um não é melhor que o outro, mais existe uma falta de lugar. Vários falaram aqui que a mulher é agressiva, que a mulher quer mandar. De fato, porque hoje a mulher está achando que o homem é um bosta, entre aspas né, não generalizando né, [...] o homem tinha que ter uma função dentro da família né, e a mulher outra dentro da família e não a mesma, na minha opinião né. O que está desagregando é isso. É preciso a mulher começar a tratar o homem de uma maneira melhor e o homem, por sua vez, por ser mais forte, deve proteger a família. (Trecho de fala de um dos homens do grupo realizado no dia 01/10/2018).

Os argumentos em torno da justificativa de que há uma ordem natural que não está sendo obedecida é o elemento mais comum nas justificativas dos conflitos conjugais que envolvem a violência doméstica. Outro participante fala o seguinte:

Tem a questão do cuidado pelo contexto que foi criado né. Normalmente se o homem se sentir um pouco mais protetor, ele quer zelar mais por essa instituição [referindo-se à relação conjugal]. Quando você pega e tira a mulher de dentro de casa [referindo-se à casa dos pais dela], você tem que ser o homem de casa. Às vezes essa instituição começa a ficar frágil, daí começa vir os problemas, independentemente da situação, mais a instituição fica frágil e os problemas começam aparecer. Aí que começa de fato os desafetos. Um dia, não é mais o problema em si, o problema é a fragilidade de instituição. Aí, quem é responsável por isso? Se os dois se ausentam, porque daí os dois têm o mesmo papel [referindo-se ao homem e mulher casados], aí acho que se desconstrói, se desconstrói e acaba. (Trecho de fala de um dos homens do grupo realizado no dia 01/10/2018).

Podemos perceber que as falas direcionam para uma organização diferenciada entre os papéis de gênero tradicionalmente construídos, sendo que na medida em que as mulheres passam a ocupar cargos diferentes daqueles que lhes eram impostos, a estrutura de poder se vê desestabilizada e os problemas, segundo os homens começam a surgir.

Russel e Radford (1992) afirmam que o alto índice de violência praticado pelos homens contra a mulher é uma consequência da transgressão feita por ela dos limites definidos pelo patriarcado, ou seja, a passagem pela fronteira de controle aplicada sobre seu corpo e vivência, embasada por um sistema patriarcal e machista, pode lhe custar a vida. Neste sentido, podemos vincular a discussão em relação ao conceito de violência construído por Arendt (1985) e citado no capítulo conceitual que compõe esse trabalho. Para ela, a violência é utilizada quando o sujeito ou instituição perde ou começa a perder o poder sobre o qual ele estava assegurado. Nas falas, percebemos que essa inversão dos papéis são interpretados enquanto uma ameaça à centralidade masculina e por conta disso, um estopim para as deflagrações de violência conjugal.

Esta seção evidenciou que o grupo de homens condenados por violência doméstica que estão cumprindo pena e foram direcionados aos serviços de apoio terapêutico e reflexão estabeleceram ideais de feminilidades e masculinidades que reproduz a hierarquização dos gêneros. Não há em seus relatos nenhuma palavra explícita de que os homens são superiores. Pelo contrário, para eles, homens e mulheres são apenas diferentes, sem hierarquias. Contudo, quando se constata os elementos do 'homem ideal' e da 'mulher ideal', pode-se afirmar que o homem possui o status de sujeito de sua própria existência e as mulheres devem ter suas vidas pautadas pela relação conjugal como o centro de sua existência.

Assim, as relações de gênero que são levadas em consideração pelos homens nas sociedades conjugais, trazem direitos e deveres que além de distintos, potencializam o poder masculino sobre a vida das mulheres. As relações de gênero aparecem nos depoimentos como homens e mulheres sendo complementares entre si e que essa complementaridade é a ordem que mantêm a realidade idealizada.

O grupo parece manter ideias de gênero como cristalizadas e com dificuldades de compreender o movimento social que reorganiza as relações entre os sujeitos e o mercado de trabalho que produzem outras masculinidades e feminilidades diferentes daquelas construídas no passado.

Desta forma, na próxima seção será apresentado o resultado das quatro entrevistas realizadas com homens condenados por feminicídio ou tentativa de

feminicídio na cidade de Ponta Grossa, contribuindo e dando sequência para as reflexões aqui trabalhadas.

4.2 FEMINICIDAS E OS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO CRIME

Como evidenciamos na seção anterior, os homens condenados por agressão constituem ideais de feminilidades que estão ligados às relações privadas e os ideais de masculinidades ligados à honra pública. Estes homens fazem parte de extratos de baixa escolaridade, desempenham atividades laborais de baixa qualificação e possuem baixos rendimentos. Portanto, pode-se dizer que esses homens não são modelos de masculinidades hegemônicas, na medida em que apresentam uma série de vulnerabilidades. Mesmo assim, são forjados na ideia da honra pública e o desafio da ordem de gênero é um atentado à sua masculinidade.

O feminicídio é o ápice da violência física que pode ser impetrada ao corpo de uma mulher. Mas de forma contraditória ao esperado, os quatro homens¹³ entrevistados que relataram suas experiências de vida, não centraram suas narrativas no ódio, como imaginado. Narraram o feminicídio como o fim de uma história de amor conturbada. Os feminicidas descrevem a vítima como uma mulher amada por eles que, no entanto, desafiavam as normas de gênero por eles esperada.

No gráfico que segue, é possível verificar como as mulheres assassinadas são trazidas na memória desses homens.

¹³ Dos quatro homens, três foram condenados por feminicídio e um por tentativa de feminicídio.

Gráfico 21 – Representação Construída em Torno da Vítima



Fonte: Entrevistas com homens condenados por feminicídio na Penitenciária Estadual de Ponta Grossa no mês de Outubro de 2019

Nota: organizado pelo autor

As mulheres assassinadas são narradas como amadas com intensidade e há a valorização por parte desses homens do fato de serem consideradas boas mães e esposas, além de exercerem atividades que correspondiam com a ordem social esperada para elas. O trecho de relato de José¹⁴ ilustra o padrão de relatos desse eixo interpretativo.

Na verdade eu lembro dela como uma pessoa que durante algum tempo foi essencial na minha vida, tive até prosperidade com ela, as coisas andavam bonito. Ela trabalhava, eu trabalhava [...] ela era uma pessoa de valor, ela era uma pessoa trabalhadora, cuidou de mim, eu chegava em casa, a janta estava feita, mas o problema era o ciúme que ela tinha achando que eu tinha outra mulher. (Trecho de entrevista realizado com José no dia 09/10/2019).

Ao mesmo tempo em que essas mulheres exerciam traços da feminilidade esperada, também traziam elementos que são considerados desvalorizados socialmente. São relatadas pelos homens entrevistados como mulheres que querem diversão e dinheiro, sendo caracterizadas por 'festeiras' e 'interesseiras' demais. Além disso, os relatos trazem personalidades ciumentas, dominadoras e de descontrole emocional das vítimas. Entretanto, as representações negativas tinham um peso maior quando levado em consideração duas características, a desconfiança desenvolvida

¹⁴ Os nomes dos entrevistados são fictícios a fim de assegurar o anonimato de suas identidades acordado no momento das entrevistas.

através do ciúme e a percepção que o entrevistado tinha de ‘ser usado’ ou ‘cerceado’ em sua liberdade por parte da mulher. João relata a ideia de que se sentia explorado:

A impressão que tenho é que até onde eu tinha dinheiro, era uma coisa. Ela jurava amor por tudo, por mim. Depois que eu montei o negócio e que estava tudo pronto [referindo-se a um bar], era só os caboclo ir, deu uma mudada, bastante [referindo-se ao fato de não ser mais amado por ela]. (Trecho de entrevista realizado com João no dia 09/10/2019).

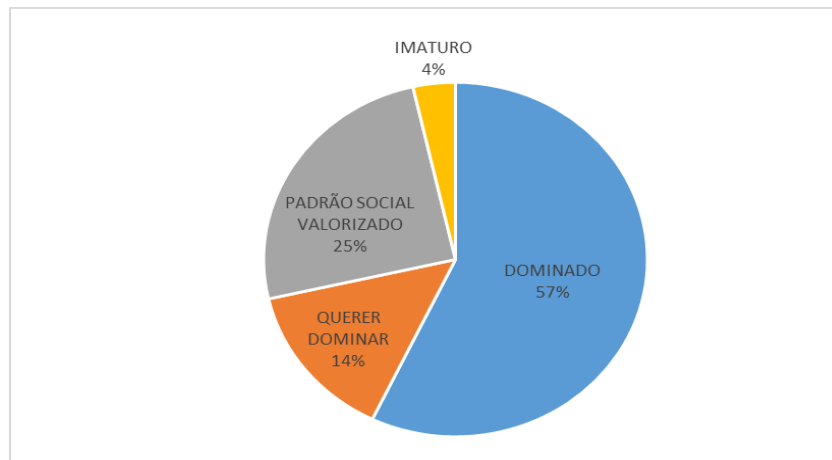
Os relatos sobre a vítima ser possessiva e dominadora são também expressivos entre os entrevistados, como pode ser visto no trecho de fala de José:

Ela tinha muito ciúme de mim, não podia nem conversar nem mesmo com homem em mercado, essas coisas. Ela não permitia, tinha muitos ciúmes. Isso começou a gerar conflitos entre nós lá. Porque eu saia pra trabalhar e ficava até um pouco mais tarde e ela achava que eu estava com outras mulheres e assim foi se agravando a situação. Ela achou que eu estava traindo ela por muitas vezes eu ter que trabalhar no sábado e no domingo, porque eu trabalhava por empreitada na construção civil, eu ganhava na obra trabalhando por metros, então eu ficava até mais tarde na obra pra conseguir ganhar mais dinheiro e isso veio a criar um conflito entre mim e ela e ela falou que ia me dar o troco. (Trecho de entrevista realizado com José no dia 09/10/2019).

A percepção dos entrevistados acerca de suas vítimas era de que as mulheres exerciam poder sobre eles, controlando sua liberdade e sua vida financeira, além de retratarem essas mulheres como tendo dificuldades de controlar impulsos de agressividade e de humilhação durante os conflitos conjugais. As mulheres retratadas como dominadoras e bélicas são percebidas pelos homens como ferindo a sua honra masculina, já que elas aparecem como fora de seu controle.

O gráfico que segue evidencia a forma como esses homens construíram os relatos de si mesmos.

Gráfico 22 – Auto Representação



Fonte: Entrevistas com homens condenados por feminicídio PEPG no mês de Outubro de 2019

Nota: organizado pelo autor

Os homicidas relatavam ser ‘homens de bem’, trazendo uma série de elementos de uma masculinidade considerada positiva para os padrões sociais. Se dizem trabalhadores e mantenedores de sua família. Contudo, se dizem dominados por suas vítimas em termos de decisão financeira e de cerceamento de liberdade. As narrativas dos homens sobre os conflitos constroem a ideia de derrota e de fragilidade de sua masculinidade, já que ele julga que ‘se deixou dominar’ pela mulher. Ao mesmo tempo, esses homens relatam estabelecer tensionamentos para conseguir reverter a dominação tendo ele próprio como centro de poder. A masculinidade é construída em relação com as negociações elaboradas no relacionamento conjugal. O relato de João traz elementos de dominação no campo financeiro e o de Pedro traz a dominação sentida por ele no controle do seu corpo.

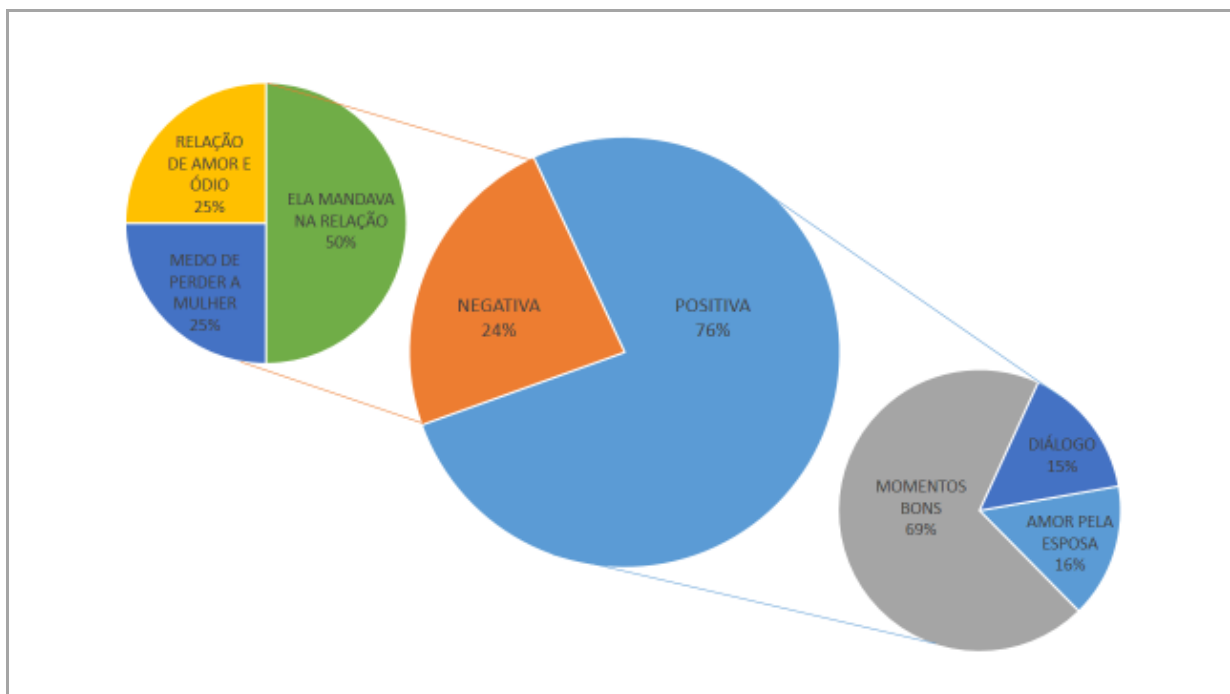
Até o carro que eu tive, tudo era no nome dela, eu vendi meu carro, compramos outro tudo no nome dela. Todas as coisas que fizemos foi pro nome dela. Aí depois que trocamos de carro, ela queria um carro maior, vendi o meu, compramos outro carro, colocamos no nome dela, aí eu virei passageiro e já começou a mudar tudo. Uma coisa que era minha eu virei passageiro [...] não sei se eu tinha medo de perder ela, entendeu? Por que eu concordava com tudo. Ela estudava, eu pagava. Eu fazia de tudo por ela. Fazia coisas que nem pra mãe da minha filha eu fazia. Fazia todos os gostos [...] Eu concordava com tudo, ela era autoritária né, pra evitar brigas eu concordava em fazer os seus gostos. (Trecho de entrevista realizado com João no dia 09/10/2019).

Porque se conversa bem direito tudo se resolve, ela ficava quieta num canto, emburrada e brava e não chegava a conversar comigo pra nós chegar num acordo e ver o que estava acontecendo. Isso era importante existir também né, sempre haver o diálogo, ela ficava brava mas ela não falava nada. Vinha só

falar depois que eu perguntava e disparava um monte de palavras de baixo calão e já começava [...] E no mercado, no mercado quando a gente ia e chegava alguém me cumprimentar, ali já me dava uns beliscão e coisas assim. Olha, era somente ela não ter aquele ciúme excessivo. (Trecho de entrevista realizado com Pedro no dia 28/10/2019).

Nas narrativas sobre suas próprias masculinidades, não houve relatos de agressões físicas anteriores ao feminicídio, com exceção de um deles. As narrativas sobre a relação conjugal destacam mais os pontos positivos do que negativos. O gráfico que se segue evidencia essa configuração.

Gráfico 23 – Representação da Relação Conjugal



Fonte: Entrevistas com homens condenados por feminicídio PEPG no mês de Outubro de 2019

Nota: organizado pelo autor

As narrativas da relação conjugal trazem majoritariamente sentimentos positivos e em menor intensidade os negativos. Os elementos de destaque para os positivos eram as lembranças do sentimento de amor pela mulher e de momentos de descontração familiar. Os elementos negativos envolvem raiva pelo sentimento de dominação que eles justificam ser exercido pelas mulheres e medo de perdê-las.

O crime de feminicídio que ocorre nas relações de conjugalidade é justificado pelos condenados como um episódio de falta de controle, ao mesmo tempo em que trazem justificativas ligadas à ideia de honra, apresentando a infidelidade como um importante elemento que deflagrou um estado de descontrole emocional.

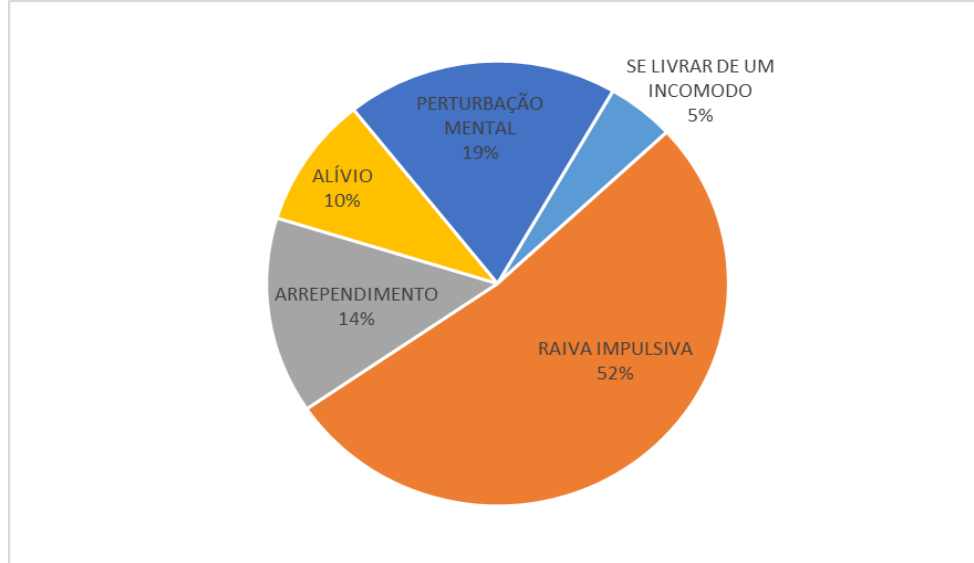
Os relatos de José e Francisco apresentam os mesmos argumentos de infidelidade associado a falta de controle emocional

Aconteceu o seguinte, quando eu me envolvi com ela, ela prometeu fidelidade pra mim, que ia me ajudar até mesmo a pagar pensão para os meus filhos da primeira esposa [...] Então um certo dia eu encontrei ela com outro homem e na ocasião eu estava portando uma arma e acabei disparando contra ela e o rapaz. (Trecho de entrevista realizado com José no dia 28/10/2019).

Pelo fato de estar em casa eu peguei uma arma branca, uma faca e fui pra cima dos dois. Mas como ele correu, ficou somente ela e como a gente já está com sangue quente, na emoção eu cometi o erro de atentar contra a vida dela [...] Na verdade quando a gente comete um crime contra a mulher da gente a gente só pensa na gente, a gente não pensa na dor da família dela, não pensa. Eu era pai, ela era mãe do meu filho, eu pensei só em mim, não pensei na dor do meu filho. Hoje eu tenho a minha cabeça formada, eu penso que poderia ter agido diferente, poderia ter talvez mudado alguma coisa e não ter levado isso ao extremo. (Trecho de entrevista realizado com Francisco no dia 28/10/2019).

Ao mesmo tempo em que se apoiam na justificativa da infidelidade, há em suas narrativas a consciência de que o conflito deveria ter sido resolvido de outra forma, mas que, no entanto não tinham capacidade emocional. As emoções que são trazidas à tona no feminicídio relatadas pelos homens condenados são diversas, mas a sensação de fúria e perturbação mental são as mais expressivas, como pode ser observado no gráfico a seguir.

Gráfico 24 – Emoções Relacionadas ao Momento da Violência



Fonte: Entrevistas com homens condenados por feminicídio PEPG no mês de Outubro de 2019

Nota: organizado pelo autor

Enquanto duas categorias ('raiva impulsiva' e 'perturbação mental') reúnem os sentidos do descontrole, outras duas categorias chamam atenção para o fato de se sentirem 'aliviados' e 'se livrado de algo'. Para esses homens, as mulheres assassinadas por eles constituem uma fonte de pressão e dor. Quando se compara esse gráfico aos elementos dos gráficos que representam a interpretação dos feminicidas de sua autoimagem e da vítima, pode-se dizer que há um tensionamento de poder entre eles e que tanto as masculinidades como as feminilidades que se conjugam nessa relação estão sendo interpretadas como fora da ordem. 'Homens que se sentem dominados por mulheres dominadoras' é o fio condutor das narrativas que chega ao momento de que há uma explosão de fúria para que esses homens possam 'se livrar' daquilo que os incomoda. Os trechos de relatos a seguir evidenciam a perplexidade da fúria desencadeada pelo desafio da honra masculina e o acionamento da violência extrema para reparar o dano moral.

Ele abriu a porta do carro e fez gesto que vinha pra cima de mim, aí como eu já tinha atirado nele eu pensei: 'já que eu atirei nele vou atirar nela também'. Aí ele já saiu correndo e caiu ali perto e eu fui pra cima dela [...] No momento porque eu já tinha atirado no rapaz, aí eu pensei meu Deus, eu atirei em um e vou ter que atirar em outro também [...] Veio tudo que ela vinha me falando pra não traír ela. Aí naquele momento, aquela ira subiu e parece que você perde a noção (Trecho de entrevista realizado com José no dia 28/10/2019).

Foi uma coisa que sem noção, sem pensar, sem ter um pouco de paciência que acabou agravando em um monte de situações né. Hoje eu me encontro longe da minha filha, longe da minha mulher [...] É que no momento ali, a gente alucinado a gente não pensa no que está fazendo, aí depois que você faz você vai querer pensar e não tem mais o que fazer né, aí já está feito a situação, já está feito. Só assumir as consequências. Fui preso, no dia do julgamento eu assumi o que eu fiz e tudo. (Trecho de entrevista realizado com Pedro no dia 28/10/2019).

A categoria ‘arrependimento’ tem um espaço pequeno nas narrativas dos feminicidas e, quando ocorre, há duas justificativas. A primeira é o fato de lamentar ter prejudicado os filhos ou outras pessoas ligadas à família que eles consideram ‘não ter culpa’ pelo acontecimento. Outra forma de lamento é o fato de que estão desperdiçando a própria vida pagando a pena em regime fechado. Ou seja, a morte da vítima em si, não é o foco central da narrativa do arrependimento.

A narrativa dos feminicidas traz um drama amoroso vivenciado por homens que ‘amam demais’ mulheres que deflagram com eles arenas de disputas, constituindo relações conflituosas e violentas. A trama discursiva dos feminicidas é de sofrimento de si nas mãos de mulheres dominadoras, trazendo como sustentação as exigências de feminilidades não cumpridas por suas mulheres. A infidelidade é tema central dos conflitos e o ponto central da honra masculina atingida. Para Sousa (2010, p. 58):

[...] a honra é o valor de uma pessoa inerente à maneira de avaliar sua inserção social, o que depende do amplo reconhecimento deste valor ou do direito ao seu reconhecimento. A validação da auto-imagem implica, pois, num nexos estreito entre os ideais da sociedade e uma história de vida. Em outros termos, trata-se de uma relação de trocas simbólicas entre indivíduos que põe como medida social um valor ao qual estão todos submetidos, apesar das diferenças de apropriação individual. Esta desigualdade não nasce, porém, nas relações empíricas em que a honra se objetiva, mas de uma anterioridade pressuposta, o que exige que as relações que a ‘espelham’ sejam sempre tomadas em sua história. Neste sentido, a honra é a consideração de uma história de vida à luz de uma ótica social que sacramenta a desigualdade entre as pessoas tomadas individualmente ou nas categorias que integram (família, gênero, ordem etc) (SOUSA, 2010, p.58).

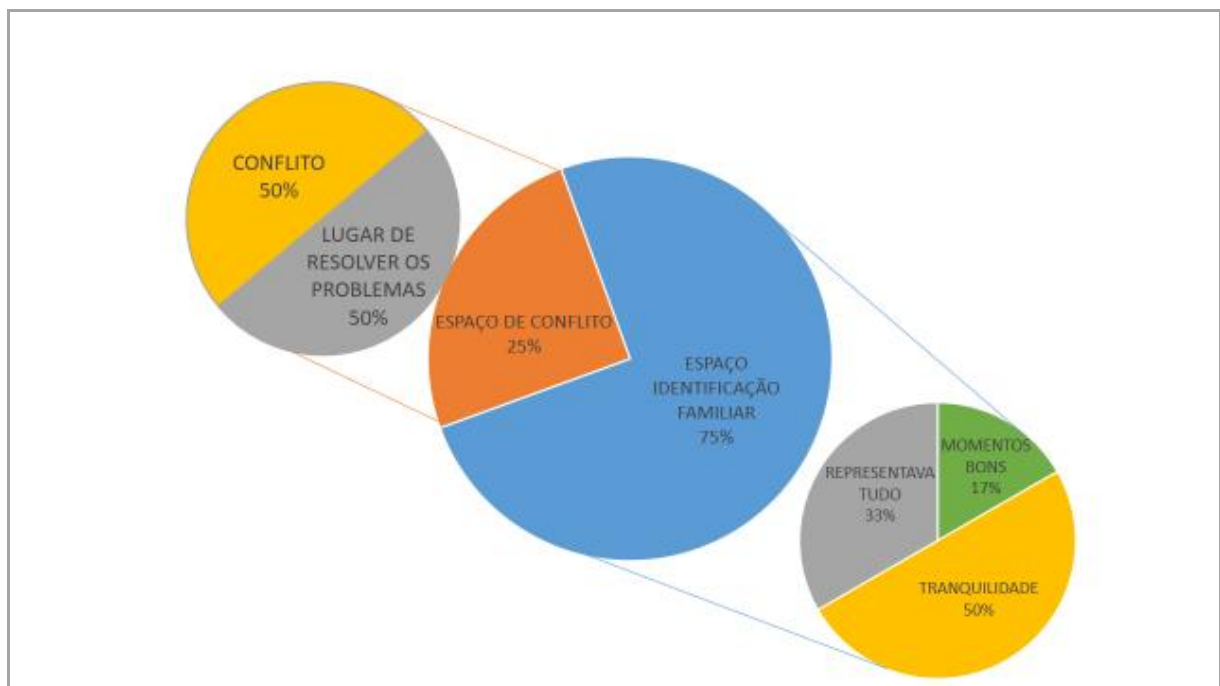
Sousa (2010), Cançado (2002), Corrêa (1981 e 1983) e Dória (1994) discutem a questão da honra masculina como sendo pública e dependente do comportamento feminino. Um homem que não é capaz de dominar sua mulher é concebido publicamente como fraco. Sousa (2010) sustenta a ideia de que a honra feminina é de ordem privada, se sustenta em sua capacidade de ser virtuosa e base da família e a

masculina é uma honra pública que se sustenta em possuir uma mulher capaz de ‘lhe honrar’.

Nesse sentido, a narrativa construída pelos homens que participaram da pesquisa, tanto os condenados por violência doméstica como por feminicídio e tentativa de feminicídio, trazem no drama amoroso e no jogo das paixões mulheres e homens que vivenciam uma conjugalidade ‘fora da ordem’ social esperada de feminilidades e masculinidades. Eles se colocam como vítimas de situações de dominação com a qual não estão preparados emocionalmente para lidar, mas tendem sempre reparar a ordem, nem que seja pelo emprego da violência extrema.

Toda a narrativa dos feminicidas tem o espaço privado como componente fundamental das lembranças da sociedade conjugal, mas também dos conflitos deflagrados no drama amoroso que culmina na morte. O gráfico que segue apresenta as representações que os homens constroem de suas casas.

Gráfico 25 – Representação do Espaço Doméstico



Fonte: Entrevistas com homens condenados por feminicídio PEPG no mês de Outubro de 2019

Nota: organizado pelo autor

A casa é representada pelos homens como o espaço das relações familiares e de deflagração de conflitos. Nas suas narrativas, a casa é representada como espaço

de acolhimento na maior parte das vezes. Quando eles relatam positivamente as casas, a narrativa expressa um convívio conjugal em que homens e mulheres vivenciam padrões de gênero esperados socialmente. A ideia da 'janta estar pronta', 'dos filhos cuidados', 'de chegar em casa depois de um dia de trabalho e ter a companheira em casa', são representações positivas, notadamente quando relatam a relação com os filhos. Os trechos de relato de Francisco e Pedro ilustram a tendência da narrativa observada.

Olha, era um porto seguro. Chegava todo dia cansado do trabalho, sempre quando chegava eu pegava o meu filho e saía, ele gostava muito de jogar bola, ficava andando com ele na vila onde a gente morava e voltava pra casa. (Trecho de entrevista realizado com Francisco no dia 28/10/2019).

[...] hoje, a gente tem muita lembrança boa, muitos momentos alegres e felizes que a gente leva com a família, umas horas a gente se vê brincando com os filhos, jogando bola, as vezes com a mulher mesmo fazendo brincadeira e tomando chimarrão. Esses são os momentos que a gente lembra, tem lembrança dos momentos que a gente saía e na volta deixava a família alegre. (Trecho de entrevista realizado com Pedro no dia 28/10/2019).

A narrativa dos homicidas alterna entre relatos positivos de acolhimento e tranquilidade com os relatos de conflito. Assim, a casa é um espaço complexo, vivenciado por disputas de interesses que se deflagram em cobranças que envolvem os padrões de feminilidades e masculinidades. A casa é a arena de disputa, de resolver os conflitos, segundo suas narrativas. Afinal, segundo eles, as brigas de um casal devem ser resolvidas de forma privada e é onde as pessoas ultrapassam limites que não seriam ultrapassados em público. Francisco, um dos homens entrevistados diz o seguinte:

[...] ela [referindo-se à mulher] sempre falava pra mim: 'olhe, não vou expor você na frente dos outros, não vou fazer você passar vergonha porque roupa suja se lava em casa'. Eu acho que a casa da gente é o lugar pra gente acertar tudo, pra gente resolver a vida. Porque as outras pessoas não são obrigados a ver a gente brigar com outra pessoa, expor ou até mesmo brigar com outra pessoa. Ninguém é obrigado a saber dos teus problemas. (Trecho de entrevista realizado com Francisco no dia 28/10/2019).

A casa é mudança constante, onde os conflitos são deflagrados sem a mediação de outras pessoas que não participam das disputas. A atmosfera espacial, ou seja, as emoções que se materializam espacialmente e mesmo que não sejam palpáveis, podem ser sentidas (HUTTA, 2018), segundo os entrevistados oscilava entre prazer e angústia. José diz o seguinte:

Era um ambiente tranquilo. Era um espaço mais de amor. Quando ia pra casa ia tranquilo, tinha vontade de chegar rápido, me sentia bem. Mas era momentâneo. Quando eu via acontecia, quando eu chegava mais tarde principalmente. Já tinha tudo feito, janta já estava feita mas com aquele ciúme, ela lá pros cantos mas com pouco diálogo, só xingando, só xingação. (Trecho de entrevista realizado com José no dia 28/10/2019).

A realidade espacial da casa é onde as diferenças sociais atribuídas ao masculino e o feminino estão mais claramente estabelecidas pela cultura patriarcal e onde há menor controle por parte das instituições públicas. McDowell (1999) argumenta que o espaço privado foi historicamente concebido como refúgio contra a esfera pública, mas que este é o ponto de vista masculino, de quem detém o poder da dominação. Segundo ela para as mulheres, o espaço privado pode significar justamente o contrário, a opressão.

Ariès (1995) argumenta que a separação da esfera pública e privada ocorrida na modernidade atribuiu maior liberdade para a realização de ações que acabam escapando do controle público. Assim, a permanência dos traços patriarcais na estruturação da família e a delimitação do espaço público como esfera de intimidade e liberdade 'do homem' moderno, tem escamoteado as discussões sobre as desigualdades de gênero no espaço privado. A regulação pública da vida privada já seja uma realidade e é passível de comprovação nos discursos políticos, religiosos e jurídicos. No entanto, permanece a dificuldade de politizar as relações que são entendidas como fora da arena pública.

McDowell (1999) argumenta que vivenciar a casa onde o controle parece afrouxar, implica acionar sentidos culturais que sustentam ações que são naturalizadas e profundamente alimentadas em outras escalas. Os homens entrevistados almejam uma masculinidade culturalmente forjada no papel público do trabalho, da honra e do provedor e isso é acionado cotidianamente em variadas escalas espaciais. O doméstico, segundo McDowell (1999) não está reduzido ao privado, mas é o espaço em que toda carga cultural interiorizada é mais frouxamente performada, já que está menos exposta às ordens contraditórias da esfera pública.

A violência doméstica e mesmo o feminicídio, que têm a casa como uma espacialidade para 'resolver conflitos', trazem à tona a força da necessidade de

correção daquilo que é subvertido da ordem social de feminilidades e masculinidades concebidas como desejáveis.

A casa é então o espaço do encontro de trajetórias de homens e mulheres generificados socialmente que deflagram conflitos por não performarem a idealidade dos gêneros que se constituem nas expectativas de um e outro. Os tensionamentos na esfera da casa se acirram na medida em que este espaço está fora do controle público, e se torna o espaço da 'correção' que se faz segundo os códigos de uma sociedade em que as feminilidades vivenciadas não são lidas como próprias de um sujeito autônomo, mas atreladas às masculinidades.

Este capítulo analisou as masculinidades performadas por homens condenados por violência doméstica e feminicidas. A masculinidade é pensada neste trabalho, enquanto um exercício normatizado cotidianamente e constituída a partir de um conjunto de práticas e significados que envolvem condutas, valores e contextos situados (HOPKINS, 2007). Estes homens narram a si mesmos vivenciando dramas amorosos em que se sentem fora da performance esperada socialmente, trazendo para sua interpretação feminilidades à qual se sentem submetidos.

Homens que performam masculinidades violentas e, ao mesmo tempo, se colocam como vítimas de mulheres dominadoras, agressivas e usurpadoras, que se libertam da 'opressão' na medida em que as elimina, ou as corrige para resgatar a suposta masculinidade perdida.

A análise das narrativas masculinas tem em sua base de sustentação conflitos deflagrados e entendidos como privados. Portanto, a casa aparece como elemento potencializador das tensões porque parece estar fora do controle público da sociedade conjugal. A casa compõe e alimenta de forma flagrante as hierarquias e a demarcação social de homens e mulheres que estão em permanente tensionamento de interesses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa construiu a compreensão de como as agressões contra mulheres se instituem na interação entre masculinidades violentas e o espaço doméstico em Ponta Grossa. Tal pesquisa se constituiu por meio de dois caminhos. Um deles foi documental, em que foram estudados 265 processos de violência doméstica e outro, no desenvolvimento de narrativas com homens que cumpriam pena por agressão e feminicídio.

Os processos apontam para uma ação do Estado em mediar os conflitos de sociedades conjugais compostas de pessoas que majoritariamente são de baixos rendimentos girando em torno de dois salários mínimos mensais. A escolaridade também é baixa, pois os documentos nos evidenciaram que 70% dos envolvidos não haviam concluído o ensino médio. Reflexo disso, as ocupações também são de baixo grau de especialização. O fato do conjunto dos processos apresentarem este perfil de pessoas implica considerar sua situação de vulnerabilidade e a dificuldade de construir outras ferramentas para lidar com os conflitos conjugais. É o Estado que, como penalidade, oferece processos de reflexão sobre gênero e poder, acompanhados por um profissional psicólogo, o que, na maioria dos casos, é impossível de ser contratado pelo grupo.

Em 84% dos inquéritos avaliados, tanto nos casos de agressão quanto de feminicídio, as ocorrências de violências ocorreram no interior das casas da vítima, o que confere a esta espacialidade uma especificidade na composição da violência contra as mulheres.

Os homens agressores constituem uma narrativa em que homens e mulheres atualmente estão fora da 'ordem natural' e que isso é um fator gerador dos conflitos conjugais. Verificou-se que há uma tendência discursiva dos homens condenados a desejarem vivenciar padrões de masculinidades em que ele figure como provedor e autoridade moral, desejando uma mulher que viva uma feminilidade pautada pela visão da mulher dócil, acolhedora e dependente moralmente de seu marido. Estes padrões hegemônicos de gênero é que estão na base dos conflitos que, por sua vez, deflagram a violência física.

Os homens condenados constroem a narrativa da violência doméstica produzindo sua masculinidade como ferida por uma mulher que eles julgam tê-los dominado emocionalmente, financeiramente e também seu corpo. Constroem-se a si mesmos como vítimas de mulheres cuja feminilidade majoritariamente é caracterizada negativamente como pessoas autoritárias, desequilibradas e gananciosas.

A narrativa dos condenados sustenta um perfil de emoções incontroláveis para descrever o momento da agressão física e do assassinato, apontando para um arrependimento de ter que ser responsabilizado pelo que fez e não propriamente uma reflexão sobre os direitos da vítima de estar viva com liberdade. O caráter punitivo é o mais expressivo e não de mudança de compreensão sobre as relações de gênero.

Enfim, o espaço doméstico aparece na narrativa dos homens condenados como sendo simultaneamente um espaço em que ele se sente acolhido pelo ser amado, como também de conflitos. Constatou-se que o espaço doméstico se faz do encontro de trajetórias de homens e mulheres que demandam feminilidades e masculinidades cujos padrões não são atendidos. A casa, como uma espacialidade relacional, constituída pela primazia da autoridade masculina da família, permite uma intimidade que não é regulada pelas normas do espaço público. Ali a cultura patriarcal constitui poderes diferenciais entre as pessoas que compõe a sociedade conjugal. A masculinidade aprendida por todas as outras escalas espaciais é exercida em casa, sem os possíveis constrangimentos que podem ser impostos pelas instituições públicas. A concepção da dicotomia entre o público e privado tem dificultado a politização das relações familiares e de gênero.

Massey (1994, 1999, 2008) oferece um importante suporte conceitual, entendendo que a casa é multiescalar, composta de elementos de outras escalas, mas que o encontro de trajetórias lhe confere um sentido particular.

Assim, a violência sofrida pela mulher no espaço doméstico não está restrita a essa ordem, mas é resultante de uma estrutura socialmente construída ao longo da história que potencializa esse local enquanto um núcleo de resolução de problemas familiares, que estruturado a partir de papéis tradicionais de gênero, potencializa a centralidade do homem e o seu papel em corrigir as ações que fogem da ordem patriarcal estabelecida hegemonicamente.

Mesmo que os padrões hegemônicos de masculinidade variem em relação ao contexto que estão situadas e se reconfigurem cotidianamente ao longo da vida (McDOWELL, 2001, 2002, 2007), as condutas, valores e significações de masculinidades e feminilidades compreendidas pelo grupo participante desta pesquisa carregam de forma majoritária os reflexos de uma estrutura essencialista dos papéis de gênero (BUTLER, 2003).

Na medida em que as configurações contemporâneas do mercado de trabalho, os avanços dos direitos das mulheres nas diferentes esferas sociais abalam a estrutura tradicional de gênero esperada por esses homens, há necessidade de uma reorganização, ou de forçar um ordenamento de gênero que tem sido exercido pela força bruta a fim de resgatar, o que eles entendem de uma honra masculina que deve ser publicizada e é, na maior parte das vezes, dependente da conduta feminina.

Enfim, a pesquisa trouxe para a discussão da violência doméstica o viés geográfico de compreensão, evidenciando a necessidade de romper a visão dicotômica do espaço público e privado. Ao mesmo tempo, a pesquisa enriquece a Geografia, na medida em que amplia a análise das masculinidades e sua relação com o espaço.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Miriam. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas.** - Brasília: UNESCO, BID, 2000.
- ACKERLY, Brooke; TRUE, Jacqui. **Doing feminist research in political & social science.** New York: Palgrave Macmillan, 2010.
- ADORNO, Sergio. **O adolescente na criminalidade urbana em São Paulo.** Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 1999.
- ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo. 2018.
- ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Visível e Invisível: A vitimização de mulheres no Brasil.** Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Brasil, 2019;
- ARENDDT, Hannah. **Da violência.** Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1985.
- ARIÈS, Philippe. **História da vida privada.** v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- ASSIS, Mariana Pandrini Fraga. **As esferas nos ajudam? Repensando a dicotomia público-privado na tradição feminista.** In: Congresso da Associação de Estudos Latino-Americanos, 2009, Rio de Janeiro: LASA, p. 1-18. 2009.
- ASSIS, Sergio Gonçalves. CONSTANTINO, Patrícia. **Filhas do mundo: infração juvenil feminina no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.
- BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BANCO MUNDIAL. **Mulheres, Empresas e o Direito 2016: avançar rumo à igualdade.** Washington, DC: Grupo Banco Mundial, 2015.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Tradução: Luís Antero e Augusto Pinheiro Lisboa. Edições 70, 1º ed., 1977. 2002.
- BASTED, Leila Linhares e GARCEZ, Elizabeth. **A legislação civil sobre a família no Brasil.** In: BARSTED, Leila Linhares e HERMANN, Jacqueline. As mulheres e os direitos civis. p. 9-26, 1999.
- BEN, Anderson. **Encountering Affect.** In: Capacities, Apparatuses, Conditions. Farnham: Ashgate. Ch. 1: "Affective life", p. 1-21, 2014.

BILLERBECK, Luana Márcia de Oliveira. **Subjetividades masculinas: identidades dos homens que praticaram violência doméstica e familiar no contexto do Paraná.** Tese de doutorado (Ciências Sociais Aplicadas) da Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2018.

BIROLI, Flávia. **O público e o privado.** IN: MIGUEL, Luis Felipe; FLÁVIA, Biroli. Feminismo e política. São Paulo: Boitempo, p. 31-36, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Tradução: Maria Helena Bertrand. Edições 11. Rio de Janeiro, 2012.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Enfrentando a violência contra a mulher** – Brasília, 2005.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. **Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2006.

BRASIL. **Panorama da violência contra as mulheres no Brasil: indicadores nacionais e estaduais.** Brasília: Senado Federal. Observatório da Mulher Contra a Violência, 2016.

BRASIL. **Violência doméstica e familiar contra a mulher.** Instituto de Pesquisa DataSenado. Secretária de Transparência Pública, Brasília, 2019.

BRONOSKI, Débora Puchalski. **Violência doméstica e familiar contra a mulher idosa em Ponta Grossa, Paraná.** Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Sociais) da Universidade Estadual de Ponta Grossa. 2011.

BUESO-IZQUIERDO, Natalia. **El papel de la neurociencia en la violencia de género.** In: Trabajo presentado en el 3. er Congreso para el Estudio de la Violencia contra las Mujeres Justicia y Seguridad. Nuevos retos, Granada, España. Disponível em: <<http://www.congresoestudioviolencia.com/2012/articulo23.php>. 2012> Acesso em 10 mar. 2020.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANÇADO, Adriana Mello. **Um homem, uma mulher, um drama: crimes da paixão em Ponta Grossa (1890-1940).** Dissertação (Mestrado de História) da Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2002.

CÂMARA. Rosana Hoffman. **Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações.** Revista Interinstitucional de Psicologia, v.6, n.2, p.179-191, jul./dez. 2013.

CAMPOS, Mayã Polo. **Mulheres vítimas de violência sexual e os significados de suas experiências corporais e espaciais: teu corpo é o espaço mais teu possível.** Dissertação (Mestrado) da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná, 2016.

CAPES. **Banco de Teses e Dissertações da CAPES.** Disponível em <[https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>](https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/) Acesso em 16 dez. 2019.

CARLOTO, Cássia Maria; MARIANO, Silvana Aparecida. **No meio do caminho entre o privado e o público: um debate sobre o papel das mulheres na política de assistência social.** In: Revista Estudos Feministas. Florianópolis, v.18, n.2, p. 451-471, 2010.

CASTRO, Iná Elias. **O problema da escala.** In: Geografia: conceitos e temas. Org. Iná Elias de Castro, Paulo Cesar da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa. 2º Ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 1995.

CAVALCANTI, Stela Valéria Soares de Farias. **Violência doméstica contra a mulher no Brasil: análise da Lei “Maria da Penha”.** Salvador: Edições Podivm, 2007.

CAVAZOTTE, Flávia de Souza Costa Neves; DE OLIVEIRA, Lucia Barbosa; DE MIRANDA, Liliana Carneiro. **Desigualdade de gênero no trabalho: reflexos nas atitudes das mulheres e em sua intenção de deixar a empresa.** In: Revista de Administração, v. 45, n. 1, p. 70-83, 2010.

CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira. **Gênero, poder e produção científica geográfica no Brasil de 1974 a 2013.** Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná, 2015.

CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. **Espaço, vulnerabilidade e masculinidade de adolescentes em conflito com a lei.** In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. Espaço, gênero & masculinidades plurais. Ponta Grossa: Todapalavra, p.55 – p.124. 2011.

CONNEL, Robert. **Masculinities.** Berkeley, CA, University Of California Press, 1995.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano.** 4ª Edição, São Paulo, Editora Ática, 2003.

CORRÊA, Mariza. **Os crimes da paixão.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

CORRÊA, Mariza. **Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais.** Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CORTEZ, Maria Béccheri; PADOVANI, Ricardo. Da Costa; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti Albuquerque. **Terapia de grupo cognitivo comportamental com agressores conjugais.** In: Estudos de Psicologia, Campinas, v. 22, n. 1, p.13-21, 2005.

DAY, Viviane Peres; BLANK, Paulo. **Violência doméstica e suas diferentes manifestações**. Revista de Psiquiatria, v. 25. p. 9-21, 2003.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 2º ed. Atlas, 1989;

DÓRIA, Carlos Alberto. **A tradição honrada**. Cadernos Pagu, Campinas, IFCH/Unicamp, 1994;

ECHEBURÚA, Enrique; MONTALVO, Fernández; CORRAL, Paz de; **¿Hay diferencias entre la violencia grave y la violencia menos grave contra la pareja??: un análisis comparativo**. International Journal of Clinical and Health Psychology. Vol. 8. p.355-380, 2008.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Ruth M. Klaus: 3ª. Centauro Editora, São Paulo, 2006;

FILHO, Antonio Cardoso Silva; SILVA, Janaína Barbosa. **A Lei Maria da Penha Auxiliando na Construção da Igualdade de Gênero: uma análise da situação e percepção social da violência doméstica contra a mulher em Campina Grande (PB)**. Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa, v.6, n. 1, p. 48 - 63, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979;

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Edições Graal, São Paulo. 1988;

FOUCAULT, Michel. **Ditos & escritos IV: estratégia poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. NAU Editora, Rio de Janeiro. 2002;

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Paz e Terra, Rio de Janeiro. 1989;

FREIRE, Paulo. **Educação e atualidade brasileira**. Cortez. São Paulo 2003.

GOMES, Fernando Bertani. **“Cenas Embaçadas”:** a relação entre as espacialidades vivenciadas por jovens do sexo masculino e a morte por homicídio na cidade de Ponta Grossa – PR. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Paraná. 2013.

GOMES, Fernando Bertani; SILVA, Joseli Maria. **Espacialidade de uso de droga de jovens do sexo masculino e os afetos da ‘quebrada’**. In: Os jovens e suas espacialidade. p.201-222. Espaço Acadêmico. Goiânia. 2016.

GONTAREK, Dimas Diego. **A experiência do cárcere e a vivência espacial de homens ex-detentos na cidade de Ponta Grossa, Paraná.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharelado Geografia) da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná. 2017.

GONTAREK, Dimas Diego; SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Márcio José; GOMES, Fernando Bertani. **Gênero, masculinidades e espaço carcerário na experiência de homens em Ponta Grossa.** Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE). V.14, n.25, p. 103-122, 2018.

HARAWAY, Donna. **Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective.** *Feminist Studies*, v. 14, n. 3, p. 575-599, 1988.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática libertadora.** Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. Editora WMF Martins Fontes, São Paulo. 2013.

HOPKINS, Peter. **Young people, masculinities, religion and race: new social geographies.** *Progress in Human Geography*, v. 31, n.2, p.163-177, 2007.

HUTTA, Jan Simon. **Territórios afetivos. Cartografia do aconchego como uma cartografia de poder.** In: Caderno Prudentino de Geografia. Vol. 42, p. 62-89, 2020.

HUTTA, Jan Simon. **The affective life of semiotics.** In: *Geographica Helvetica*. P. 295–309, 2015.

JACKSON, Peter. **Black male: Advertising and the cultural politics of masculinity.** In: *Gender, Place and Culture*, v. 1. p. 49–60, 1994.

JACKSON, Peter. **The cultural politics of masculinity: towards a social geography.** In: *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 16, n. 2, p. 199-213, 1991;

KELLERHALS, Jean; TROUTOT, Pierre-Yves; LAZEGA, Emmanuel. **Microsociologia da família.** Publicações Europa-América. Lisboa. 1989.

KULPA, Robert; SILVA, Joseli Maria. **Decolonizing queer epistemologies: section introduction.** In: *Companion to geographies of sex and sexualities*. London: Routledge, p. 139-142, 2016.

LAN, Diana. **Gênero y violencia: una ostentación de género em cada concepto.** In: *Espaço, gênero e poder: conectando fronteiras*. Todapalavra. 2011.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço.** Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Paris: Éditions Anthropos. (2000) 2006.

LOPES, Marília Cardoso. **Nenhuma Vitória Permanente: uma análise sobre a violência contra as mulheres no Rio Grande do Sul entre os anos de 2012 e 2015.**

Dissertação (Mestrado em Análise Urbano-Regional) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande do Sul. 2016.

LOPES, Marília Cardoso. **Nenhuma Vitória Permanente: uma análise sobre a violência contra as mulheres no Rio Grande do Sul entre os anos de 2012 e 2015.** Dissertação (Mestrado em Análise Urbano-Regional) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande do Sul, 2016.

LOURENÇO, Nelson; CARVALHO, Maria João Leote. **Violência doméstica: Conceito e âmbito.** Tipos e espaços de violência. 2001;

LOW, Telma Silva; MELO, Danielly Spósito Pessoa. **Tecendo redes pela igualdade: meninas adolescentes de comunidade de baixa-renda debatendo sobre as relações de gênero e a violência contra as mulheres.** In: Revista Latinoamericana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa, v. 2, n. 2, p.2 – 14. 2011.

LYRA, Ana Paula. **Geografia e sexualidade: o espaço e lugar de meninas Amazônidas no contexto da violência intrafamiliar.** Dissertação (Mestrado em Geografia) da Fundação Universidade Federal de Rondônia. 2015.

MASSEY, Doreen. **A global sense of place.** In: MASSEY, Doreen. *Space, place and gender.* Minneapolis: University of Minnesota Press, p. 146 – 156, 1994.

MASSEY, Doreen. **Imagining Globalization: Power-Geometries of Time-Space.** In: *Global Futures. Migration, Environment and Globalization.* London: Palgrave Macmillan UK, p. 27 – 44, 1999.

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço: Uma Nova Política da Espacialidade.** Tradução de Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro. 2008.

MASSEY, Doreen. **Space, power and gender.** Minneapolis: Polity Press. 1994.

MCDOWELL, Linda. **Gênero, identidade y lugar.** Madrid: Cátedra, 2000;

MCDOWELL, Linda. **Masculine discourses and dissonances: strutting 'lads', protest masculinity, and domestic respectability.** *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 20, n. 1, p. 97 – 119, 2002.

MCDOWELL, Linda. **Men, management and multiple masculinities in organisations.** *Geoforum*, v. 32, n. 2, p. 181 -198, 2001.

MCDOWELL, Linda. **Respect, deference, respectability and place: What is the problem with/for working class boys?** *Geoforum*, v. 38, n. 2, p. 276–286, 2007.

MELO, Hildete Pereira de; CASTILHO, Marta. **Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz?** *Revista de economia contemporânea*, v. 13, n. 1, p. 135-158, 2009.

MENEGHEL, Stela Nazareth; PORTELLA, Ana Paula. **Feminicídios: conceitos, tipos e cenários.** *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, p. 3077-3086, 2017.

MIRANDA, Bruna Woinorvski; AMARAL, Alessandra Pimentel Munhoz; LAZARIN, Katriny Renosto. **Juizado de Violência contra a Mulher de Ponta Grossa: contextualizando a realidade e desvelando possibilidades de atuação.** *Emancipação*, v. 16, n. 1, p. 81-94, 2016.

MONK, Janice. **Working Together: Feminist Perspectives on Collaborative Research and Action 1.** *ACME: An International E-Journal for Critical Geographies*, v. 2, n. 1, p. 91-106. 2003.

MONTEIRO, Lício Caetano do Rego; AMARAL, Pedro Aguiar Tinoco. **A Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher na Faixa de Fronteira: em Busca da Visibilidade.** *Perspectiva Geográfica-Marechal Cândido Rondon, Ed. Esp.*, v.11, n.15, p. 143-151, 2016.

MORAIS, André de. **Do veneno à instiga, da dependência à recuperação: a espacialidade de tratamento de dependência química e a elaboração de identidades dos meninos em tratamento na Comunidade Terapêutica Marcos Fernandes Pinheiro, Ponta Grossa – PR.** Universidade Estadual de Ponta Grossa. Dissertação de Mestrado. 131f., 2017.

OLIVEIRA, Antonimária Bandeira de Freitas. **Produção de sentidos sobre a militância política de mulheres vinculadas ao MST/RN.** Dissertação (Mestrado em Psicologia) do Programa de Pós-graduação em Psicologia, UFRN, Natal. 2015.

OLIVEIRA, B. Maruza e ASSIS, Simone. **Os adolescentes infratores do Rio de Janeiro e as instituições que os “ressocializam”. A perpetuação do descaso.** *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 1999;

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde. Genebra, 2002.** Disponível em: <<https://www.cevs.rs.gov.br/upload/arquivos/201706/14142032-relatoriomundialsobre-violencia-e-saude.pdf>> Acessado em: 16 jun. 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Strengthening health systems to respond to women subjected to intimate partner violence or sexual violence: a manual for health managers. Genebra, 2017.** Disponível em: <<https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/259489/9789241513005eng.pdf%3bjsessionid=87d2c09fa4e78a6c623ada9989b2e34e?sequence=1>>. Acessado em 18 jun. 2019.

ORNAT, Marcio; SILVA, Joseli Maria. **Deslocamento cotidiano e gênero: acessibilidade diferencial de homens e mulheres ao espaço urbano de Ponta Grossa–Paraná.** *Revista de História Regional*, v. 12, n. 1, 2007.

OYARZABAL, Tatiana Sovek. **Rota crítica de mulheres em situação de violência intrafamiliar no Município de Ponta Grossa / PR e o trabalho de rede.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, UEPG, Paraná. 2013.

PATTEMAN, Carole. **O contrato sexual.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1993.

PEIXOTO, Danielle Faria. **Espaços do medo: a domesticidade da violência de gênero na cidade do Rio de Janeiro.** Dissertação (Mestrado) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2018.

PRZYBYSZ, Juliana. **Nem santas nem putas, apenas mulheres: espacialidades de mulheres prostitutas de baixa renda no exercício de maternagens em Ponta Grossa – PR.** Tese (Doutorado em Geografia) da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa. 2017.

QUIJANO, Aníbal. **Coloniality of power, eurocentrism and Latin America.** *Neplanta: Views from South*, v. 1, n. 3, p. 533-580, 2000.

RIBEIRO, Maria Ivanilse Calderon. SILVA, M. G. S. N. S. Violência, Vulnerabilidade e Desigualdade Sócioespacial: análise das dificuldades enfrentadas pelas mulheres vítimas de violência doméstica na área urbana de Porto Velho – RO. *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*, Ponta Grossa, v. 6, n. 2, p. 92-104, ago. / dez. 2015;

RIBEIRO, Maria Ivanilse Calderon; SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento. **Violência, Vulnerabilidade e Desigualdade Sócioespacial: análise das dificuldades enfrentadas pelas mulheres vítimas de violência doméstica na área urbana de Porto Velho – RO.** *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*, Ponta Grossa, v. 6, n. 2, p. 92-104. 2015;

RIBEIRO, Maria Ivanilse Calderon; SILVA, Rachel Dourado; SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento. **Criminalidade e espaço: uma representação espacial dos crimes de violência contra a mulher no município de Porto Velho – Rondônia.** *RPGeo* Vol. 2, Nº 1, p. 56 – 66. 2015.

RIBEIRO, Maria Ivanilse Calderon. **Geotecnologias, geografia e crime: espacialização da violência doméstica contra a mulher na área urbana de Porto Velho – Rondônia.** Dissertação (Mestrado de Geografia) da Fundação Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho. 2014

RODRIGUEZ, Martin Ignacio Torres. **Violencia de género em las zonas rurales de Santiago de Chile.** *RPGeo – Revista Presença Geográfica*. Rondônia, v. 7, n. 2, p. 46 – 59, 2017.

ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental. Transformações Contemporâneas do Desejo.** São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

ROMIO, Jackeline Aparecida Ferreira. **Feminicídio na cidade**. Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa, v. 2, n. 2, p. 15 – 25, ago./dez. 2011.

ROSE, Gillian. ***Feminism & Geography. The limits of Geographical Knowledge***. Cambridge: Polity Press, 1993.

ROSE, Gillian. ***Situating knowledges: positionality, reflexivities and other tactics***. *Progress in Human Geography*, v. 21, n. 3, p. 305 - 320, 1997.

ROSSI, Rodrigo. **“Malucos da Quebrada: Territórios urbanos na complexidade espacial cotidiana dos adolescentes homens em conflito com a lei em Ponta Grossa, PR**. Dissertação (Mestrado) da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Paraná, 2010.

ROSSI, Rodrigo. **Espacialidade carcerária e a instituição de masculinidades entre homens jovens egressos em Ponta Grossa, Paraná**. Tese (Doutorado em Geografia) da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Paraná, 2017.

ROSSI, Rodrigo. **Masculinidades e interseccionalidade na vivência de territórios instituídos por adolescentes em conflito com a lei**. In: Espaço, gênero e masculinidades plurais. Ponta Grossa: Todapalavra, p. 125-191, 2011.

RUSSEL, Diana; RADFORD, Jill. ***Feminicide: the politics of woman killing***. New York: Twayne Pub., 1992.

SAFATLE, Vladimir. **O Circuito dos Afetos. Corpos Políticos, Desamparo e o Fim do Indivíduo**. Minas Gerais: Autêntica. 2016.

SAFFIOTI, Heleieth. **Emprego doméstico e capitalismo**. Rio de Janeiro: Avenir Editora Limitada, 2001.

SALES, Mione Apolinario. **(In) visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência**. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, Adelaine Ellis Carbonar dos. **“Espaço escolar, homossexualidades e prática discursiva docente em Ponta Grossa, Paraná”**. Dissertação (Mestrado) da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Paraná. 2015.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1982;

SCHRAIBER, Lília Blima; d'Oliveira, Ana Flávia; FRANÇA-JUNIOR, Ivan; PINHO, Adriana. **Violência contra a mulher: estudo em uma unidade de atenção primária à saúde**. *Revista de Saúde Pública*, p. 470-477, 2002.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil na análise histórica**. In: Educação e Realidade. Porto Alegre, Julho a Dezembro, p. 5-22, 1990.

SELLTIZ, Claire; WRIGHTSMAN Lawrence Samuel; COOK, Stuart Wellford. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. 2º ed. brasileira | coordenadores José Roberto Malufe, Bernardete A. Gatti. São Paulo: EPU, 1987.

SILVA, Eliane Lucas da. **Violência e apoio social entre mulheres moradoras de um assentamento rural de reforma agrária**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018;

SILVA, Joseli Maria. **Ausências e silêncios do discurso geográfico brasileiro: uma crítica feminista à geografia eurocêntrica**. In: Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Todapalavra, p. 25-54, 2009a;

SILVA, Joseli Maria. **Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas**. In: Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Todapalavra, p. 93-114, 2009b;

SILVA, Joseli Maria. **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidade**. Ponta Grossa, PR. Todapalavra, 2009;

SILVA, Joseli Maria; CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira; PINTO, Vagner André Morais. **Gênero e geografia brasileira: uma análise sobre o tensionamento de um campo de saber**. Revista da Anpege, v. 11, n. 15, p. 185-200, 2015.

SILVA, Joseli Maria; SILVA, Augusto Cesar Pinheiro da. **Espaço, Gênero e Poder: conectando fronteiras**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011.

SILVA, Luciane Lemos da; COELHO, Elza Berger Salema; CAPONI, Sandra Noemi Cucurullo de. **Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica**. Interface-Comunicação, Saúde, Educação. p. 93-103. 2007.

SILVA, Teresinha. **Mulheres em situação de violência doméstica: uma perspectiva geográfica como apoio à tomada de decisão**. ACTA Geográfica, Boa Vista, v.10, n.24, p.128-142, set. / dez. de 2016.

SILVEIRA, Bettieli Barboza da; LEGAL, Eduardo José. **Por trás das lentes: agressão conjugal descrita por homens indiciados por violência doméstica**. Revista PerCursos, Florianópolis, v. 17, n.35, p. 223 - 245, set./dez. 2016.

SLABY, Jan; MÜHLHOFF Rainer. **Affect**. In: Affective Societies. Key Concepts. London, New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2019.

SOUSA, Noelia Alves de. **A honra dos 'homens de bem'. Uma análise da questão da honra masculina em Processos Criminais de Violência Contra Mulheres em Fortaleza (1920-1940)**. MÉTIS: história & cultura. v. 9, n. 18, p. 155-170, jul./dez. 2010.

VELEDA DA SILVA, Susana; LAN, Diana. **Estudios de geografía del género en América Latina: un estado de la cuestión a partir de los casos de Brasil y Argentina.** Documents d'anàlisi geogràfica, n. 49, p. 99 - 118, 2007;

WAISELFISZ, Jacobo Julio. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil.** Flacso, Brasil. 2015.

WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque; MALDONADO, Daniela Patrícia Ado; PADOVANI, Ricardo da Costa. **Uma vida livre da violência.** Cartilha. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos. 2008.

ZALUAR, Alba. **Integração Perversa: pobreza e tráfico de drogas.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ZALUAR, Alba. **Violência e crime.** In: Galeras cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais. O que ler na Ciência Social Brasileira, v. 1, São Paulo: Sumaré, p. 13-107, 1999.

ANEXOS

ANEXO A – OFÍCIO DE REQUERIMENTO AO ACESSO NOS INQUÉRITOS PRESENTES NA VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR DA COMARCA DE PONTA GROSSA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
GRUPO DE PESQUISAS TERRITORIAIS



Ponta Grossa, 23 de setembro de 2019.

À
Bruna Woinorvski de Miranda
Juizado da Mulher

Venho por intermédio deste solicitar a realização de uma entrevista gravada apenas em áudio a fim de realizar dissertação de mestrado do discente Dimas Gontarek, CPF: 075.622.959-64, do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

A dissertação em questão tem como título 'Espaço doméstico e masculinidades de homens que praticam agressão contra mulheres em Ponta Grossa, Paraná'. Tem como objetivo central compreender de que forma o espaço doméstico constitui as masculinidades de homens agressores de mulheres em Ponta Grossa. Para isso, elenca de maneira específica sub-questões que analisam de que maneira se dão as práticas de agressões físicas, como se constituem as masculinidades violentas nos casos de violência doméstica e de que forma o espaço doméstico potencializa a violência contra a mulher.

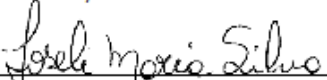
Esta pesquisa encontra-se em andamento, já conseguido até o momento fazer um levantamento de informações nos autos de processos de responsabilidade do 'Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher' sob o acompanhamento da Juíza Alessandra Pimentel Munhoz do Amaral, entrevistas com os profissionais deste cartório e realizar coleta de informações indiretas por meio de dinâmicas realizadas com homens participantes do curso de conscientização promovido pelo Ministério Melhor Viver, também sob aprovação da referida Juíza.

Para concluir esta etapa de estudos de campo, falta realizar a contextualização desta dinâmica a partir dos diferentes agentes públicos que se encontram inseridos neste contexto, problematizando as principais causas e consequências desta violência a partir da vivência destes profissionais.

Desde já nos comprometemos a continuar seguindo todos os procedimentos éticos no que diz respeito ao tratamento dos dados obtidos através das entrevistas ou em qualquer outro ponto utilizado no trabalho.

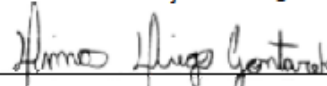
Sem mais para o momento, desde já agradecemos.

Atenciosamente,



Prof.ª Dra. Joseli Maria Silva

Programa de Pós-Graduação em Geografia – UEPG



Dimas Diego Gontarek

Acadêmico do Curso de Mestrado em Geografia - UEPG

Av. Carlos Cavalcanti, 4.748, sala 111, CIPP, Uvaranas, 84030-900, Ponta Grossa – PR – Tel.: 42 – 3220-3155 – e-mai: ppgg@uepg.br

ANEXO B – AUTORIZAÇÃO DE ACESSO AOS INQUÉRITOS**PODER JUDICIÁRIO****COMARCA DE PONTA GROSSA – ESTADO DO PARANÁ****Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Vara de Crimes
contra Crianças, Adolescentes e Idosos e Execução de Penas e Medidas****Alternativas****Requerimento**

1. Trata-se de requerimento formulado por JOSELI MARIA SILVA, visando autorização para que, na qualidade de orientadora de dissertação de mestrado de Dimas Gontarek, do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, possa ter acesso aos autos de processos de responsabilidade deste Juízo, a fim de instruir a dissertação cujo título é “Masculinidades e diferentes especialidades construídas por homens agressores de mulheres em Ponta Grossa-PR”.

2. O interesse no acesso aos autos de processos referidos pela interessada restou demonstrado pela necessidade, segundo indica em seu pedido, de colaboração deste Juizado de Violência Doméstica para a execução da referida dissertação.

A indispensabilidade da pesquisa decorre da própria natureza do trabalho que será desenvolvido.

Outrossim, é inegável o interesse social e acadêmico da pesquisa em questão, no sentido de difundir e contribuir para melhor entendimento do tema pesquisado.

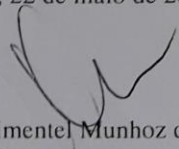
Doutro lado, a orientadora salientou que serão resguardados os nomes das partes envolvidas nos processos, bem como será observado completo sigilo sobre os dados pesquisados.

3. Assim sendo, defiro o requerimento e autorizo a entrega de relatório contendo os números de autos digitalizados no Projudi (ações penais), e, também, acesso aos referidos processos, excetuados os que tramitam sob sigredo de justiça.

4. Colha-se, antes da entrega do mencionado relatório, termo de compromisso, firmado pela orientadora, de manutenção em sigilo e de não divulgação de qualquer dado, informação ou imagem que possa expor indevidamente as partes (forneça-lhe cópia desta decisão).

5. Mantenha-se em arquivo este expediente, juntamente do termo do compromisso firmado.

Ponta Grossa, 22 de maio de 2018.



Alessandra Pimentel Munhoz do Amaral
Juíza de Direito

ANEXO C – BANCO DE DADOS

BANCO_FORUM_MD - NEW.odt : fórum_inquéritos_MD2 - OpenOffice Base: Database Form

Arquivo Editar Exibir Inserir Formatar Tabela Ferramentas Janela Ajuda

Número do Inquérito: 80869/2015
 Artigo: 65.147.21
 Data do Inquérito: 17/09/15
 Data da Denúncia: 24/08/15
 Femicídio: Sim Não
 Arquivado: Sim Não

Natureza de Infração: PETURBAÇÃO DA TRANQUILIDADE (CONSUMADA) LEI 3.688/41- CONTRAVENÇÕES
 Espacialidade: CASA
 Tipo de Arma:
 Descrição Sumária da Ocorrência B.O.
 Tipo de Denúncia: Boletim de Ocorrência Disque Denúncia

DADOS VÍTIMA

Nome da Vítima: LPR
 Idade Vítima: 40
 Escolaridade Vítima:
 Profissão Vítima: COZINHEIRA
 Renda Vítima:
 Estado Civil Vítima: SOLTEIRA
 Logradouro/Número Vítima: RUA PEDRO WOSGRAU S/N
 Bairro Vítima: RECANTO VERDE
 Município: PONTA GROSSA
 Medida Protetiva:

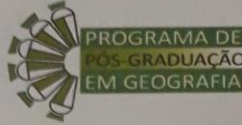
BANCO_FORUM_MD - NEW.odt : fórum_inquéritos_MD2 - OpenOffice Base: Database Form

Arquivo Editar Exibir Inserir Formatar Tabela Ferramentas Janela Ajuda

DADOS INDICIADO

Nome do Indiciado: VI
 Idade do Indiciado: 39
 Escolaridade Indiciado: 1º GRAU COMPLETO
 Profissão Indiciado: TRABALHADOR RURAL
 Renda Indiciado: 1200
 Logradouro/Número Indiciado: RUA PEDRO WOSGRAU S/N
 Bairro Ind: RECANTO VERDE
 Estado Civil Indiciado: SOLTEIRO
 Relação com a Vítima Ind: CONVIVENTE
 Filhos Ind: Sim Não
 Quantos filhos:
 Vícios Ind: Sim Não
 Quais vícios: ALCOOL
 Já foi Indiciado: Sim Não
 Crime:
 Crime de Violência Doméstica:
 Cor da Cúria Indiciado: BRANCA
 Departamento Indiciado:

ANEXO D – OFÍCIO DE AUTORIZAÇÃO PARA PARTICIPAR DO CURSO REFLEXIVO JUNTO A ONG MELHOR VIVER E APLICAÇÃO DE ATIVIDADE



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Ponta Grossa, 27 de agosto de 2018.

À
Meritíssima Juíza de Direito
Alessandra Pimentel Munhoz do Amaral
Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

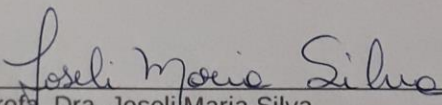
Venho por intermédio deste enviar a descrição dos passos metodológicos a serem desenvolvidos junto ao grupo de homens que participarão das atividades sob a responsabilidade do Ministério Melhor Viver, a fim de dar prosseguimento à dissertação **'Masculinidades e diferentes espacialidades constituídas por homens agressores de mulheres em Ponta Grossa- PR'**.

Tal descrição deve-se ao fato de que estamos prestando garantia da utilização de procedimentos éticos e de proteção das pessoas que participarão da pesquisa.

Desde já nos comprometemos em seguir todos os procedimentos éticos no que diz respeito à manutenção de anonimato das fontes de pesquisa, conforme descrição em documento anexo.


Sem mais para o momento, desde já agradecemos.

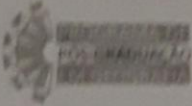
Atenciosamente,



Prof.ª Dra. Joseli Maria Silva
Programa de Pós-graduação em Geografia – UEPG
Fones: (42) 32227614 Res. (42) 991011378 Celular

ANEXO E – OFÍCIO SOLICITANDO AUTORIZAÇÃO PARA ENTREVISTAS


 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
 GRUPO DE PESQUISAS TERRITORIAIS



Ponta Grossa, 06 de maio de 2019

Ao
Sr. Luiz Francisco da Silveira
Penitenciária Estadual de Ponta Grossa

Venho por intermédio deste solicitar o acesso a pessoas que cometeram crimes que se enquadram na Lei Maria da Penha para o desenvolvimento de entrevistas (com gravação somente de áudio) a fim de realizar dissertação de mestrado do discente **Dimas Gontarek**, CPF: **075.622.959-64**, do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

A dissertação em questão tem como título 'Masculinidades e diferentes espacialidades constituídas por homens agressores de mulheres em Ponta Grossa-PR'. Tem como objetivo central compreender como as diferentes espacialidades constituem as masculinidades de homens agressores de mulheres em Ponta Grossa. Para isso, elenca de maneira específica sub-questões que analisam de que maneira se dão as práticas de agressões físicas, como se constituem as masculinidades violentas nos casos de violência doméstica e de que forma o espaço se constitui como elemento da violência contra a mulher.

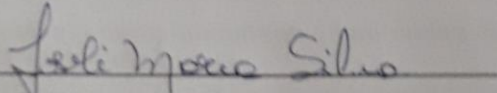
Esta pesquisa encontra-se em andamento, já conseguido até o momento fazer um levantamento de informações nos autos de processos de responsabilidade do 'Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher' sob o acompanhamento da Juíza Alessandra Pimentel Munhoz do Amaral e realizar coleta de informações indiretas por meio de dinâmicas realizadas com homens participantes do curso de conscientização promovido pelo Ministério Melhor Viver, também sob aprovação da referida Juíza.

Para concluir esta etapa de estudos de campo, falta somente a realização de entrevistas com homens envolvidos em casos de violência contra a mulher, aplicada a partir de um roteiro semi-estruturado (em anexo), afim de tentar responder os objetivos do trabalho acima elencados. Essa fase depende da colaboração deste respeitável órgão, visto a dificuldade de realizar essas entrevistas em outros locais.

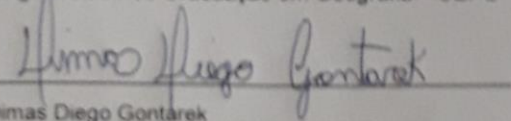
Desde já nos comprometemos a continuar seguindo todos os procedimentos éticos no que diz respeito ao anonimato das pessoas envolvidas nas entrevistas ou em qualquer outro ponto utilizado no trabalho.

Sem mais para o momento, desde já agradecemos.

Atenciosamente,



 Profa. Dra. Joseli Maria Silva
 Programa de Pós-Graduação em Geografia – UEPG



 Dimas Diego Gontarek
 Acadêmico do Curso de Mestrado em Geografia - UEPG

Av. Carlos Cavalcanti, 4.748, sala 111, CIPP, Uvaranas, 84030-900, Ponta Grossa – PR – Tel.: 42 – 3220-3155 – e-mail: ppgg@uepg.br

ANEXO F – ROTEIRO DE ENTREVISTAS



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
GRUPO DE PESQUISAS TERRITORIAIS



ROTEIRO DE ENTREVISTA

O roteiro de entrevista realizado neste trabalho visa servir como uma linha de raciocínio a ser desenvolvido no momento das entrevistas, não sendo aplicado de forma fechada e de maneira engessada, ou seja, são questões trabalhadas de forma conjunta mas que permitem ser reformuladas na medida em que a entrevista se desenvolva, dependendo da abertura e desenvolvimento do diálogo de cada entrevistado. Desta forma, segue?

- Qual a idade, escolaridade e profissão?
- Qual era a relação com a mulher (vítima)?
- De que maneira conheceu esta pessoa? Como era o seu relacionamento?
- Como começou a violência e com que frequência?
- Quais eram os principais motivos para utilizar da violência?
- Em quais locais ocorriam a maior frequência das brigas? Defina-o.
- O que está mulher significava em sua vida?
- Qual a principal influência da mulher para o motivo da agressão?
- Qual é o papel do homem dentro do relacionamento afetivo?
- Qual o papel da mulher?
- Buscou ajuda para melhorar o relacionamento? Quais?
- Como se sentia após os casos de briga?
- Como se sente atualmente?
- Defina o relacionamento afetivo.